

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS**

PAOLA SANTOS LIMA SOARES

O USO DE NOMES GERAIS NO ÂMBITO POLÍTICO

**BELO HORIZONTE/ MG
2020**

PAOLA SANTOS LIMA SOARES

O USO DE NOMES GERAIS NO ÂMBITO POLÍTICO

Versão corrigida de dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva

Linha de pesquisa: Estudo da Variação e Mudança Linguística

Orientadora: Profa. Dra. Aléxia Teles Duchowny

**Belo Horizonte/ MG
Faculdade de Letras da UFMG
2020**

S676u

Soares, Paola Santos Lima.

O uso de nomes gerais no âmbito político [manuscrito] / Paola Santos Lima Soares. – 2020.

108 f., enc., il., grs., color.

Orientadora: Aléxia Teles Duchowny.

Area de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de Pesquisa: Estudo da Variação e Mudança Linguística.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras

Bibliografia: f. 98-104.

Apêndices: f. 105-108.

1. Língua portuguesa – Variação – Teses. 2. Mudanças linguísticas – Teses. 3. Nomes – Teses. 4. Discurso político – Teses. 5. Língua portuguesa – Análise do discurso – Teses. 6. Linguística – Teses. I. Duchowny, Aléxia Teles. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD : 469.8



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS



FOLHA DE APROVAÇÃO

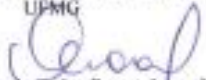
O uso de nomes gerais no âmbito político

PAOLA SANTOS LIMA SOARES

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Mestre em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, área de concentração LINGÜÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA, linha de pesquisa Estudo da Variação e Mudança Linguística.

Aprovada em 17 de fevereiro de 2020, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Alexia Teles Duchowny - Orientadora
UFMG


Prof(a). Eduardo Tadeu Roque Amaral
UFMG


Prof(a). Cláudio Roberto Gonçalves
UFOP

Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 2020.


Prof(a). Ana Carolina Almeida Nascioto (Presidente Banca Examinadora)
Subcoordenadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos
FALE/UFMG

AGRADECIMENTOS

Aos familiares que souberam reconhecer a importância desta pesquisa na minha trajetória acadêmica.

Aos terapeutas do Ambulatório Holístico Bezerra de Menezes, sem os quais essa dissertação não teria sido possível. Em especial, ao Geraldo Magela de Araújo e ao Claudio Omir.

Aos amigos que fiz ou que reencontrei no Poslin e aos amigos que me incentivaram, mesmo distantes do mundo acadêmico.

À Prof. Dra. Aléxia Teles Duchowny, por ter aceitado ser a orientadora deste trabalho, por me indicar caminhos possíveis e por ter me introduzido à pesquisa científica ainda na graduação.

Ao Prof. Dr. Eduardo Tadeu Roque Amaral, pela gentileza em fornecer materiais bibliográficos para esta pesquisa e por se dispor a ouvir as minhas dúvidas e os meus questionamentos com um olhar sempre crítico e atencioso.

À Prof. Dra. Sueli Maria Coelho, por acreditar em mim e pela leveza na construção dialógica de conhecimentos em sala de aula.

Aos professores do Poslin, pelos ensinamentos que contribuíram não só para esta pesquisa, mas para a minha formação, em especial, à Prof. Dra. Heliana Ribeiro de Mello e à Prof. Dra. Beatriz Nascimento Decat.

Aos professores que, gentilmente, aceitaram avaliar o meu trabalho, o Prof. Dr. Eduardo Tadeu Roque Amaral e o Prof. Dr. Clézio Roberto Gonçalves.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

Intertexto

Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não era negro

Em seguida levaram alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário

Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável

Depois agarraram uns desempregados
Mas como tenho meu emprego
Também não me importei

Agora estão me levando
Mas já é tarde
Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo

Bertolt Brecht (1898-1956)

RESUMO

Esta pesquisa analisa padrões de uso de nomes gerais em discursos de direita e de esquerda no Brasil, à luz da teoria da variação e mudança linguística, proposta por Labov (2008 [1972]). O fenômeno linguístico que nos chama atenção é a variação estilística no modo de se fazer referência a grupos de pessoas no âmbito político. Mais especificamente, nota-se que, por vezes, opta-se pela enumeração de categorias específicas de indivíduos, por vezes, opta-se por abstrair distinções ao elegerem-se formas vagas como os nomes gerais que, segundo Halliday e Hasan (1995 [1976]), Amaral (2013a, 2013b, 2017) e Amaral e Ramos (2014), são formas com conteúdo descritivo mínimo. Visto isso, parte-se do pressuposto de que a variação estilística pode ser condicionada por posicionamentos ideológicos, conforme Eckert e Rickford (2001) e Irvine (2001), e do pressuposto de Bourdieu (2008 [1996]) de que o uso de formas genéricas na referência a pessoas é característico do discurso conservador, para verificar se há estratificação do uso de nomes gerais nesses contextos, entre discursos de partidos de direita e de esquerda, em três sincronias: 2011, 2015 e 2019. A hipótese é de que a introdução do conservadorismo no cenário político brasileiro, fenômeno observado desde 2015, conforme Chaloub e Perlatto (2015), tenha provocado alterações no padrão do uso de nomes gerais na referência a grupos de pessoas, tornando-o mais frequente em contextos de interpretação genérica, nos discursos de direita. Ademais, norteando-se ainda pelo pensamento de Bourdieu (2008 [1996]), outro objetivo deste trabalho é fazer uma análise semântica das expressões que se formam a partir da associação entre nomes gerais e adjetivos ou locuções adjetivas, para testar a hipótese de que discursos de direita, em um contexto conservador, fariam maior uso de construções que expressam avaliação subjetiva na referência a grupos de pessoas, de preferência as eufemísticas. Essa suposição ampara-se no pressuposto de que discursos de cunho conservador, ao evitar formas relativas a subdivisões sociais, optam também por formas eufemísticas que remetem às ideias de ordem e de despretenção na referência às classes menos favorecidas, a exemplo de *povo humilde* e de *povo simples* (BOURDIEU, 2008). Em função desses propósitos, foram analisadas 1481 ocorrências de nomes gerais extraídas de pronunciamentos de deputados federais do partido mais representativo da esquerda e do partido mais representativo da direita nas três sincronias mencionadas. Em relação ao primeiro objetivo, os resultados confirmam a hipótese de que houve um aumento gradativo, nos discursos da direita, da frequência de uso de nomes gerais em contextos de interpretação genérica, na referência a grupos de pessoas. Em 2011, esses elementos representavam 20,4% das ocorrências; em 2015, passaram a 27% e, em 2019, alcançaram 33,4%. Em contrapartida, o padrão de uso de nomes gerais nesses contextos, no lado oposto do espectro ideológico, manteve-se com variações não significativas: 21,5% das ocorrências, em 2011; 22,7%, em 2015, e 20,4%, em 2019. Em relação ao segundo objetivo deste trabalho, constatou-se que, em discursos de direita, estão mais presentes construções que expressam avaliação subjetiva sobre grupos de pessoas nas três sincronias, mas que o uso de formas eufemísticas é maior em 2011, tornando-se pouco frequente em 2015. Em 2019, sobressai a expressão “pessoas de bem”, que mantém o apelo à ordem, sem, no entanto, direcionar-se às classes menos favorecidas.

PALAVRAS-CHAVE: nomes gerais; variação estilística; conservadorismo, Ciências Políticas, discurso político no Brasil.

ABSTRACT

This research analyzes patterns of the use of general nouns in the discourse of left-winged and right-winged parties in Brazil, in the light of the Theory of Variation and Change proposed by William Labov (2008 [1972]) and of notions about stylistic variation, when referring to groups of people in the political sphere. More specifically, at times, users choose to refer to specific categories of individuals, and some other times they choose to abstract distinctions by electing vague forms such as general nouns that, according to Halliday and Hasan (1995 [1976]), Amaral (2013a, 2013b, 2017) and Amaral e Ramos (2014), are forms with minimum descriptive content. This study starts from the assumption of Bourdieu (2008 [1996]) that the use of generic forms in reference to people is related to conservatism and that of Rickford (2001) and Irvine (2001) that stylistic variation can be conditioned by ideological positions. The general objective is to verify if there is stratification of the use of general nouns among speeches of parties of opposite polarization, regarding the ideological spectrum, in three distinct synchronies: 2011, 2015 and 2019. The hypothesis is that the introduction of conservative discourses in the Brazilian political scenario, a phenomenon observed since 2015 (CHALOUB; PERLATTO, 2015), has caused changes in the pattern of the use of general nouns, making them more frequent in contexts of generic interpretation in right-wing speeches. Another hypothesis that we want to test is that, according to Bourdieu (2008 [1996]), conservative discourses use more euphemistic ways to deal with groups of individuals, such as “humble people” and “simple people”. In this sense, another objective of this work is to make a semantic analysis of the expressions that are formed from the association between general and adjectival names and adjective locutions, to verify if there is a predominance of forms that express subjective evaluation, preferably euphemistic, in speeches of right. As a result of these purposes, the speeches of federal deputies of the most representative party on the left and the most representative party on the right were analyzed, and 1481 occurrences with general nouns were found. Regarding the first objective, the results confirm the hypothesis that there was a gradual increase in general nouns in contexts of generic interpretation in right-wing discourses. In 2011, these elements represented 20.4%; in 2015, they accounted for 27% of the data, and in 2019, they reached 33.4%. On the other hand, the pattern of use of general nouns in these contexts, on the opposite side of the ideological spectrum, remained with non-significant variations: 21.5%, in 2011; 22.7%, in 2015, and 20.4%, in 2019. In relation to the second objective of this study, it was found that, in right-wing speeches, expressions that express subjective evaluation in the three synchronies are more present, but that the use of euphemistic forms is greater in 2011, becoming infrequent in 2015. In 2019, they are replaced by the expressions “pessoas de bem” (good people), which maintain the appeal to order, without, however, target the less favored classes.

KEYWORDS: general nouns; stylistic variation; conservatism; Political Science; political discourse in Brazil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Tela do <i>software texstat</i>	64
Gráfico 1 - Porcentagem de nomes gerais em contextos de interpretação genérica por partido e por sincronia.....	75
Gráfico 2 - Porcentagem de nomes gerais associados a adjetivos ou a locuções adjetivas qualificativos por partido e por sincronia	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Localização no espectro ideológico de partidos políticos brasileiros	59
Tabela 2 - Bancadas de posse em 2011, 2015 e 2019	62
Tabela 3 - Partidos de esquerda e de direita mais representativos por sincronia	63
Tabela 4 - Número de <i>types</i> e de <i>tokens</i> por partido e por sincronia.....	64
Tabela 5 - Número de nomes gerais encontrados nos <i>corpora</i>	65
Tabela 6 - Número de nomes gerais analisados dos <i>corpora</i> por partido e por sincronia.....	66
Tabela 7- Total de ocorrências de nomes gerais por contexto de uso, por partido e por sincronia.....	70
Tabela 8 - Número de nomes gerais em contextos de interpretação genérica do referente e em contextos de interpretação específica do referente por partido, em 2011	72
Tabela 9 - Número de nomes gerais em contextos de interpretação genérica do referente e em contextos de interpretação específica do referente por partido, em 2015	73
Tabela 10 - Número de nomes gerais em contextos de interpretação genérica do referente e em contextos de interpretação específica do referente por partido, em 2019	73
Tabela 11 - Número de nomes gerais associados a adjetivos ou a locuções adjetivas classificatórios e qualificativos por partido e por sincronia.....	91
Tabela 12 - Expressões com adjetivos ou locuções adjetivas qualificativos relativos à ideia de ordem ou de despretenção em partidos de direita, por sincronia	93
Tabela 13 - Expressões com adjetivos ou locuções adjetivas qualificativos relativos à ideia de ordem ou de despretenção nos dados do PT, por sincronia	94
Tabela 14 - Parlamentares informantes da pesquisa no ano de 2011, por partido	105
Tabela 15 - Parlamentares informantes da pesquisa no ano de 2015, por partido	106
Tabela 16 - Parlamentares informantes da pesquisa no ano de 2019, por partido	107

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 Os nomes gerais	18
2.1.1 <i>pessoal</i>	23
2.1.2 <i>gente</i>	23
2.1.3 <i>pessoas</i>	25
2.1.4 <i>povo(s)</i>	26
2.1.5 <i>indivíduos</i>	27
2.2 A teoria da variação e mudança linguística	28
2.2.1 Identidade e variação estilística	37
2.3 Ideologia, linguagem e poder	40
2.4 Contextualização histórica	44
2.4.1 A origem e a persistência da díade esquerda/direita	45
2.4.2 Esquerda e direita no Brasil	49
2.4.3 “Onda conservadora” no Brasil	53
2.5 A localização dos partidos brasileiros no eixo esquerda/direita	57
3 METODOLOGIA	61
3.1 A escolha dos partidos	61
3.2 Dados coletados e ocorrências descartadas	63
3.3 Classificação dos dados relativa à análise quantitativa	66
3.4 Classificação dos dados relativa à análise qualitativa	67
3.5 Preparação dos dados	69
4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS	71
4.1 Análise quantitativa	71
4.1.1 Dados numéricos encontrados por partido e por sincronia	71
4.1.2 Discussão dos resultados	74
4.2 Análise qualitativa	75
4.2.1 Dados encontrados por nome geral e por sincronia	75
4.2.1.1 <i>povo(s)</i>	76
4.2.1.1.1 O uso de <i>povo(s)</i> em 2011	76
4.2.1.1.2 O uso de <i>povo(s)</i> em 2015	77
4.2.1.1.3 O uso de <i>povo(s)</i> em 2019	78
4.2.1.2 <i>pessoas</i>	79
4.2.1.2.1 O uso de <i>pessoas</i> em 2011	80
4.2.1.2.2 O uso de <i>pessoas</i> em 2015	82
4.2.1.2.3 O uso de <i>pessoas</i> em 2019	83
4.2.1.3 <i>gente</i>	85
4.2.1.3.1 O uso de <i>gente</i> em 2011	85
4.2.1.3.2 O uso de <i>gente</i> em 2015	86
4.2.1.3.3 O uso de <i>gente</i> em 2019	86
4.2.1.4 <i>pessoal</i>	87
4.2.1.4.1 O uso de <i>pessoal</i> em 2011	87
4.2.1.4.2 O uso de <i>pessoal</i> em 2015	88
4.2.1.4.3 O uso de <i>pessoal</i> em 2019	89
4.2.1.5 <i>indivíduos</i>	89

4.2.1.5.1 O uso de <i>indivíduos</i> em 2011	90
4.2.1.5.2 O uso de <i>indivíduos</i> em 2015	90
4.2.1.5.3 O uso de <i>indivíduos</i> em 2019	90
4.2.2 Discussão dos resultados	91
5 CONCLUSÃO	95
REFERÊNCIAS	98
ANEXOS	105

1 INTRODUÇÃO

A variação estilística ou diafásica, na perspectiva adotada pela sociolinguística laboviana, refere-se ao modo como o falante ajusta a sua fala em conformidade com o contexto, como apontam Coelho et al. (2015). Nesse sentido, um falante optaria por formas linguísticas distintas para expressar ideias equivalentes em função de exigências circunstanciais. Sob esse viés, o estilo seria um instrumento para se transitar entre os diferentes papéis sociais que o falante ocupa na sociedade. No entanto, como salientam Eckert e Rickford (2001), essa concepção, ainda que válida, não exclui outras perspectivas em torno do estilo que têm se nutrido cada vez mais dos construtos teóricos engendrados por Bourdieu (2008 [1996]), principalmente da noção de que o estilo é um instrumento que auxilia na construção da vida social:

Quando nos movemos em direção a ver a vida social como um processo contínuo de construção de categorias e identidades, o estilo se torna, em adição, uma fonte do processo de construção. A visão da variação está se expandindo, desse modo, de categorias socialmente marcadas para uma paisagem mais fluida do significado; da visão da linguagem refletindo o social para uma visão da linguagem também construindo o social¹ (ECKERT; RICKFORD, 2001, p. 6).

De acordo com Irvine (2001), o estilo participa desse processo de construção ao integrar e estruturar um *sistema de distinções*. Isto é, um estilo carrega um significado social e se forma em oposição a outro estilo e ao significado social que se sustenta por meio dele. Nesse sentido, formas distintas de se dizer o mesmo podem vincular-se a ideologias opostas, o que justificaria a coexistência de ambas as formas, sem sobreposição.

A partir dessa noção de estilo linguístico, que destaca a sua função estratégica e o seu viés ideológico, este trabalho se debruça sobre a variação estilística no âmbito político, considerando que o conceito de ideologia se entrelaça ao conceito de política, afinal a “ideologia designa o *genus*, ou a *species* diversamente definida, dos sistemas de crenças políticas: um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1993, p. 585).

¹ Tradução nossa, do original: “As we move toward viewing social life as a continual process of constructing these very categories and identities, style becomes in addition a resource for the process of construction. The view of variation is expanding, therefore, from marking categories to constituting a more fluid landscape of meaning; from a view of language as reflecting the social to a view of language as also creating the social.”

O fenômeno linguístico que nos chama atenção são os diversos modos de se fazer referência a grupos de pessoas nesse domínio do discurso. É inegável a variação nas estratégias de referenciação a seres humanos no discurso político. Isso pode ser observado no modo como atores políticos se referem a grupos de indivíduos cujos elementos integram categorias distintas. Por vezes, opta-se por listar cada uma dessas categorias, valendo-se de substantivos que as especifiquem com expressões como *mulheres*, *idosos*, *negros*, *LGBT*² (lésbicas, gays, bissexuais, travestis transexuais ou transgêneros), entre outras. Por vezes, opta-se por abstrair distinções ao elegerem-se formas genéricas como os nomes gerais *povo(s)*, *pessoas*, *gente*, *pessoal* e *indivíduos*, que não carregam traços relacionados à idade, ao gênero, às características físicas ou ao papel social dos indivíduos. Abaixo, estão dispostos exemplos extraídos dos *corpora* deste trabalho, em que prevalecem a especificação ou a generalização na referência a grupos de seres humanos, no discurso político:

- (1) [...] as universidades não chegarão à metade deste ano com os cortes orçamentários que estão sendo impostos. É uma tragédia para o Brasil ver isso ocorrer também com os institutos federais, [...], com educação pública de qualidade e excelência, onde se veem **jovens brancos**, **jovens indígenas**, **jovens negros**, [...], que muito nos orgulham produzindo conhecimento. (Maria do Rosário, PT-2019)³
- (2) O fato é que esses grupos minoritários - mas extremamente barulhentos - há anos vêm cerceando o direito **dos indivíduos** expressarem livremente sua opinião, quando discordante da realidade paralela idealizada por eles. (Bia Kicis, PSL-2019)
- (3) **As pessoas** não terão que ir aos grandes centros para encontrar o serviço de saúde. (Valmir Assunção, PT-2015)

Nota-se que os parlamentares tratam de assuntos similares, a defesa de direitos, e que direcionam o seu discurso para grupos heterogêneos de indivíduos. No entanto, enquanto, no primeiro exemplo, optou-se por enumerar uma série de segmentos sociais, para evidenciar as subdivisões internas da sociedade, nos exemplos seguintes, prefere-se generalizar o referente, direcionando a proposta aos *indivíduos* e às *pessoas*. Essas formas vagas se enquadram em um subgrupo de substantivos denominados nomes gerais, que, segundo Halliday e Hasan (1995 [1976]), assemelham-se aos pronomes por apresentarem um grau elevado de

² A sigla LGBT foi mencionada por integrar o *corpus* deste trabalho, mas é importante destacar que há uma sigla mais atual e abrangente: LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, e mais...).

³ Todas as ocorrências têm os seus informantes identificados, além da indicação do partido e da sincronia.

generalização e serem aptos a vincular-se a entidades com traços diversos. Em suma, a partir dos exemplos citados, verifica-se que, no âmbito político, há variação nas estratégias utilizadas para se fazer referência a grupos de pessoas entre o uso de unidades específicas e o uso de nomes gerais. Essas formas são intercambiáveis em certos contextos, o que as torna variantes de acordo com a sociolinguística laboviana, pois são elementos que podem “ocorrer no mesmo contexto com o mesmo valor referencial/representacional” (COELHO et al., 2015, p. 16).

A preferência pelo uso de nomes gerais em contextos formais foi objeto de estudo de Amaral (2013b), que demonstrou que, no âmbito jurídico, o uso do nome geral *pessoa* foi impulsionado pela necessidade de abstração e de generalização na redação das normas. Nesse sentido, devido ao maior grau de abrangência do nome *pessoa*, optou-se por substituir a expressão *todo homem*, empregada no código civil de 1916, por *toda pessoa* no código civil de 2002. Mas, se, no âmbito jurídico, formas genéricas para se referir a indivíduos foram associadas à busca pela inclusão, no âmbito político, essas formas se relacionam à exclusão, à manutenção de relações de poder e de dominação, ao conservadorismo. Conforme Bourdieu (2008 [1996]), essas formas estão a serviço do apagamento das subdivisões internas da sociedade que dão visibilidade às classes dominadas, cuja luta perpassa também a busca por reconhecimento:

A construção de grupos dominados com base numa dada diferença específica é inseparável da desconstrução de grupos estabelecidos a partir de propriedades ou qualidades genéricas (os homens, os velhos, os franceses, os parisienses, os cidadãos, os patriotas etc.) [...]. Qualquer tentativa de instituir uma nova divisão deve contar com a resistência daqueles ocupantes de posições dominantes nesse espaço que são também os maiores interessados na perpetuação de uma relação dóxica⁴ com o mundo social, tendente a aceitar como naturais as divisões estabelecidas ou a negá-las simbolicamente pela afirmação de uma unidade (nacional, familiar etc.) mais alta (BOURDIEU, 2008, p. 120).

Ainda segundo Bourdieu (2008 [1996]), discursos com viés conservador costumam valer-se não só de formas genéricas, mas também de formas eufemísticas que descaracterizem grupos minoritários. Isto é, no discurso conservador, o modo de se referir a parcelas da sociedade que compõem as classes menos favorecidas recebe formas que reforçam a ideia de obediência a uma ordem supostamente natural e que, ao mesmo tempo, subtraem a ideia de classe ou de unidade desses grupos:

⁴ Segundo Amossy (2018, p. 108), a doxa é “o espaço do plausível, como o entende o senso comum”.

Esta nostalgia da protodoxa se exprime com máxima ingenuidade no culto de todos os conservadorismos do "povo bom" (na maioria das vezes encarnado pelo camponês) cujos eufemismos no discurso ortodoxo ("as pessoas simples", "as classes modestas" etc.) designam bem a propriedade essencial, qual seja a submissão à ordem estabelecida (BOURDIEU, 2008, p. 122).

Nesse sentido, é pertinente analisar a relação entre os padrões de uso dos nomes gerais e o discurso político no Brasil, sobretudo pelos inúmeros trabalhos recentes, datados de 2015 adiante, que apontam para a chegada de uma “onda conservadora” no Brasil (CHALOUB; PERLATTO, 2015; MAITINO, 2018; QUADROS; MADEIRA, 2018). Essa mudança no cenário político tem impulsionado a circulação de discursos de direita de caráter abertamente conservador associados ao liberalismo econômico. Isto é, “a ênfase em pautas regressivas no que tange aos direitos de minorias e ou referentes à legislação trabalhista convive, salvo algumas exceções, com uma irrestrita defesa do princípio do liberalismo econômico” (CHALOUB; PERLATTO, 2015, p. 6). Isso chama atenção porque não se identificavam manifestações favoráveis a pautas conservadoras e nem se assumia abertamente a localização à direita do espectro ideológico no Brasil em função da associação desse posicionamento ao regime militar (1964-1985) (PIERUCCI, 1987; SOUZA, 1988; MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000; MADEIRA; TAROUCO, 2010).

Tendo em vista o exposto, esta pesquisa possui dois objetivos. O primeiro objetivo é verificar se há estratificação do uso de nomes gerais em contextos de interpretação genérica entre discursos de partidos de polarização oposta quanto ao espectro ideológico, ao longo de três sincronias: 2011, 2015 e 2019. Tais anos foram selecionados por representarem um período anterior, um período concomitante e um período posterior à ascensão do conservadorismo no Brasil. Esse objetivo leva em consideração o pressuposto de que orientações ideológicas opostas podem contrapor-se por meio do estilo linguístico, conforme Bourdieu (2008 [1996]), Irvine (2001) e Eckert e Rickford (2001). Além disso, têm-se em mente o pressuposto de Bourdieu (2008 [1996]) de que o uso de formas genéricas na referência a grupos de pessoas é característico do discurso conservador e o fato de que, no cenário político atual, partidos de direita têm menos restrições quanto à expressão do conservadorismo, conforme Chaloub e Perlatto (2015). A hipótese é a de que o uso de nomes gerais na referência a grupos de pessoas em contextos de interpretação genérica tenha uma presença menor em discursos de esquerda e que tenha aumentado em discursos de direita, a partir da chegada de uma “onda conservadora” no cenário político brasileiro.

O segundo objetivo é realizar uma análise qualitativa dos contextos em que os nomes gerais associam-se a adjetivos ou a locuções adjetivas, também nos anos de 2011, 2015 e

2019, para fazer um levantamento dos “tipos” de pessoas evidenciados em discursos de direita e de esquerda. A hipótese é a de que, em um contexto de ascensão do conservadorismo, discursos de direita, em comparação com discursos de esquerda, ao evitar mencionar classes sociais, façam maior uso de adjetivos ou de locuções adjetivas que expressam avaliação subjetiva sobre os indivíduos, em especial de expressões eufemísticas para se referir a grupos minoritários, a exemplo das expressões *povo bom* e *pessoas simples* mencionadas acima, extraídas de Bourdieu (2008 [1996]).

Para testar essas hipóteses, esta pesquisa tem três objetivos específicos principais. Primeiro, coletar dados dos partidos mais representativos de direita e de esquerda nos anos de 2011, 2015 e 2019. Segundo, quantificar as ocorrências de nomes gerais usados na referência a grupos de pessoas em contextos de interpretação genérica, por partido e por sincronia. E, terceiro, quantificar e analisar as ocorrências em que os nomes gerais associam-se a adjetivos ou a locuções adjetivas, qualificando ou subcategorizando grupos de indivíduos.

Enfim, o trabalho será estruturado em cinco seções. Após a *Introdução*, virá o capítulo 2, *Referencial teórico*, em seguida, o capítulo 3, *Metodologia*, o capítulo 4, *Análise dos dados e resultados*, e, por fim, o capítulo 5, *Conclusão*. De modo mais detalhado, o *Referencial teórico* se subdivide em cinco subseções. A primeira subseção se refere a noções sobre a subclasse dos nomes gerais, complementada por subpartes sobre cada um dos nomes gerais analisados nesta pesquisa. A segunda subseção apresenta os pressupostos básicos da teoria da variação e mudança linguística e uma subparte sobre discussões em torno do estilo linguístico. A terceira subseção discute a relação entre linguagem, ideologia e poder. A quarta subseção apresenta uma contextualização histórica da díade esquerda/direita, com subpartes que inserem esses conceitos em um contexto internacional e em um contexto nacional, além de uma subparte sobre o conservadorismo no Brasil. E, por fim, a quinta subseção apresenta uma série de classificações extraídas de estudos que definem critérios para localizar partidos políticos brasileiros no eixo esquerda/direita. A *Metodologia* se subdivide em cinco subseções. A primeira subseção se refere à seleção dos partidos analisados. A segunda subseção, à composição dos *corpora*. A terceira e a quarta subseções apresentam as classificações adotadas nas análises quantitativa e qualitativa, respectivamente. Por fim, a quinta subseção trata da preparação dos dados. A *Análise dos dados e resultados* se divide em duas subseções. A primeira subseção apresenta os resultados relativos à análise quantitativa e a segunda subseção, os resultados relativos à análise qualitativa. Enfim, a *Conclusão* retoma as questões iniciais e as respostas obtidas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nas subseções seguintes, serão apresentados os pressupostos teóricos e os dados históricos que fundamentaram esta pesquisa. Em relação aos pressupostos da teoria linguística, foram apresentadas noções sobre a subclasse dos nomes gerais, sobre a teoria da variação e mudança linguística, sobre o estilo linguístico e sobre a relação entre linguagem, poder e dominação. Em relação à contextualização histórica, buscou-se traçar um percurso da díade esquerda/direita a partir da sua origem, complementando essas informações com noções sobre a aplicação do conceito à realidade brasileira. Por fim, em relação aos pressupostos das Ciências Políticas, fez-se um levantamento dos critérios e dos métodos empregados na localização de partidos políticos brasileiros no espectro ideológico, assim como das classificações derivadas de estudos dessa linha de pesquisa.

2.1 Os nomes gerais

No português brasileiro contemporâneo, em situações em que é inoportuno, não é possível ou não há interesse em especificar um indivíduo por meio de um antropônimo, há a opção de utilizar um pronome ou, em seu lugar, itens vagos como *homem, mulher, criança, pessoa*, entre outros, como pontuam Amaral e Ramos (2014). Mais especificamente sobre o objeto de estudo deste trabalho, se a intenção é dirigir-se a um grupo de seres humanos, sem revelar traços relacionados ao gênero, à idade ou às características físicas, psicológicas ou sociais desses indivíduos, podem-se utilizar itens como *indivíduos, pessoas, pessoal, povo(s)* e *gente*. Esses nomes formam um subgrupo de substantivos para a referência a entidades humanas que estão contidos em uma classe mais ampla, a classe dos nomes gerais. Trata-se de um conjunto de substantivos que, de acordo com Halliday e Hasan (1995 [1976]), aproximam-se dos pronomes, pois são itens com alto grau de generalização e podem ser associados a entidades com traços distintos. Em função disso, Halliday e Hasan (1995 [1976]), em um estudo sobre coesão no inglês, definem os nomes gerais como “um caso limítrofe entre um item lexical (integrante de uma classe aberta) e um item gramatical (integrante de uma classe fechada)” (HALLIDAY; HASAN, 1995, p. 274). A proposta de

classificação dos autores para essa classe de nomes no inglês leva em consideração, para agrupá-los, aspectos gerais dos referentes que abrangem:

- a) *people, person, man, woman, child, boy, girl* [humano];
- b) *creature* [animado não humano];
- c) *thing, object* [inanimado concreto contável];
- d) *stuff* [inanimado concreto não contável];
- e) *business, affair, matter* [inanimado abstrato];
- f) *move* [ação];
- g) *place* [lugar];
- h) *question, idea* [fato] (HALLIDAY; HASAN, 1995, p. 274).

Conforme Koch (2004), esses nomes são comuns, principalmente, na oralidade, na fala espontânea não monitorada, em que as designações das entidades nem sempre estão disponíveis na memória do falante, no momento em que ele as evoca. Isso se justifica, pois “na fala, em que planejamento e verbalização são quase simultâneos, a busca de um termo mais específico teria maior custo processual” (KOCH, 2004, p. 250). Nessas situações, algumas dessas palavras são muito usadas, porque elas “servem para muitas coisas e (...) muitas vezes têm um alto conteúdo emocional” (HOZ HERNÁNDEZ, 2005, p. 399 *apud* AMARAL; RAMOS, 2014, p. 21). Segundo Mahlberg (2005), isso explica porque os nomes gerais são itens frequentes. Como há pouca caracterização e delimitação dos seus significados, esses itens são mobilizados em contextos de uso diversos. Isto é, quanto mais geral o significado de um item, em mais contextos ele estará presente. Conforme Oliveira (2012 *apud* AMARAL; RAMOS, 2014), que trabalhou com dados extraídos do dialeto mineiro, a palavra *coisa* está entre os 10 itens mais frequentes na oralidade. Em suma,

o nome geral serviria, de certa maneira, para o falante se “proteger” do seu esquecimento, o que seria de fundamental importância na linguagem coloquial, permitindo-lhe disfarçar a falta de conhecimento a respeito do nome de algo (AMARAL; RAMOS, 2014, p. 27).

Como explicitam Amaral e Ramos (2014), os nomes gerais comparam-se aos hiperônimos, mas deles se diferenciam, pois “quando o falante usa um hiperônimo, um campo semântico é identificado” (AMARAL; RAMOS, 2014, p. 20). De modo mais detalhado, de acordo com Koch (2004), a anáfora por hiperonímia, isto é, o uso de um hiperônimo para retomar um objeto do discurso, implica que o item mobilizado para retomar outro elemento, ou hipônimo, carregue traços lexicais desse elemento. Em função disso, é possível estabelecer um *continuum* em que os traços são cada vez mais vagos, prevalecendo, no entanto, uma

relação de pertencimento entre o hipônimo e o hiperônimo, como nos seguintes exemplos: *avião/aviãozinho, mesa/móvel*. Nesse sentido, os nomes gerais

se afastam da hiperonímia, por se encontrarem em um nível de generalização extremamente alto, ou seja, a relação que estabelecem com outros itens lexicais é muito menos estreita que a de um hiperônimo/hipônimo convencional, como *móvel/cadeira* (MIHATSCH, 2006 *apud* AMARAL; RAMOS, 2014, p. 20).

Essas especificidades conferem aos nomes gerais o *status* de classe à parte e levaram muitos pesquisadores a buscar critérios para defini-la. Mahlberg (2005) encontrou evidências de que os nomes gerais constituem uma classe à parte valendo-se da abordagem da linguística de *corpus*. Oliveira (2006), analisando nomes que permitem referências vagas e atuam como suporte no significado de construções que obedecem à fórmula [nome + adjetivo denominativo], buscou critérios, a partir de métodos computacionais, para delimitar o conjunto de nomes gerais ou, como os chamou, substantivos-suporte. Na verdade, a autora afirma que os nomes gerais e os substantivos-suporte formam duas classes, embora alguns itens participem de ambas. Enfim, são diversas as designações cunhadas para os elementos que compõem essa classe:

Na literatura linguística, registram-se os termos *palavra coringa, palavra ônibus, falso nome contável, palavra camaleão* (KLEIBER, 1987b), *palavra funcional, palavra passe-partout* (MIHATSCH, 2006b), *nomes nucleares de rótulos retrospectivos* (FRANCIS, 2003 [1994]), *termos ou nomes genéricos* (HASPELMATH, 1997), *substantivo-suporte* (OLIVEIRA, 2006) e *concha nominal* (SCHMID, 2000) (AMARAL; RAMOS, 2014, p. 20).

Segundo Amaral e Ramos (2014), a capacidade que detêm os nomes gerais de se associarem a itens com traços diversos é resultado de um processo de esvaziamento semântico, que resultou na expansão dos contextos de uso desses nomes. Esse processo associa-se ao conceito de gramaticalização, como consta em Hopper e Traugott (1993), que se refere às mudanças que implicam o deslocamento de itens linguísticos de um *domínio concreto* para um *domínio abstrato*. De acordo com Meillet (1912 *apud* HOPPER, 1991), a origem da própria gramática associa-se ao processo de gramaticalização, na medida em que itens gramaticais se desenvolvem a partir de itens lexicais. No entanto, como os nomes gerais estão na fronteira entre o léxico e a gramática, interessam aqui as formulações em torno do tema que levam em consideração o processo em seu estágio intermediário e buscam identificar os princípios da gramaticalização, a partir dos quais se possam captar indícios de que esse processo esteja em curso. Nesse sentido, vale ressaltar as concepções de Traugott

(1982 *apud* HOPPER, 1991), para quem o processo de gramaticalização pode ser observado quando uma forma perde autonomia em relação ao seu significado e passa a agregar traços que se definem a partir do texto em que se materializa, isto é, passa a ter a delimitação do seu significado vinculada ao contexto. Em outras palavras, “é como se os elementos lexicais fossem perdendo suas potencialidades referenciais de representar ações, qualidades e seres do mundo biossocial e fossem ganhando a função de estruturar o léxico na gramática, assumindo, por exemplo, funções anafóricas e expressando noções gramaticais como tempo-modo, aspecto, etc.” (LOPES, 2004, p. 50).

Amaral e Ramos (2014, p. 23) lembram que “em algumas línguas, nomes gerais foram a fonte de formação de pronomes”. Em relação ao português brasileiro, Amaral e Mihatsch (2019) afirmam que a expansão gradual dos contextos de uso dos nomes gerais também tem levado à constituição de pronomes. Segundo os autores, isso ocorreu, por exemplo, com itens como *gente*, que passou a integrar a categoria dos pronomes pessoais sob a forma “a gente” e especificou-se como pronome pessoal de primeira pessoa. Já em relação à origem dos nomes gerais, como consta em Amaral e Ramos (2014), aqueles que não detêm o traço [+humano] surgiram principalmente a partir de “objetos pequenos, sem importância, volumosos, quebrados, caóticos ou complexos” (MIHATSCH, 2006, p.197 *apud* AMARAL; RAMOS, 2014, p. 27). No entanto, há estudos, como o de Ramos (2013 *apud* AMARAL; RAMOS, 2014), que mostram exceções a esse padrão. A autora traça o percurso histórico do nome geral *trem*, um item regional típico dos dialetos dos estados de Minas Gerais, de Goiás e de Tocantins que, em sua origem, associava-se a entidades humanas. Mais detalhadamente, o termo seguiu a seguinte trajetória: em um primeiro momento, ele relacionava pessoas a viagens, referindo-se a pessoas que viajam em conjunto; para depois associar objetos a viagens, referindo-se à bagagem; e, por fim, desvincular-se da noção de viagem para se referir a objetos de um modo geral. Mas, tratando-se dos nomes gerais com o traço [+humano], Mihatsch (2015) afirma que eles são oriundos de contextos mais formais:

Esses nomes nascem para descrever seres humanos em geral em domínios eruditos bem específicos, notadamente em textos jurídicos, teológicos e didáticos, e no domínio da filosofia, em contextos precisos em que a diferença entre os sexos não é pertinente ou naqueles em que nós fazemos, conscientemente, abstração dos sexos (MIHATSCH, 2015, p. 62).

Ao tratar da função dos nomes gerais, a maior parte dos trabalhos evidencia o seu uso como um elemento coesivo, em razão da sua contribuição para a progressão textual, tanto de expressão oral quanto escrita. Conforme Fulgêncio (1983), ao desempenhar essa função, essas

palavras se caracterizam por serem “semanticamente polivalentes, com uma matriz semântica pouco especificada e inseridas no texto em substituição a um determinado segmento” (FULGÊNCIO, 1983, p. 24). Isto é, os nomes gerais são mencionados geralmente como itens anafóricos e catafóricos, pois retomam ou apresentam objetos de discurso contribuindo para o sequenciamento de ideias em um texto. Os primeiros teóricos a tratarem disso foram Halliday e Hasan (1995 [1976]), que denominaram esses itens de “anáforas lexicais”. Segundo os autores, quando funcionam como elementos coesivos, os nomes gerais, geralmente, são acompanhados por artigos definidos ou por pronomes demonstrativos. Ainda, eles podem ser neutros ou introduzir um elemento subjetivo no significado, isto é, uma atitude particular do falante em relação ao item retomado.

Koch (2004), partindo do pressuposto de que a referência é construída pelo discurso em função de um propósito comunicativo, menciona a contribuição dos nomes gerais na construção e na reconstrução de objetos-de-discurso, em retomadas anafóricas. A autora classifica os nomes gerais como “anáforas correferenciais recategorizadoras”, pois, ao retomar um objeto, os nomes gerais o enquadram em uma nova categoria. Mahlberg (2005) chama atenção para outra função dos nomes gerais, o seu uso como suporte de um modificador. Isso se verifica em construções em que a ênfase recai sobre o adjetivo que o acompanha, tornando-o apenas um apoio para que se expresse o significado associado ao adjetivo, como no exemplo abaixo:

(4) ... seu marido é um homem bem-humorado que cuida dos seus filhos.⁵

De acordo com Francis (2003 *apud* AMARAL; RAMOS, 2014), os nomes gerais sempre se referem a algo que já se sabe. Tal ideia é contestada por Fulgêncio (1983), para quem o uso dos nomes gerais vai além de situações em que o ouvinte já tenha sido introduzido ao referente. Segundo a autora, os nomes gerais ou genéricos são também usados em situações em que “o ouvinte consiga depreender o seu significado e identificar o seu referente através do contexto e da paisagem mental que o ouvinte vai criando a partir dos elementos evocados” (FULGÊNCIO, 1983, p. 25). Ou, ainda, em situações em que o falante não se importa se o ouvinte vai identificar o objeto mencionado, pois “não há nenhum prejuízo para a comunicação principal se o ouvinte não interpretar corretamente a anáfora” (FULGÊNCIO, 1983, p. 26).

⁵ Exemplo extraído de Mahlberg (2005, p. 113). Tradução nossa, do original: “... her husband is a good-tempered man who cared for their children.”

Enfim, para definir os nomes gerais que serão tratados nesta pesquisa, considerou-se, principalmente, Amaral (2013a), cujo estudo tinha como objetivo delimitar nomes gerais para humanos com alta frequência de uso. De modo mais específico, Amaral (2013a) descreve o comportamento linguístico dos nomes gerais mais comuns no dialeto mineiro, valendo-se de dados da oralidade extraídos de três localidades de Minas Gerais: Campanha, Minas Novas e Paracatu. O autor chegou a uma lista de nomes gerais com traço [+ humano] que podem ser utilizados para fazer referência a grupos de indivíduos com características diversas, pois não carregam traços de sentido que especifiquem aspectos de ordem física, psicológica ou social. Esses nomes são os seguintes: *pessoal*, *gente*, *pessoas*, *povo(s)* e *indivíduos*. Cada um deles terá um detalhamento maior adiante, com contribuições de trabalhos de outros autores.

2.1.1 *pessoal*

Conforme Amaral (2013a), o nome geral *pessoal* detém o traço [+coletivo] e pode ser usado quando se deseja apontar para uma proporção maior ou menor de indivíduos. O autor destaca que esse nome se assemelha em seu uso com o nome geral *povo* e pode ser empregado em situações informais para se referir aos próprios familiares ou a indivíduos desconhecidos, como nos exemplos seguintes:

(5) Tem... **o pessual** lá de Paricida lá na rua pa baxo da da cadeia.⁶

(6) Coisa do início do século... como é assim no sintido pejorativo ingraçado...**o pessoal** ainda comenta... e vai passano de geração em geração.⁷

2.1.2 *gente*

Gente aparece como o segundo nome geral mais usado para se referir a humanos em Amaral (2013a). Ao descrever o comportamento linguístico do item, o autor aponta algumas

⁶ Exemplo extraído de Amaral (2013a, p. 149).

⁷ Exemplo extraído de Amaral (2013a, p. 149).

das suas propriedades semânticas, como os traços [+humano] e [+coletivo]. Em relação a aspectos sintáticos, os dados analisados pelo autor revelaram que o item é geralmente modificado por um quantificador. É comum o seu uso com *bastante*, *pouca* e *tanta*, mas são mais frequentes os exemplos em que esse item aparece precedido de *muita* em frases como a do exemplo a seguir:

(7) Daqui de Campanha saiu **muita gente**⁸.

Conforme Amaral e Mihatsch (2016), com a pronominalização de *gente*, que passou a pronome indefinido e se consolidou como pronome pessoal, o item perdeu frequência de uso, abrindo espaço para outros nomes gerais, como *pessoa*. Lopes (2004) explica que o processo de gramaticalização do nome *gente* foi impulsionado pela redução do uso do nome *homem* como pronome indefinido. Nesse sentido, a pronominalização do item deveu-se à necessidade de preencher a lacuna que se formou a partir do desuso da forma *homem* como pronome indefinido. Em função disso, em um primeiro estágio, o item *gente* ocupou o papel de pronome indefinido, para depois cristalizar-se na forma *a gente*, que tem função de pronome pessoal de primeira pessoa do plural. De modo mais detalhado, “postula-se que *a gente* resultou do seguinte processo: *gente* [nome genérico] → *a gente* [pronome indefinido] → *a gente* [substituto virtual do pronome pessoal *nós*]” (LOPES, 2004, p. 73).

Ainda segundo Lopes (2004), o pronome *a gente* mantém propriedades do nome de origem. A autora explica que “com *a gente*, o falante se descompromete com o discurso, tornando-o mais vago e genérico, pois tal forma pode englobar as demais pessoas” (LOPES, 2004, p. 48). Isso é motivado pelo princípio de persistência de Hopper (1991), segundo o qual “alguns traços do significado lexical original de um item tendem a aderir à nova forma gramatical, e detalhes de sua história lexical podem refletir-se na sua distribuição gramatical” (LOPES, 2004, p. 51). Ademais, alguns aspectos formais do pronome *a gente* também se relacionam ao nome de origem, por exemplo, “a forma gramaticalizada mantém do nome *gente* o traço formal da 3ª pessoa, embora acione uma interpretação semântico-discursiva de 1ª pessoa [+ EU]” (LOPES, 2004, p. 52). Vale destacar, entre as mudanças decorrentes do processo de gramaticalização do item, a perda dos traços [-pl] e [+fem]. Lopes (2004) aponta que essas alterações possibilitaram que o pronome passasse a ser associado a adjetivos flexionados tanto no feminino quanto no masculino, como nas seguintes expressões da fala

⁸ Exemplo extraído de Amaral (2013a, p. 148).

corrente indicadas pela autora: “*a gente ficou arrasada* (referência exclusiva a mulheres) ou *a gente ficou arrasado* (referência mista ou exclusiva a homens)” (LOPES, 2004, p. 57).

2.1.3 *peçoas*

De acordo com Amaral (2013b), *peçoas(s)* se originou da palavra latina *persona*, que designava a máscara usada por atores em encenações teatrais. Em um estágio posterior, associou-se *peçoas(s)* ao papel representado pelos atores e, em seguida, ao próprio indivíduo. Apesar de a palavra *peçoas(s)* ter sido introduzida na língua portuguesa como um nome geral, como afirmam Amaral e Ramos (2014), estudos lexicográficos mostram que o item já foi menos abrangente. No século XVIII, *peçoas(s)* não se aplicava a indivíduos desprovidos de capacidade intelectual, ou seja, indivíduos com alguma anomalia cognitiva incapacitante não eram considerados peçoas. Isso está claro na seguinte definição do termo extraída de Bluteau (1712-1728): “tanto tem um homem de peçoas quanto tem de razão, por isso o bruto não é peçoas, não é racional” (p. 466-7 *apud* AMARAL, 2013b, p. 174).

Atualmente, as acepções desse item não incluem essa delimitação. A definição do que é uma *peçoas* não exclui indivíduos a partir de critérios como a capacidade intelectual. Nesse sentido, esse item é empregado na referência a indivíduos dotados ou não de racionalidade, como aponta Amaral (2013b). O autor evidencia que, no âmbito jurídico, em que o termo tem enorme relevância, *peçoas(s)* se define como “o ser humano ou entidade com personalidade, aptidão para titularidade de direitos e deveres” (AMARAL, 2008, p. 252 *apud* AMARAL, 2013b, p. 173). O item também compõe construções como *peçoas jurídica*, que se opõe a *peçoas física* por não deter o traço [+ humano]. Isto é, “no direito moderno há peçoas que não são seres humanos, como as associações, as sociedades, as fundações” (AMARAL, 2008, p. 253 *apud* AMARAL, 2013b, p. 173).

Em contextos informais de fala, Amaral (2013a) constatou que o nome *peçoas(s)* é o mais prototípico entre os nomes gerais com traço [+ humano], capaz de substituir qualquer outro item que faça referência a humanos. Isso seria uma das justificativas para a sua alta frequência. Outra motivação, segundo Amaral (2017), é a gramaticalização de *gente*, que passou a ocupar menos contextos de uso genérico à medida que se tornou mais frequente na forma pronominal *a gente*, o que impulsionou o uso de *peçoas(s)*.

Amaral e Mihatsch (2017), em uma comparação entre os nomes gerais *personne*, do francês; *pessoa*, do português; e *Person*, do alemão, chegaram à conclusão de que, apesar de terem uma origem em comum, esses itens possuem trajetórias que os levaram a usos distintos no presente. *Personne* apresenta maior estabilidade no estágio de evolução em que se deteve e não há indícios de que esteja em um processo de gramaticalização. *Person* tem um uso mais restrito e mantém traços que o vincula à linguagem formal empregada em processos administrativos. Em contraste, *pessoa* tem expandido o seu uso para outras categorias, integrando construções como “*a pessoa*”, “*as pessoas*” e “*uma pessoa*”, que se comportam de forma similar aos *impersonal pronouns*⁹ do inglês:

(8) A vida é assim: **a pessoa** vai ficando mais velha e não aguenta trabalhar muito.¹⁰

2.1.4 *povo(s)*

Historicamente, o termo *povo* tem sido empregado em oposição aos poderosos, como afirma Zancarini (2008). De acordo com o autor, em obras de Maquiavel do século XVI, o povo era a parcela do corpo político que, apesar de influenciar as decisões políticas, não era detentora de poder direto. Para Maquiavel, o corpo político se estrutura a partir de relações de poder, “a política é a guerra, o confronto, o conflito; é um campo de batalhas onde forças se enfrentam” (ZANCARINI, 2008, p. 99). Zancarini (2008) ressalta, no entanto, que o povo não era uma força homogênea. Quando se desejava fazer referência a parcelas marginalizadas do *povo*, usava-se o termo *plebe*, que designava os indivíduos que, por serem destituídos de bens, fariam parte de uma “facção política”.

Essa acepção se mantém ainda no século XVIII, como atesta Pereira (2009). Segundo a autora, quando o Brasil ainda tinha o *status* de colônia portuguesa, o termo *povo* tinha como significado “o conjunto da população habitante de uma região ou colônia, o que era entendido como o conjunto de vassalos ou súditos ou o conjunto das ordens e corpos que mantinham com o rei um dever de obediência e lealdade” (PEREIRA, 2009, p. 201). Vale dizer que esse *povo* não se compunha por quaisquer indivíduos,

⁹ Conforme Gast e Van der Auwera (2013), *impersonal pronouns* se caracterizam por não introduzirem referentes no discurso. Eles preenchem a posição de argumento de um verbo para informar que o que está sendo dito se refere a entidades humanas, sem, no entanto, especificá-las.

¹⁰ Exemplo extraído de Amaral e Mihatsch (2017, p. 13).

esse povo que figurava nos documentos das câmaras estava em muitos casos referido apenas aos “cidadãos” do período, isto é, os “homens bons”, o conjunto dos “chefes de família abastados e respeitáveis habilitados a votar”. Uma vez que a massa da população era índia, negra, mestiça ou despossuída e dependente, e por estes motivos, alijada dos mecanismos formais de representação, era vista como elemento integrante, mas de posição inferior, do grande laço de vassalagem que unia os integrantes do império ao rei (PEREIRA, 2009, p. 204).

Conforme Mihatsch (2015), a associação do termo ao âmbito político ainda permanece como um traço de sentido de *povo*, embora o item tenha se expandido para outros contextos de uso. Isso é confirmado por Amaral (2013a), que percebe similaridades entre o uso de *povo* e de *pessoal*, ambos com traço [+coletivo]. De modo análogo a *pessoal*, *povo* pode se referir a grupos maiores ou menores de indivíduos, o que pode ser observado a partir dos exemplos abaixo. No primeiro exemplo, o item é utilizado em referência a moradores de uma cidade e, no segundo exemplo, é utilizado como sinônimo de família:

(9) O pai dele tinha um apilido... () S.... e **o povo** falava “**o povo** de S.”¹¹

(10) *Informante 3*: a família de CF... intão... família do CF... aqui substitui muito *família* pur *povo*... cê num acha não?... povo de CF... ah tem CR também.¹²

2.1.5 indivíduos

De acordo com Amaral (2017), em obras lexicográficas, há registro de acepções relativas ao uso da forma *indivíduo(s)* como um nome geral apenas a partir do século XIX. Anteriormente, a ideia que se associava ao termo era a de “membro de uma espécie, incluindo uma pessoa” (AMARAL, 2017, p. 66). Acepção essa vinculada ao termo a partir do século XVIII. O autor ainda destaca que o termo inclui nuances de sentido quando o seu uso se insere em determinadas áreas de conhecimento. Nesse sentido, “a corrente filosófica do personalismo, por exemplo, destaca a diferença entre *pessoa* e *indivíduo*, já que o primeiro termo implicaria laços sociais naturais e obrigações, mas o segundo sinalizaria uma autonomia atomística” (AMARAL, 2017, p. 56).

Amaral (2017) destaca que, apesar de o termo *indivíduo(s)* poder ser usado em referência a entidades não humanas, os contextos em que o termo é direcionado a entidades

¹¹ Exemplo extraído de Amaral (2013a, p. 149).

¹² Exemplo extraído de Amaral (2013a, p. 149).

humanas são frequentes em diversos gêneros, com destaque para o gênero acadêmico. O autor afirma que o padrão de uso do termo não tem diferenças significativas entre a língua espanhola e a língua portuguesa, embora o termo seja mais aceito na referência a humanos, no português.

Amaral (2013a), ao analisar um *corpus* extraído da oralidade, que continha 322 ocorrências de nomes gerais, encontrou apenas uma ocorrência de *indivíduo*. Essa única ocorrência foi proferida por um homem com um grau mais alto de escolaridade do que os outros informantes, o que permitiu ao autor concluir que esse tipo de termo não é tão comum na fala de pessoas com baixa escolarização.

(11) Naquela época... pra **um indivíduo** chegá... a reclamá algu~ a coisa no Ministério.¹³

Enfim, essa subseção tratou do conceito de nome geral e realizou a descrição de um subgrupo específico de substantivos que fazem parte dessa classe e que serão relevantes para esta pesquisa. A próxima subseção irá retomar conceitos básicos sobre a teoria da variação e mudança linguística, já que a intenção é testar se os nomes gerais participam de um processo de variação quando mobilizados em discursos políticos.

2.2 A teoria da variação e mudança linguística

A teoria da variação e mudança linguística, que será mobilizada para se pensar o objeto de estudo deste trabalho, recebe, conforme Coelho et al. (2015), outras designações como *sociolinguística variacionista*, quando a intenção é evidenciar o seu campo de interesse; *sociolinguística quantitativa*, quando se deseja destacar a sua metodologia; ou, ainda, *sociolinguística laboviana*, em reconhecimento à figura de William Labov, que arquitetou a teoria conjuntamente a Uriel Weinreich e a Marvin Herzog. Ainda segundo Coelho et al. (2015), essa teoria destacou-se, à época de sua divulgação, como uma teoria da mudança inovadora, embora seja tributária de noções resultantes de estudos anteriores, como daqueles realizados a partir do método histórico-comparativo, que promovia uma reflexão sobre as correspondências formais entre as línguas e sobre o percurso histórico das mudanças

¹³ Exemplo extraído de Amaral (2013a, p. 149).

linguísticas. Mas, como destaca Labov (2008 [1972]), a teoria da variação e mudança linguística se distingue de teorias precedentes por definir métodos empíricos para avaliar a influência de fatores sociais na variação e na mudança das línguas, valendo-se de dados extraídos da oralidade, isto é, de dados de fala contextualizada.

Como consta em Coelho et al. (2015), essa noção de que a teoria sociolinguística promoveu uma ruptura com as ideias vigentes à época sustenta-se não por vincular a mudança a fatores sociais. Essa concepção já havia sido introduzida por Meillet, contemporâneo de Saussure. Em uma época em que se tinha como foco de interesse a estrutura do sistema linguístico, o autor afirmava que “toda e qualquer variação na língua é motivada estritamente por fatores sociais” (COELHO et al., 2015, p. 57). Isto é, Meillet já defendia que se explicassem as mudanças nas línguas a partir das mudanças sociais, embora isso não tenha se concretizado na época. Como confirma Labov (2008 [1972]), “em 1905, Meillet predizia que o século XX seria dedicado ao isolamento das causas da mudança linguística dentro da matriz social em que a língua está encaixada. Mas isso não aconteceu” (LABOV, 2008, p. 308).

De acordo com Mussalim e Bentes (2011), desde a ascensão dos neogramáticos até o estruturalismo, teorizou-se, basicamente, sobre aspectos ligados à estrutura linguística. Inicialmente, as concepções sobre a mudança linguística, propostas pelos neogramáticos, eram de que as mutações nas línguas deviam-se a processos internos e imperceptíveis, imunes à observação. Para eles, as motivações para a mudança se originavam no indivíduo, ou seja, essas concepções se caracterizam por apresentar uma “orientação psicológica subjetivista na interpretação dos fenômenos de mudança” (MUSSALIM; BENTES, 2011, p. 34). Ainda conforme Mussalim e Bentes (2011), os neogramáticos direcionavam a sua investigação para as mudanças fonéticas e formularam leis subjacentes às mudanças linguísticas que pressupunham a ideia de regularidade do processo. Para eles, se há exceções, elas resultam de empréstimos de outras línguas ou se dão a partir de processos de analogia.

A mudança por analogia era entendida como uma interferência do plano gramatical no plano fônico, o que afetava, em consequência, o caráter absoluto da mudança sonora e criava irregularidades. Ao regularizar gramaticalmente as formas, a analogia romperia a regularidade das mudanças fonéticas (MUSSALIM; BENTES, 2011, p. 35).

As leis fonéticas eram então entendidas como “uma fórmula de correspondência entre sistemas fonéticos sucessivos duma mesma língua nos diversos períodos de sua existência” (MUSSALIM; BENTES, 2011, p. 37). Conforme Coelho et al. (2015), acreditava-se que as mudanças orientavam-se por um princípio lógico, o princípio da regularidade mecânica, que

se refere à noção de que os processos de mudança aplicam-se indistintamente a todos os itens que apresentam determinadas características, sem exceção, de modo uniforme. E, após o curso da mudança alcançar a sua conclusão, a alteração espalha-se por toda a comunidade. Esse processo abrupto, automático e imperceptível alteraria os sons das línguas sem qualquer interferência da estrutura social. Conforme Labov (2008 [1972]), entre os defensores da tese de que não era possível observar como a mudança se processava, estão Bloomfield¹⁴ e Hockett¹⁵. Esses autores “definem a influência da sociedade como alheia à operação normal da língua e consideram a operação dos fatores sociais como interferência disfuncional no desenvolvimento normal” (LABOV, 2008, p. 306).

À parte isso, em meio ao predomínio de concepções que desvinculavam as mudanças linguísticas dos processos sociais, estudos dialetológicos evidenciaram fatos que mostraram o quão simplistas eram as concepções dos neogramáticos. Segundo Mussalim e Bentes (2011), Hugo Schuchardt (1842-1927) mostrou que há muita diversidade de variedades de fala em uma mesma comunidade, condicionadas por gênero, por idade e por nível de escolaridade. Em atenção aos crioulos e aos pidgins, ele “vai introduzindo, no correr do século XX, um tratamento em que o contexto social e cultural da língua é visto como condicionante básico da variação e, dentro dela, da mudança” (MUSSALIM; BENTES, 2011, p. 39).

Mas, com a ascensão de Saussure, a teoria linguística afasta a dialetologia do foco de atenção, transformando-a em uma disciplina cujo papel era tão somente a descrição e a coleta de dados, desconsiderando a relevância desses dados como ponto de partida para se repensar a própria teoria linguística, como relembra Labov (2008 [1972]). Então, o foco é “desviado para um recorte no tempo em que interessam apenas as relações internas estabelecidas simultaneamente entre os elementos do sistema linguístico” (COELHO et al, 2015, p. 56). Isto é, como evidenciam Coelho et al. (2015), são deixados de lado os estudos diacrônicos, voltados à dinâmica dos processos, e prevalecem os estudos sincrônicos, que contemplam a língua a partir do seu aspecto estático.

De acordo com Labov (2008 [1972]), o estruturalismo afastou de vez a dimensão social dos estudos linguísticos, definindo uma série de dicotomias que delimitariam como objeto de estudo da linguística um sistema abstrato de regras. Nesse sentido, o estruturalismo contrapôs língua e fala (*langue/parole*), reduzindo a fala ao mero uso do sistema. A fala era vista como algo desprovido de estrutura padronizada e, por isso, não suscetível de se sistematizar. Nesse contexto, conforme Coelho et al. (2015), entendiam-se as mudanças como

¹⁴ Leonard Bloomfield (1887-1949).

¹⁵ Charles Francis Hockett (1916-2000).

um efeito de “relações entre elementos sucessivos, ou seja, que se substituem uns aos outros de maneira isolada, sem “formar sistema” entre si” (COELHO et al., 2015, p. 71). Segundo Labov (2008 [1972]), apesar de Saussure afirmar que a língua era resultado de um contrato entre os falantes, ele defendia que ela poderia ser estudada a partir de um único falante. Por esse viés, as descobertas sobre as mudanças nas línguas poderiam advir da análise de um idioleto, que consistia na “fala de uma só pessoa falando sobre um mesmo assunto para a mesma pessoa por um período curto de tempo” (LABOV, 2008, p. 225). Daí surgiu a ideia do paradoxo saussuriano:

Saussure argumenta que a *langue* é um fato social, um conhecimento possuído por praticamente todo membro da comunidade de fala. Daí decorre que é possível alguém descobrir coisas sobre a *langue* perguntando a um ou dois falantes quaisquer da língua - inclusive a si mesmo. Por outro lado, a *parole* revela diferenças individuais entre falantes, que só podem ser examinadas em campo, por um tipo de investigação sociológica. Assim, o aspecto social da língua pode ser estudado na privacidade de um gabinete, enquanto o aspecto individual exigiria pesquisa social no seio da comunidade de fala (LABOV, 2008, p. 309).

Segundo Labov (2008 [1972]), o Gerativismo, teoria linguística sucessora do estruturalismo, reafirmou a dicotomia saussuriana entre estrutura linguística e fala (*langue/parole*), dando a ela uma outra roupagem a partir da distinção competência/desempenho. Nesse sentido, contrapôs-se “a competência, ou o conhecimento abstrato das regras da língua, ao desempenho, ou seleção e execução destas regras” (LABOV, 2008, p. 218). No entanto, como salientam Mussalim e Bentes (2011), o Gerativismo se distancia do Estruturalismo porque a teoria de Saussure tinha interesse, precipuamente, na língua. Em contrapartida, o Gerativismo concentra-se na busca pela compreensão sobre “algo anterior à língua dos estruturalistas: a capacidade que os falantes têm de produzir exatamente os enunciados que podem ser feitos” (MUSSALIM; BENTES, 2011, p. 99). Nesse sentido, o que interessa para o Gerativismo são as regras que determinam a formação dos enunciados, delimitando as suas configurações possíveis. Em outras palavras, para Chomsky, “uma língua é um sistema abstrato de regras para a formação de sentenças, derivado do estado inicial da faculdade de linguagem, um componente inato à espécie humana” (COELHO et al., 2015, p. 56).

Interrompendo essa sucessão de teorias linguísticas focalizadas em representações abstratas da língua, Labov ganha notoriedade por contrapor-se à exclusão do fator social e, conseqüentemente, da fala dos estudos teóricos (COELHO et al., 2015). Assim, Labov promoveu um deslocamento no foco de atenção, defendendo que as mudanças nas línguas

decorrem da variação nas realizações linguísticas concretas, que, para o autor, trata-se de um “processo pelo qual duas formas podem ocorrer no mesmo contexto, com o mesmo valor referencial/representacional” (COELHO et al., 2015, p. 16). Dessa coexistência entre formas que compartilham a mesma função e da possível sobreposição de uma forma sobre a outra, resultariam as alterações na língua. Por isso, “para WLH¹⁶, não é possível conceber a mudança sem que ela reflita um estado de variação, assim como a variação é sempre um gatilho para uma possível mudança” (COELHO et al., 2015, p. 73). Portanto, o objetivo da sociolinguística é a análise da “relação entre língua e sociedade e do estudo da estrutura e das mudanças linguísticas dentro do contexto social da comunidade de fala” (COELHO et al., 2015, p. 59).

Para a sociolinguística laboviana, como evidenciam Coelho et al. (2015), a ideia de que a fala é caótica não se sustenta, a alternância de meios de se dizer o mesmo não é aleatória e reflete a essência da própria língua, que é “um sistema inerentemente heterogêneo e ordenado” (COELHO et al., 2015, p. 62). Mais especificamente, há na língua “um conjunto estruturado de regras (categóricas e variáveis)” (COELHO et al., 2015, p. 22). As regras categóricas são aquelas em que não há alteração no modo como funcionam, já as regras variáveis se alteram em função do contexto, pois são “condicionadas por fatores tanto do contexto linguístico quanto do extralinguístico” (COELHO et al., 2015, p. 59). Essa concepção distancia a teoria da variação e mudança linguística do Gerativismo, pois, para Labov (2008 [1972]), “o domínio de um falante nativo de estruturas heterogêneas não tem a ver com multidialetalismo nem com o mero desempenho, mas é parte da competência linguística monolíngue” (LABOV, 2008, p. 16).

Dessa forma, conforme relatam Coelho et al. (2015), a sociolinguística laboviana rompe com a ideia de que a homogeneidade é condição para que haja estrutura, afinal a variação na língua é padronizada e explica-se a partir das forças que agem sobre ela. Essas forças são concebidas como “fatores que regulam, que condicionam nossa escolha entre uma ou outra variante” (COELHO et al., 2015, p. 20). Elas são denominadas condicionadores internos e externos ou variáveis independentes. Os condicionadores externos abrangem os fatores subjacentes à estratificação social. As subdivisões da sociedade seriam responsáveis pela constituição de grupos sociais com um falar próprio, por exemplo, a partir de aspectos como origem, idade, escolaridade e gênero. Como destaca Labov (2008 [1972]), “as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua” (LABOV, 2008, p. 21). Nesse sentido,

¹⁶ Uriel Weinreich, William Labov e Marvin Herzog.

dá-se “o nome de variedade/dialeto/falar à fala característica de determinado grupo” (COELHO et al., 2015, p. 14). Em relação aos condicionadores linguísticos, Coelho et al. (2015) destacam que se trata de aspectos internos da própria língua, que teriam influência sobre a variação entre as formas linguísticas ao criar um ambiente favorável à realização de uma determinada variante. Em suma, pensar sobre essas forças que atuam sobre as línguas é relevante, porque “os condicionadores ajudam o analista a delimitar quais são os contextos mais propícios para a ocorrência das variantes em estudo” (COELHO et al., 2015, p. 20).

Em relação ao processo de mudança, Coelho et al. (2015) explicam que, para a teoria da variação e mudança linguística, ele compreende várias etapas e inicia-se com o surgimento de uma forma inovadora, que passa a disputar com a forma vigente “a expressão da variável”, que pode ser entendida como “o lugar na gramática em que se localiza a variação” (COELHO et al., 2015, p. 17). Em outras palavras, o ponto de partida da mudança se localiza na concorrência entre duas ou mais variantes pelo mesmo significado. Inicialmente, a frequência de uso da forma inovadora é baixa, pois o seu uso se restringe a contextos específicos. A frequência aumenta “à medida que os contextos de uso vão se expandindo” (COELHO et al., 2015, p. 74). A partir daí, as variantes podem conviver sem que haja sobreposição, mas o processo de mudança se concretiza quando a forma inovadora se torna exclusiva para a expressão de determinada variável e a variante antiga converte-se em uma forma obsoleta.

Esse processo pode seguir duas direções, que se relacionam à expansão da forma inovadora entre grupos sociais. Ela pode ocorrer de baixo para cima ou de cima para baixo. De acordo com Coelho et al. (2015), a mudança de baixo para cima é aquela em que a forma inovadora tem origem na fala vernacular. Segundo Labov (2008 [1972]), mudanças que surgem de baixo se originam “abaixo do nível da consciência social”. Dessa forma, sem que se perceba a sua presença inicialmente, ela se expande a partir de um subgrupo pequeno dentro da comunidade de fala, a partir da atuação de fatores internos ou externos, tornando-se “um *marcador* de *status* regional com uma distribuição irregular” (LABOV, 2008, p. 212). Ocorre então um processo de expansão, com a disseminação dessa forma entre os integrantes desse subgrupo. Nesse estágio, a variável linguística se torna um *indicador*, o que faz com que esse recurso linguístico expresse o pertencimento a esse grupo social. À medida que os valores do subgrupo em que a variante se originou são transmitidos a outros grupos da comunidade de fala, a forma inovadora também se difunde por esses grupos. No último estágio do processo, a variável eleva-se à categoria de *norma* e é mobilizada pelos membros da comunidade de fala de modo padronizado, sem que para isso o seu uso precise ser

consciente. Ainda, ela pode permanecer como um *marcador* e se conformar a uma variação estilística, que fará com que ela seja mobilizada em contextos específicos de modo consciente.

Outra possibilidade, segundo Labov (2008 [1972]), é que a forma inovadora seja estigmatizada caso o subgrupo de origem da mudança seja composto por pessoas de baixo *status* social na comunidade de fala. Isto é, um elemento linguístico pode não se consolidar, caso seja alvo do preconceito de membros do grupo de maior *status*, afinal eles têm maior controle das redes de comunicação. Assim, quando uma forma passa a ser apontada abertamente como inadequada, ela se torna um *estereótipo* e o seu uso pode ser desestimulado até chegar ao ponto de a forma ser extinta. Segundo Coelho et al. (2015), as formas inovadoras que se originam da fala de grupos dominantes têm maior facilidade para se difundir, pois o seu prestígio é conferido pelo próprio grupo social de origem. Esse tipo de mudança é o que se chama de mudança de *cima para baixo*, pois parte de grupos sociais de maior *status* e é adotada, posteriormente, por grupos sociais de menor *status*. Segundo Labov (2008 [1972]), essas formas se mostram primeiro em textos escritos, em contextos de produção textual monitorada e, ao expandir os seus contextos de uso, estendem-se à fala corrente.

Como consta em Coelho et al. (2015), a teoria laboviana pressupõe que a variação possa ocorrer em cada um dos níveis da gramática: fonológico, morfológico, sintático e lexical. A *variação lexical* pode ser exemplificada pelas diversas designações que um elemento qualquer pode apresentar a partir de mudanças de caráter espacial, temporal ou cultural. Ela vincula-se a fatores externos e “está quase sempre associada à variação regional” (COELHO et al., 2015, p. 23). Outra forma de variação é a que se refere à realização dos sons que formam as palavras, a *variação fonológica*. Isso acontece, por exemplo, na substituição, na oralidade, do <lh> pelo <i> em palavras como “mulher”, que pode ser realizada como “muié”, ou *palha*, que pode ser realizada como “paia”. Se a variação ocorre em um morfema, ou seja, em uma fração da língua que representa uma unidade mínima significativa, ela irá para o campo da morfologia. Um exemplo de *variação morfológica* apresenta-se no uso de ‘tu’ e ‘você’, que têm a mesma função e podem ocorrer nos mesmos contextos de uso. Ainda segundo Coelho et al. (2015), a *variação sintática* se refere à alternância na construção das frases, sem que isso implique a alteração de sentido. Um exemplo é o posicionamento do clítico, que pode vir antes ou depois do verbo em frases como: *Eu cumprimentei-o na rua/ Eu o cumprimentei na rua.*

Ademais, como prosseguem Coelho et al. (2015), a variação pode se localizar nos níveis morfossintático e morfofonológico, que dizem respeito à interface de níveis. Um exemplo de variação morfofonológica pode ser observado quando o ‘r’ que sinaliza o infinitivo nos verbos não é realizado, como em ‘*andá*’ e ‘*vendê*’. Nesse caso, trata-se de um tipo de variação de interface, pois o som que sofre alternância também é um morfema. Em relação à variação morfossintática, Coelho et al. (2015) exemplificam esse fenômeno com frases como “*eles anda*”, em que é por meio do pronome que se pode depreender que o verbo faz referência à terceira pessoa do plural. Em outras palavras, compreende-se a frase a partir da associação entre os dois elementos, pois “é o pronome que carrega o significado de pessoa do verbo” (COELHO et al., 2015, p. 28). Há ainda a possibilidade de a variação localizar-se no discurso, ampliando o escopo da análise de elementos linguísticos para fragmentos textuais. Coelho et al. (2015) exemplificam esse tipo de variação com estudos sobre conjunções, sobre expressões adverbiais e sobre marcadores discursivos.

Vale destacar que, conforme Coelho et al. (2015), condicionadores externos à língua podem dar origem a diferentes tipos de variação: *variação regional*, *variação social*, *variação estilística* e *variação na fala e na escrita*. A *variação regional*, também denominada de *variação geográfica* ou *variação diatópica*, refere-se a “marcas linguísticas que caracterizam a fala de uma região em relação à de outra” (COELHO et al., 2015, p. 38). A *variação social* se refere a aspectos de ordem social capazes de estratificar o uso de formas linguísticas. Esses aspectos podem se relacionar à escolaridade, ao nível socioeconômico, à faixa etária ou ao sexo/gênero. A *variação estilística* ou *variação diafásica* trata-se de mudanças no modo de expressão condicionadas pela mudança no papel social do falante. Por fim, a *variação na fala e na escrita* ou *variação diamésica* se justifica porque a fala é “espontânea, improvisada e suscetível à variação nos diversos níveis. Já a escrita constitui-se como uma atividade artificial (não espontânea), ensaiada (no sentido de que reservamos tempo e espaço para planejamento, revisões e reformulações)” (COELHO et al., 2015, p. 49).

Em relação ao corte temporal da pesquisa sociolinguística, Coelho et al. (2015) explicam que há a possibilidade de se partir de uma abordagem sincrônica ou de uma abordagem diacrônica. Considera-se a pesquisa como de abordagem sincrônica quando se observa o comportamento linguístico das variáveis em um único intervalo de tempo. Nesse caso, o que se poderá descobrir sobre o estágio da mudança advém da comparação entre a fala de gerações distintas. Dessa forma, um recurso linguístico que esteja presente na fala de idosos, mas que tenha sido substituído na fala de jovens por outra variante, pode estar em vias

de desaparecer. Trata-se de um indício de mudança, o que é compreendido na teoria laboviana como uma *mudança em tempo aparente*. Em contrapartida, uma abordagem diacrônica analisa a *mudança em tempo real*. Isto é, observam-se os estágios de uma mudança já concluída, com a finalidade de traçar um quadro do processo, de forma a evidenciar os fatores que contribuíram para a evolução da mudança.

Enfim, como consta em Coelho et al. (2015), a pesquisa em sociolinguística debruça-se sobre um aspecto do falar de uma *comunidade de fala*, de uma *rede social* ou de uma *comunidade de prática*. Importa saber o padrão de comportamento linguístico de grupos de falantes, pois assim pode-se chegar a informações mais significativas sobre o funcionamento e a evolução das línguas em um contexto mais amplo. Nesse sentido, a *comunidade de fala* trata-se de um grupo que manifesta, em sua prática linguística, um mesmo julgamento sobre as normas atreladas ao uso da língua. Coelho et al. (2015) esclarecem que essa conclusão sobre o comportamento de uma comunidade pode advir da avaliação uniforme do grupo em relação ao *status* de itens linguísticos ou de padrões de variação que explicitam a singularidade do falar desse grupo em comparação com o de outros grupos. As *redes sociais* se baseiam nos laços sociais que estabelecem os indivíduos. Parte-se do pressuposto de que a fala entre pessoas que interagem continuamente poderia adquirir aspectos particulares. O escopo desse conceito se estende a pessoas que se relacionam por compartilhar um grau de parentesco, uma mesma atividade empregatícia, entre outras relações que impliquem algum contato. Essas redes são mensuradas pela quantidade de pessoas que dela fazem parte, quanto mais pessoas, mais densa é a rede. A *comunidade de prática* se forma quando pessoas interagem em função de um objetivo em comum. De acordo com Coelho et al. (2015, p. 69), consideram-se *comunidades de prática* “reuniões de pais e professores, rotinas familiares e escolares, comunidades de hackers, entrevistas médicas, comunidades de pescadores etc.”.

De modo específico, esta pesquisa tem interesse em verificar se há variação estilística no que se refere ao emprego de nomes gerais no âmbito político, condicionada pela polarização ideológica, a partir de uma abordagem diacrônica. Nesse sentido, pressupõe-se que o fenômeno em variação estilística analisado não esteja atrelado a uma mudança contextual, como postula a teoria laboviana. Por isso, faz-se necessário complementar essa subseção com concepções mais recentes sobre o estilo que possam dar conta de fenômenos linguísticos que se amparam em divergências ideológicas. Em função disso, a subparte a seguir irá detalhar concepções que tomam o estilo como um instrumento estratégico para a construção de significados sociais.

2.2.1 Identidade e variação estilística

A noção de que a identidade de um grupo social pode ser um fator influente na variação linguística surgiu, segundo Coelho et al. (2015), de um estudo realizado por Labov sobre as motivações por trás de um processo de variação fonológica, em 1962, na ilha de Martha's Vineyard (Massachusetts, Estados Unidos). Nessa ilha, /ay/ tinha três pronúncias possíveis, [ay], [ey] e [əw], assim como /aw/, que também podia ser realizado de três maneiras distintas, [aw], [əw] e [ew]. Labov concluiu que esse fenômeno não tinha influência da estrutura interna da língua e sim de fatores extralinguísticos relacionados ao contexto social da ilha. Isso porque, nessa época, a pesca vinha sendo suplantada pelo turismo, que estava se tornando a atividade econômica mais importante da região e “invadindo a ilha não só espacialmente como culturalmente” (COELHO et al., 2015, p. 51). Em um lugarejo da ilha chamado Chilmark, em que se concentravam principalmente pescadores descendentes de ingleses que desejavam preservar a sua identidade e manter os seus costumes, era alto o índice de centralização dos ditongos. Em contrapartida, entre os falantes que não expressavam uma avaliação negativa do avanço do turismo na ilha, distribuídos, sobretudo, por outras localidades da ilha, o índice de centralização dos ditongos era baixo. A partir disso, foi possível a Labov afirmar que “a identidade dos falantes, em termos de pertencimento a um local, a um povo ou a uma cultura, mostrou-se como um condicionador extralinguístico que motiva a variação linguística” (COELHO et al., 2015, p. 50).

No entanto, a construção teórica em torno da manipulação da linguagem pelo falante, de onde emergiu o conceito *variação estilística*, é consequência de um estudo realizado em Nova York, datado de 1966, segundo Eckert e Rickford (2001). Coelho et al. (2015, p. 42) explicam que, nesse estudo, “Labov buscou investigar a variável “presença/ausência de /r/ em posição pós-vocálica” no inglês (como em ‘car’, ‘card’, ‘four’, ‘fourth’, etc.) em três lojas de departamento da cidade de Nova York”. Essas lojas foram classificadas de acordo com a “localização geográfica, *status* dos jornais em que fazem seus anúncios, listas de preços de mercadorias, espaço físico da loja, seu prestígio e condições de trabalho dos funcionários” (COELHO et al., 2015, p. 42). Na época do estudo, a realização do /r/ era a forma com maior prestígio e a ausência de /r/ era a forma estigmatizada. Nesse sentido, os resultados mostraram que quanto maior o nível socioeconômico da loja analisada, maior o número de realizações do

/r/ entre os seus funcionários. Dessa forma, “Labov verificou, [...], a correlação entre um fenômeno linguístico e o nível socioeconômico dos falantes” (COELHO et al., 2015, p. 43).

De acordo com Eckert e Rickford (2001), a partir desse estudo de Labov, estabeleceu-se que a variação estilística se fundamenta na relação entre a língua, o cognitivo e o social. Afinal, Labov demonstrou de que forma o estilo pode interligar-se a uma matriz socioeconômica e de que forma ele se materializa em função da atenção dada ao discurso pelo próprio falante. É em função disso que, para a teoria laboviana, a atividade estilística consiste em um processo cognitivo que conecta a estrutura social à estrutura linguística. Em outras palavras, “o estilo seria o lugar da internalização individual da distribuição da variação de acordo com fronteiras sociais” (ECKERT, 2000 *apud* ECKERT; RICKFORD, 2001, p. 2).

Eckert e Rickford (2001), no entanto, pontuam que Labov se restringe a pensar de que forma o estilo do falante vincula-se ao lugar que ele ocupa na sociedade, sem refletir sobre o efeito estratégico que o falante busca atingir por meio do estilo. Mas, recentemente, o estudo do estilo linguístico tem se atualizado e recebido cada vez mais contribuições das noções sobre o estilo e sobre a linguagem concebidas por Bourdieu (2008 [1996]), para quem o estilo é o “domínio da ação social pelo discurso” (ECKERT; RICKFORD, 2001, p. 6). Segundo os autores, um exemplo de linguistas que segue essa via é Coupland (1980), que, ao estudar o estilo, centraliza o seu interesse no falante e na identidade que se busca sustentar por meio das escolhas linguísticas. Para Coupland (1980), o estilo é “uma apresentação dinâmica do self” (ECKERT; RICKFORD, 2001, p. 4). Nesse sentido, o autor se afasta da ideia de que a elaboração estilística é condicionada pelo contexto, para pensar o estilo como uma *performance* que participa da construção do contexto. Outro exemplo que ilustra essa perspectiva se apresenta em Rickford (2000), que, segundo Eckert e Rickford (2001), discute a noção de estilo como uma *performance* do falante para ressaltar vínculos sociais e identitários.

Em suma, Eckert e Rickford (2001) evidenciam que esses trabalhos partem do pressuposto de que o estilo é uma ferramenta que participa da elaboração e da reelaboração constante da vida social, a partir da configuração e da reconfiguração de categorias e de identidades. Essa noção de estilo como ação associa-se à concepção, que se apresenta em Irvine (2001), de estilo como integrante de um *sistema de distinções*. De acordo com essa teoria, um estilo carrega um significado social e se forma em oposição a outro estilo e ao significado social que se sustenta por meio dele. Nesse sentido, as particularidades de um estilo não são aleatórias, elas se definem por contraste com as particularidades de outro estilo.

Isto é, a ideologia impulsiona o embate que se materializa linguisticamente, pois diferentes maneiras de falar se associam a diferentes formações sociais. A partir disso, Irvine (2001) conclui que o estilo se torna um lugar de negociações e de disputas que se vinculam a categorias não linguísticas. Em outras palavras, sistemas de representações se vinculam a sistemas de ideias e, portanto, estão a serviço de objetivos externos. Conforme a autora, isso só se viabiliza a partir da consciência que o falante possui da relação entre estilo e ideologia. Fato que já havia sido apontado por Bourdieu (2008 [1996]), para quem o estilo é uma “elaboração especial que tende a conferir ao discurso propriedades distintivas” (BOURDIEU, 2008, p. 25). O autor complementa que

o estilo, seja da poesia comparada à prosa, ou da dicção de uma classe social, sexual ou de geração comparada a de uma outra classe, só existe em relação com agentes dotados dos esquemas de percepção e de apreciação que permitem constituir-lo como conjuntos de diferenças sistemáticas, sincreticamente apreendidas (BOURDIEU, 2008, p. 25).

Irvine (2001) esclarece que a relação entre estilo e ideologia se consolida a partir de três processos semióticos: iconização, recursividade e apagamento. Por meio da iconização, categorias linguísticas parecem coincidir com categorias sociais, o que faz com que aspectos linguísticos possam ser percebidos como uma representação icônica da essência de um grupo ou aspecto social. Em outras palavras, a “iconização vincula a atribuição de razão e de necessidade a uma conexão (entre comportamentos linguísticos e categorias sociais – relativas a pessoas ou a atividades) que pode ser apenas histórica, contingente ou convencional” (IRVINE, 2001, p. 33). A recursividade “se relaciona à projeção de uma oposição, saliente em um nível da relação, sobre algum outro nível” (IRVINE, 2001, p. 33). Trata-se de um mecanismo de subcategorização em que “distinções significativas (entre grupos ou entre variedades linguísticas, etc.) são reproduzidas” (IRVINE, 2001, p. 33). Esse processo também pode ser entendido como um mecanismo de criação de supercategorias em que “oposições intragrupais podem ser projetadas externamente sobre relações intergrupais” (IRVINE, 2001, p. 33). Por fim, outro conceito de notável relevância para este trabalho é o apagamento, que se trata de um processo de simplificação do campo sociolinguístico por meio da ideologia. Esse processo ocorre à medida que a ideologia

ignora o outro, tornando assim alguns fenômenos sociolinguísticos (pessoas ou atividades) invisíveis. Assim, por exemplo, um grupo social ou uma língua podem ser imaginados como homogêneos, quando se desconsidera a sua variação interna (IRVINE, 2001, p. 34).

Essas noções são relevantes para este trabalho, pois a discussão que se trava aqui é sobre a possibilidade de discursos políticos que se amparam em ideologias opostas poderem fazer uso de estratégias distintas na referência a grupos de pessoas, dando maior visibilidade às subdivisões internas da sociedade ou, contrariamente, encobrando essas subdivisões. Discussão que se justifica a partir da noção de que “o mundo social é também representação e vontade; existir socialmente é também ser percebido, aliás, percebido como distinto” (BOURDIEU, 2008, p. 112). Um detalhamento maior sobre a influência da linguagem na vida social será apresentado na subseção seguinte.

2.3 Ideologia, linguagem e poder

Tem-se mobilizado com frequência a metáfora da guerra para explicar processos de mudança nas línguas. De acordo com essas teorias, “a linguagem é campo de luta” (LAGARES, 2018, p. 211). Isto é, a linguagem é constantemente reelaborada em função de divergências no jogo social, que se entrelaçam ao campo ideológico. Como explicita Lagares (2018, p. 211), “nos usos linguísticos se manifestam posições ideológicas relativas a muitas polêmicas sociais”. Nesse sentido, mudanças no campo das ideias e das representações podem acionar avaliações sobre os usos linguísticos que impulsionam as mudanças nas línguas. Em contrapartida, mudanças linguísticas influenciam o campo das ideias e das representações. Em suma, as “mudanças nas representações influenciam nas práticas e vice-versa” (LAGARES, 2018, p. 172). Ideia essa também salientada por Cameron (1995, p. 5 *apud* LAGARES, 2018, p. 229), para quem “todas as atitudes referentes à língua e à mudança linguística são essencialmente ideológicas”.

Há vários entendimentos sobre o que é ideologia. Conforme Mannheim (1986), no senso comum, o conceito recebe conotação pejorativa e se refere ao que se diz para manipular o outro em benefício próprio. Nesse caso, as ideologias são “encaradas como disfarces mais ou menos conscientes da real natureza de uma situação” (MANNHEIM, 1986, p. 81). Vincula-se a essa concepção a ideia errônea de que o termo aplica-se apenas a manifestações relativas ao marxismo, pois,

apesar de o marxismo haver contribuído em muito para a colocação inicial do problema, tanto a palavra quanto seu significado se situam na história bem mais remotamente do que o marxismo, e, desde que este surgiu, novos significados da

palavra têm emergido, tomando forma independentemente dele (MANNHEIM, 1986, p. 81).

No entanto, vale ressaltar que houve contribuições importantes do marxismo para a construção do conceito. Como salienta Mannheim (1986), ao marxismo atribui-se a ideia de que a ideologia, de uma época ou de um grupo *histórico-social concreto*, deve ser analisada a partir do sujeito que a concebeu, seja um indivíduo, seja um grupo de indivíduos. Em outras palavras, deve-se buscar “o entendimento do que foi dito pelo método indireto de analisar condições sociais do indivíduo ou do seu grupo” (MANNHEIM, 1986, p. 82). Sob esse viés,

opiniões, declarações, proposições e sistemas de ideias não são tomados por seu valor aparente, mas são interpretados à luz da situação de vida de quem os expressa. Significa, ainda mais, que o caráter e a situação de vida específicos do sujeito influenciam suas opiniões, percepções e interpretações (MANNHEIM, 1986, p. 82).

Estreitando a relação entre linguagem e ideologia, Blommaert e Rampton (2011) afirmam que o uso consciente de formas linguísticas está atrelado a posicionamentos ideológicos e sinaliza o pertencimento a determinado grupo social. Isso explica porque “as pessoas fazem uso de diferentes formas linguísticas à medida que se associam e desassociam de diferentes grupos em diferentes momentos e estágios” (BLOMMAERT; RAMPTON, 2011, p. 5). De modo mais contundente, Bourdieu (2008 [1996]) postula que a linguagem não só se vincula aos grupos sociais, mas também os constitui, na medida em que os legitima no mundo social. Nesse sentido, o mundo social é uma ““realidade” que é o lugar de uma luta permanente para definir a “realidade”” (BOURDIEU, 2008, p. 112). Isto é, a busca por revelar aspectos encobertos da realidade é também uma luta para legitimar a existência desses aspectos no mundo objetivo.

Conforme Bourdieu (2008 [1996], p. 112), a linguagem é mobilizada por ser “capaz de dar conta mais completamente da “realidade”, portanto, de compreender e prever mais exatamente as potencialidades nela contidas, ou melhor, as possibilidades que ela oferece objetivamente às diferentes pretensões subjetivas”. Nesse sentido, processos linguísticos como o ato de categorizar são também atos de construção subjacentes a qualquer tentativa de transformação da realidade, pois as categorias linguísticas funcionam como um sustentáculo para ações externas à linguagem.

A luta se localiza, portanto, no próprio princípio de construção da classe (social, étnica, sexual etc.): todo e qualquer grupo é palco de uma luta pela imposição do princípio legítimo de construção dos grupos, sendo que qualquer distribuição de propriedades sociais, sexo ou idade, instrução ou riqueza, pode alicerçar divisões e lutas propriamente políticas (BOURDIEU, 2008, p. 120).

Quando Bourdieu (2008 [1996]) fala no “princípio de di-visão legítima”, o autor trata da luta por visibilidade, por reconhecimento. Quando um subgrupo é reconhecido e se institui uma nova divisão na sociedade, isso implica mudanças na percepção que esse grupo tem si mesmo e também na percepção que a sociedade tem desse grupo. Nesse sentido, alterações na linguagem se justificam porque “a subversão política pressupõe uma subversão cognitiva, uma conversão da visão do mundo” (BOURDIEU, 2008, p. 118). O autor ilustra esse apontamento explicando que a teoria da luta de classes de Marx foi responsável por uma nova visão de mundo sobre a organização da sociedade crucial para que se despertassem movimentos reivindicatórios com base em uma consciência de classe.

Prosseguindo com as concepções de Bourdieu (2008 [1996]), o ato de criar categorias é significativo, pois um determinado estado de coisas só se consolida a partir da “imposição de esquemas de classificação que, por se ajustarem às classificações objetivas, acabam produzindo uma forma de reconhecimento desta ordem que implica justamente o desconhecimento da arbitrariedade de seus fundamentos” (BOURDIEU, 2008, p. 117). Em suma, as reivindicações de grupos sociais perpassam a linguagem, pois ela se constitui como “um atestado de realismo ou um veredicto de utopismo que contribui para determinar as possibilidades objetivas de que dispõe esta entidade social para aceder à existência” (BOURDIEU, 2008, p. 113). É esse o uso da linguagem que o autor designa como enunciado performativo, que se distingue por ser aquele “que pretende fazer acontecer o que enuncia” (BOURDIEU, 2008, p. 118). No entanto, Bourdieu (2008 [1996]) adverte que, em suas concepções, assim como na teoria de Pierce¹⁷, o enunciado performativo tem a sua força legitimada pelo poder que emana do indivíduo ou do grupo de indivíduos que o profere. Isto é, “a autoridade de que se reveste a linguagem vem de fora” (BOURDIEU, 2008, p. 87). Em outras palavras,

o ato de magia social de tentar dar existência à coisa nomeada será bem-sucedido quando aquele que o efetua for capaz de fazer reconhecer por sua palavra o poder que tal palavra garante por uma usurpação provisória ou definitiva, qual seja o poder de impor uma nova visão e uma nova divisão do mundo social (BOURDIEU, 2008, p. 111).

Essas considerações são importantes para se pensar as ideologias linguísticas, que, segundo Lagares (2018), são um *sistema de ideias sobre a linguagem* que dão origem às intervenções linguísticas. Esse sistema de ideias, de acordo com Dell Valle (2007 *apud* LAGARES, 2018), deve obedecer a três condições para que possa ser considerado uma ideologia linguística:

¹⁷ Charles Sanders Peirce (1839- 1914).

Primeira, sua contextualidade, isto é, sua vinculação com uma ordem cultural, política e/ou social; segunda, a sua função naturalizadora, isto é, seu efeito normalizador de uma ordem extralinguística fixada no senso comum; e terceira, sua institucionalidade organizada em benefício de formas concretas de poder e autoridade (DELL VALLE, 2007, p. 20 *apud* LAGARES, 2018, p. 214).

Lagares (2018) destaca alguns casos concretos de intervenção linguística que se constituem como contestações de uma determinada ordem. Para isso, ele mobiliza os conceitos de *política linguística* e *planejamento linguístico*. Segundo o autor, “a *política linguística* é entendida como uma forma de resolver “problemas linguísticos”” (LAGARES, 2018, p. 20). Já o *planejamento linguístico*, embora tenha objetivos similares, é mais moderado. Nesse sentido, “o planejamento linguístico é entendido como uma forma de influir no futuro das línguas, sem que se pretenda, em qualquer caso, predizê-lo por completo, de acordo com um projeto perfeitamente delimitado” (LAGARES, 2018, p. 20). Um exemplo é o ativismo linguístico, que busca desencorajar o uso de expressões em que se percebe algum potencial discriminatório. Lagares (2018) cita propostas de ativistas feministas em relação aos usos considerados sexistas, como os “genéricos androcêntricos”, que se referem ao hábito de empregar formas masculinas em referência a mulheres quando em companhia de homens. A crítica que se faz é a de que esses usos promovem o apagamento da presença feminina. Para sanar esse problema, as seguintes estratégias são propostas:

A repetição do termo inteiro flexionado para os dois gêneros ou, quando não houver morfemas específicos para cada um deles, duplicação do determinante (cidadãs e cidadãos, as e os artistas); a duplicação, na escrita, dos morfemas correspondentes [licenciada (o)]; e o uso, também na escrita, de grafias que também indiquem essa duplicidade (menin@s, meninxs) (LAGARES, 2018, p. 227).

Acerca da linguagem formal, Santos (2019) relembra a existência de um manual¹⁸ de redação com instruções sobre o uso menos sexista da linguagem, concebido para aplicação em documentos emitidos por órgãos da administração pública. Segundo o autor, além das estratégias mencionadas acima, há a possibilidade do emprego de nomes gerais para evitar o uso dos “genéricos androcêntricos”, o que confere maior neutralidade na referência simultânea a homens e mulheres. Em certa medida, essa opção se contrapõe à ideia defendida nesta pesquisa, pois a neutralidade seria menos eficiente quando a intenção é transformar realidades. Isto é, acredita-se que dar visibilidade à presença feminina, principalmente em espaços historicamente dominados pela presença masculina, possa favorecer a inclusão de mulheres nesses espaços.

¹⁸ *Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem se entende* (TOLEDO et al., 2014).

É importante destacar que essas propostas de intervenção recebem críticas e há manifestações contrárias à sua aplicação. Uma explicação para isso, segundo Bourdieu (2008 [1996]), é de que as alterações no senso comum são barradas por forças que agem para manter a ordem estabelecida e, assim, impedir grupos de “produzir um novo senso comum e nele introduzir as práticas e as experiências até então tácitas ou recalcadas” (BOURDIEU, 2008, p. 119). Sobre isso, vale destacar as observações de Lagares (2018) sobre a reprovação, de determinado segmento social, a uma dessas ações sobre a língua:

A oposição política à decisão de flexionar o título que consta nos diplomas de conclusão de cursos superiores, adotada no mandato da presidente Dilma Roussef, como em “licenciado/licenciada” ou “engenheiro/engenheira”, de acordo com o gênero da pessoa que o recebe, só pode ser produto de uma arraigada ideologia patriarcal, porque se trata de uma medida extremamente sensata (LAGARES, 2018, p. 224).

Outra motivação por trás das críticas às mudanças nas línguas e, principalmente, ao “politicamente correto”, de acordo com Rajagopalan (2000), é o questionamento que se costuma fazer sobre o impacto das intervenções linguísticas em dimensões externas à língua. Afinal “o que adianta efetuar mudanças na linguagem, já que isso não vai ter nenhuma influência sobre o pensamento?” (RAJAGOPALAN, 2000, p. 3). Para Rajagopalan (2000), essa crítica se relaciona à concepção de que “a linguagem serve como “roupagem” de pensamento” (RAJAGOPALAN, 2000, p. 3). Sob esse viés, a linguagem apenas expressaria um estado de coisas sem, no entanto, influenciá-lo. Contudo, como salienta Rajagopalan (2000), a linguagem “politicamente correta” tem um forte potencial de conscientização. Quando se contesta um uso linguístico, a intenção é evidenciar as práticas discriminatórias que se naturalizam por meio dele. Corroborando essa tese, Lagares (2018) afirma que esse tipo de intervenção “tem um evidente caráter de revolta política e expressa um desejo de mudança das relações sociais” (LAGARES, 2018, p. 230).

2.4 Contextualização histórica

Como este trabalho trata de alterações na linguagem que se relacionam a mudanças no cenário político, faz-se necessário traçar um percurso histórico dessas mudanças e explicar os conceitos e as noções que permeiam esse processo. Nas subpartes seguintes, serão apresentadas as noções de esquerda e de direita em um contexto internacional e em um

contexto nacional e, em seguida, será explicitada a relação da díade com o conservadorismo no Brasil.

2.4.1 A origem e a persistência da díade esquerda/direita

Conforme Bobbio (2001), a atuação política não é imune ao conflito de interesses que resulta das diferenças sociais e de toda a complexidade de problemas que a sociedade comporta. Em busca por sanar tais problemas, opõem-se diferentes ideologias, de onde derivam “programas contrapostos”. A essas vias opostas, para as quais pode se direcionar a ação política, convencionou-se designar por “esquerda” e por “direita”. Na verdade, “trata-se de uma banal metáfora espacial, cuja origem foi inteiramente casual” (BOBBIO, 2001, p. 67). A percepção espacial do embate político remonta à Revolução Francesa, datada do século XVIII. De acordo com Tavares (2016), diante de uma crise financeira, o rei Luís XVI convocou uma reunião para debater as medidas a serem tomadas. Esse tipo de reunião, denominada Estados Gerais, reunia a nobreza, o clero e o Terceiro Estado (povo). Como de costume, o povo ou Terceiro Estado tinha um tratamento diferenciado, não participava das reuniões com os outros Estados e a sua voz tinha um peso menor nas decisões. Contrapondo-se a isso, o povo reivindicava o direito de reunir-se com os outros Estados e elaborar uma Constituição com um viés mais igualitário. Mas, após o Terceiro Estado conseguir o direito de participar das deliberações, formaram-se grupos antagônicos que discordavam sobre a manutenção ou diluição do poder do rei. Por conseguinte, “os opositores do rei dirigiam-se para a direita da sala (mas ficavam à esquerda do presidente e eram, portanto, “a esquerda”) e os defensores do rei iam para o lado esquerdo (mas como ficavam à direita do presidente passaram a ser, desde então, “a direita”)” (TAVARES, 2016, p. 28). Isto é, conforme Tarouco e Madeira (2013b), na Reunião dos Estados Gerais, “aqueles” que defendiam a libertação da autoridade máxima do Rei, para a promoção do igualitarismo e da reforma social, ocupavam os assentos à esquerda do rei, aqueles que defendiam a aristocracia e o conservadorismo, para a manutenção de privilégios, posicionavam-se à direita do rei. Dessa forma, “nasceu ali a convenção de chamar “esquerda” e “direita” a posições políticas antagônicas” (TAVARES, 2016, p. 28).

Mas, mudanças contextuais, tanto de ordem temporal como espacial, provocaram deslocamentos e adaptações nas noções de direita e de esquerda. Conforme Lipset (1967, p. 137 *apud* SINGER, 2000, p. 23), “a identificação da esquerda com a advocacia da reforma social e do igualitarismo e da direita com a aristocracia e com o conservadorismo aprofundou-se à medida que a política passou a ser definida como choque entre classes”. Nesse sentido, no século XIX, o marxismo¹⁹ despontou como um movimento de esquerda por assumir a perspectiva da classe proletária, como afirmam Tarouco e Madeira (2013b). Segundo os autores, essa ideologia contribuiu para a ascensão de regimes governamentais socialistas. Então, o Estado passou a se tornar motivo de preocupação para a burguesia em função das suas ideias redistributivas e da crítica à propriedade privada. Isso provocou uma inversão nas concepções sobre o liberalismo, “ressignificando-o, tornando-o uma defesa do capitalismo, de forma a deslocá-lo para a direita” (TAROUCO; MADEIRA, 2013b, p. 151). Isto é, se antes a burguesia se mostrava favorável à derrubada da ordem em busca de igualitarismo, a partir daí, a busca por se libertar do Estado passou a ter como finalidade barrar o socialismo e os seus ideais extremos de igualdade, que ameaçavam os seus interesses.

Desde quando surgiram os partidos socialistas na Europa, as ideologias e os partidos liberais passaram a ser considerados, na linguagem comum, ideologias e partidos ou de direita, como na Itália ou na França, ou de centro, como na Inglaterra ou na Alemanha (BOBBIO, 2001, p. 88).

Além disso, como relembram Tarouco e Madeira (2013b), no século XX, o keynesianismo, que se caracterizava pela intervenção do Estado para manter políticas redistributivas e garantir “os estados de bem estar social”, contribuiu para que se enxergasse a liberdade de mercado ou liberalismo como “de direita” e o estado interventor como de esquerda.

A partir desses fatos sobre o percurso histórico da díade, verifica-se que, apesar das várias reformulações, é constante a ideia de que, essencialmente, a esquerda busca um estado de igualdade a partir da eliminação de privilégios e a direita, em contrapartida, opta pela manutenção, pela conservação desses privilégios. Isso explica porque “o significado que vincula a defesa da igualdade social, herdeira de princípios socialistas, com a esquerda e a defesa do livre mercado capitalista com a direita parece ter sobrevivido aos rearranjos

¹⁹ Conforme Bobbio, Matteucci e Pasquino (1993, p. 738), “Entende-se por Marxismo o conjunto das ideias, dos conceitos, das teses, das teorias, das propostas de metodologia científica e de estratégia política e, em geral, a concepção do mundo, da vida social e política, consideradas como um corpo homogêneo de proposições até constituir uma verdadeira e autêntica “doutrina”, que se podem deduzir das obras de Karl Marx e de Friedrich Engels”.

mundiais do final do século XX” (TAROUCO; MADEIRA, 2013b, p. 151). Como salientam Tarouco e Madeira (2013b), mesmo que as ações políticas baseadas nessas ideologias tenham se mostrado falhas quando postas em ação, isso não corrompeu a matriz original da distinção da díade esquerda/direita:

O colapso do socialismo real no leste europeu, a crise fiscal do *welfare-state* e a consequente proliferação do neoliberalismo, a revisão operada pelos partidos social-democratas no sentido da chamada terceira via, a onda das chamadas reformas de segunda geração (posteriormente ao Consenso de Washington), tudo isso parece ter aproximado do centro tanto a esquerda quanto a direita, mas não lhes subtraiu o sentido geral que coloca a luta pelo socialismo e a defesa do capitalismo em extremos opostos do mesmo gradiente (TAROUCO; MADEIRA, 2013b, p. 151).

Verifica-se, portanto, que a díade esquerda/direita desvinculou-se do contexto histórico que a gerou. Esses conceitos “tornaram-se categorias universais da política. Fazem parte das noções de base que informam genericamente o funcionamento das sociedades contemporâneas” (GAUCHET, 1994, p. 84 *apud* BOBBIO, 2001, p. 14). É necessário, no entanto, evidenciar que, em função dessa mobilidade, que permite que a díade se adapte a situações novas, as categorias foram amplamente criticadas. De acordo com Bobbio (2001), um argumento frequentemente utilizado para pôr em dúvida a validade da díade é o de que não são estáticos os critérios utilizados para determinar a orientação ideológica como de esquerda ou de direita. Os critérios se alteram de acordo com o contexto. O autor relembra que “Sartre, [...] parece ter sido um dos primeiros a dizer que direita e esquerda são duas caixas vazias” (BOBBIO, 2001, p. 32). Ao contestar essas críticas, o autor defende que o aspecto historicamente e espacialmente relativo da díade não a invalida, pois direita e esquerda não são conceitos estanques. Trata-se “tipologias abstratas” que não dão conta de explicar a complexidade dos acontecimentos e das ações políticas. Ademais, “devem ser continuamente revistas para dar conta dos novos dados ou de novas interpretações dos dados já conhecidos” (BOBBIO, 2001, p. 15).

Além disso, segundo Bobbio (2001), a classificação a partir da díade esquerda/direita não se resume à constituição de dois blocos antagônicos, na verdade, os posicionamentos que apresentam características intrínsecas a apenas um dos dois polos ocupam a extremidade de uma “linha contínua”, que comporta posicionamentos intermediários e híbridos, que incorporam características de ambos os polos. Esses posicionamentos podem pender para um dos lados, quando há assimetria na junção de preferências políticas de ambos os polos, ou ocupar uma posição central, quando há equilíbrio no modo como elementos de esquerda e de direita se conjugam. O autor acrescenta que a díade “extremismo-moderantismo” é

complementar à díade esquerda/direita e evidencia o grau de engajamento de um posicionamento. Nesse sentido, há posicionamentos extremistas tanto de esquerda quanto de direita, pois a posição extrema se define pela radicalização das ideias. Nesse sentido, “um extremista de esquerda e um de direita têm em comum a antidemocracia” (BOBBIO, 2001, p. 53).

Enfim, o que se deseja frisar neste trabalho é a tese, defendida por Bobbio (2001), de que, apesar das reformulações e das adaptações, a essência da díade continua se relacionando à “diversa postura que os homens organizados em sociedade assumem diante do ideal de igualdade” (BOBBIO, 2001, p. 95). Em outras palavras, não se perdeu como parâmetro de classificação a separação entre os que defendem os grupos sociais desprivilegiados e os que defendem a manutenção de privilégios. De acordo com Bobbio (2001), a luta para se libertar da opressão e da injustiça continua a ser a parte fixa e imutável da esquerda, aquilo que de fato a define, enquanto a direita se caracteriza pela defesa da estrutura proveniente de processos históricos ou da natureza. Isto é, os posicionamentos à direita têm como postura política a “defesa do passado, da tradição, da herança” (BOBBIO, 2001, p. 79). Em contrapartida, o posicionamento à esquerda implica um objetivo oposto: “libertar seus semelhantes das cadeias a eles impostas pelos privilégios de raça, casta, classe, etc.” (BOBBIO, 2001, p. 82). Os meios para se alcançar esses objetivos variam e conformam-se ao contexto. Nesse sentido, Bobbio (2001) propõe que os critérios escalados para a localização de posicionamentos no eixo esquerda/direita derivem “do valor fixo da igualdade” ou do “caráter crucial da igualdade como valor” (BOBBIO, 2001, p. 94).

Vale ressaltar, no entanto, que, conforme Bobbio (2001), o conceito de igualdade pode variar segundo a perspectiva de quem o mobiliza. Nesse sentido, para se saber a que tipo de igualdade se faz referência, deve-se considerar a quem se estende o conceito de igualdade, o que se ganha com isso e o que é, de fato, levado em consideração para que se faça distinção entre aqueles que se incluem ou não no grupo dos favorecidos. De acordo com o autor, “nenhum projeto de repartição pode deixar de responder a estas três perguntas: “igualdade sim, mas entre quem, em relação a que e com base em quais critérios?” (BOBBIO, 2001, p. 97). Há uma série de respostas para cada uma dessas perguntas, que podem motivar diferentes formas de partilha:

Os sujeitos podem ser todos, muitos ou poucos, até mesmo um só; os bens a serem distribuídos podem ser direitos, vantagens ou facilidades econômicas, posições de poder; os critérios podem ser a necessidade, o mérito, a capacidade, a posição, o esforço, e outros mais; e no limite a ausência de qualquer critério, que caracteriza o

princípio maximamente igualitário, que proponho chamar de “igualitarista”: a todos a mesma coisa (BOBBIO, 2001, p. 97).

Bobbio (2001) esclarece que a direita e a esquerda avaliam de modo distinto as motivações que subjazem à “igualdade-desigualdade social”. Isto é, aquilo que “torna os homens desiguais” varia, dependendo do posicionamento. O posicionamento à esquerda, mais igualitário, tende a considerar que a maioria das desigualdades decorrem das relações sociais e são passíveis de serem corrigidas. O posicionamento à direita, menos igualitário, tem uma propensão maior a ver a maioria das desigualdades como subprodutos categóricos da natureza, uma força superior com a qual não se pode lutar. A propósito, a direita tem uma propensão maior também a enxergar como uma força maior “aquilo que é a segunda natureza, ou seja, o habitual, a tradição, a força do passado” (BOBBIO, 2001, p. 106).

Enfim, conforme Bobbio (2001), a partir da Revolução Francesa, surgiram tanto ideologias classificadas como de esquerda como de direita. O tradicionalismo, o fascismo e o conservadorismo são de direita, e são de esquerda o anarco-liberalismo e o socialismo científico. O liberalismo “é de direita e de esquerda conforme os contextos” (BOBBIO, 2001, p. 83). Mas, em função dos propósitos deste trabalho, é importante frisar o conceito de conservadorismo e a postura que se julga como oposta a um posicionamento conservador:

O conservadorismo pode ser entendido como um conjunto de posicionamentos de defesa do controle social pelo Estado contra a falibilidade do indivíduo; de defesa da tradição contra mudanças sociais radicais; de uma defesa organicista do caráter nacional. Em consequência desta definição, consideraremos que a posição oposta inclui elementos emblemáticos do liberalismo (não econômico), tais como a defesa de direitos e liberdades individuais contra a intervenção do Estado; a defesa dos direitos de minorias contra a discriminação e a segregação social; a defesa dos cidadãos contra arbitrariedades dos governos (TAROUCO; MADEIRA, 2013a, p. 100).

Mais detalhes sobre o conservadorismo serão fornecidos, neste trabalho, em um contexto nacional, a partir de uma perspectiva histórica, na subparte “*onda conservadora*” no *Brasil*.

2.4.2 Esquerda e direita no Brasil

Considerando a tese de Bobbio (2001) de que a díade esquerda/direita deve ser pensada a partir do “valor fixo da igualdade”, mas que, em diferentes contextos temporais e

espaciais, esse ideal pode se manifestar de formas diferentes, verifica-se a necessidade de apresentar os parâmetros levados em consideração no Brasil, na distinção entre esquerda e direita. Isto é, devem ser citados os critérios criados para a realidade do Brasil, considerando-se que “a realidade brasileira não permite a transposição direta de conceitos construídos em outros contextos” (TAROUÇO; MADEIRA, 2013a, p. 1). Ademais, dependendo da época, as ideias e as ações, tanto da direita quanto da esquerda no Brasil, alteraram-se, aproximando-se ou afastando-se do comportamento verificado em um contexto mais amplo e geral, o que traz a necessidade de levantar informações de uma perspectiva histórica.

Conforme Mainwaring, Meneguello e Power (2000), entre 1964 e 1985, o Brasil esteve sob o comando do exército. A reação ao regime militar foi favorável entre os partidos conservadores e, inicialmente, mantiveram-se alguns processos políticos como as eleições municipais e as eleições para o Congresso e para as Assembleias Estaduais. Em 1965, com o Ato Institucional Nº 2, todos os partidos foram extintos e, em seguida, o Ato Complementar nº 4 instituiu o sistema bipartidário, dividindo o campo político entre autoritários e democratas. O partido representante do governo, a Arena (Aliança Renovadora Nacional), que se tornou o PDS (Partido Democrático Social), teve grande adesão de políticos de partidos conservadores e estruturou-se com base nesses partidos.

No entanto, como relatam Mainwaring, Meneguello e Power (2000), com o declínio do regime militar, aumentaram as manifestações de contestação da legitimidade da ditadura militar e o PDS foi perdendo espaço nas eleições. Ao iniciar-se o processo de redemocratização, tornou-se cada vez mais arriscado declarar apoio ao regime militar. Afinal, em um regime democrático, em que a ascensão ao poder está condicionada a uma disputa entre concorrentes, estar do lado de um regime com forte avaliação negativa não seria a melhor opção. Por tal motivo, entre 1984 e 1985, houve uma debandada do PDS, que resultou na formação do PFL (Partido da Frente Liberal), partido que se mantém atualmente sob a sigla do DEM (Democratas). Segundo os autores, “a divisão do PDS e a fundação do PFL deram aos antigos defensores da ditadura a oportunidade de se desligarem publicamente de um regime autoritário cada vez mais impopular” (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000, p. 28). Mas a continuidade no poder de atores políticos que fizeram parte do regime autoritário teve como reflexo ações que deixavam clara a ausência de ruptura com o período anterior. Na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1987-1988,

os partidos conservadores tendiam a apoiar algumas posições autoritárias mais do que os outros partidos, e defenderam políticas militares controversas como o

arquivamento por tempo indefinido de documentos oficiais confidenciais e uma total recusa em reconhecer os abusos contra os direitos humanos do regime anterior (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000, p. 33).

Em função dos fatos mencionados, a distinção entre direita e esquerda no Brasil sempre esteve associada ao regime militar. Conforme Madeira e Tarouco (2013a, p. 96), “na identificação dos partidos na dimensão esquerda-direita é decisiva a herança dos posicionamentos dos partidos durante o regime militar”. Mas, Singer (2000) explica que, nos anos 90, a direita que se identificava no Brasil pós-redemocratização não se caracterizava por ser conservadora. Isso se justifica porque posturas anti-igualitárias não poderiam se sustentar em um país marcado pela desigualdade social, cujo eleitorado era constituído predominantemente por indivíduos das camadas sociais mais baixas. Nesse contexto, a direita no Brasil não se notabilizava por opor-se aos planos da esquerda de realizar mudanças para tornar mais igualitária a distribuição de renda. Desse modo, proposições em favor da igualdade estariam presentes em ambos os polos, o que os distinguia eram as concepções sobre os métodos mais apropriados para se alcançar a igualdade:

Enquanto a localização à direita está associada à ideia de reforço da autoridade do estado para promover as mudanças igualitárias, de modo que elas ocorram sem prejuízo da ordem (e talvez até com exacerbação da ordem), a localização à esquerda está vinculada a uma contestação da autoridade do Estado na sua função repressiva em relação aos movimentos sociais que visam a produzir transformações na direção da igualdade (SINGER, 2000, p. 20).

Em outras palavras, para Singer (2000), identifica-se no Brasil dos anos 90 uma direita populista que se distanciava da “direita conservadora clássica”, afinal a ideia de barrar mudanças na estrutura social não está presente em seus discursos. Portanto, na época, a direita do Brasil não apresentava aspectos que a pudessem classificar como conservadora. O que se nota é a pretensão da direita de que “as mudanças se deem de cima para baixo, sem risco de instabilidade social” (SINGER, 2000, p. 60), enquanto a esquerda buscava “uma mudança participativa, de baixo para cima, ainda que sob o risco de instabilidade” (SINGER, 2000, p. 60).

Considerando isso, como salienta Babireski (2016), a direita no Brasil sempre teve, em sua agenda, propostas voltadas para o aumento da segurança pública. É comum que a direita advogue em favor da necessidade de “maior reforço do aparato policial (contingente, recursos, equipamentos), maiores taxas de encarceramento, porte de armas para garantir a autodefesa dos indivíduos, diminuição da maioria penal, penas mais severas, entre outros pontos” (BABIRESKI, 2016, p. 10). Em contrapartida, a esquerda crê que a violência urbana

é uma consequência direta da disparidade de renda. Nesse sentido, “o aumento da segurança pública passaria, antes, por evoluções nos indicadores sociais e nas condições gerais de vida da população” (BABIRESKI, 2016, p. 10).

Mas, como ressaltam Mainwaring, Meneguello e Power (2000), deve-se notar, no entanto, que, apesar do apelo às camadas populares, o foco da direita é o crescimento econômico. Dessa forma, a diminuição das desigualdades seria uma consequência do enriquecimento da nação. Em função disso, medidas redistributivas ficariam em segundo plano na ordem de prioridades da direita. Portanto, “é o predomínio do crescimento econômico sobre a distribuição que os diferencia dos partidos de centro e de esquerda, além da defesa da reforma do Estado e do enxugamento estatal, a redução dos gastos públicos e a privatização” (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000, p. 33). Segundo os mesmos autores, na década de 90, pautas relativas ao liberalismo econômico se tornaram um dos critérios ao se categorizar um posicionamento como de esquerda ou de direita no Brasil, pois “o neoliberalismo tornou-se a bandeira unificadora da agenda política de direita” (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000, p. 34). No entanto, como ressaltam Tarouco e Madeira (2013a), é preciso lembrar que o vínculo entre direita e liberalismo econômico não é uma constante na história do Brasil. Um dos momentos mais intensos de controle da economia pode ser observado nas práticas adotadas no regime militar, mas com objetivos econômicos e não igualitários:

A distinção entre esquerda e direita pelo grau de intervenção estatal na economia não distingue a intervenção redistributiva da intervenção “pró-capital”. No Brasil, foram exatamente os governos da ditadura militar que adotaram barreiras comerciais à importação com o objetivo de alavancar o desenvolvimento da indústria nacional, assim como em vários momentos da história tem sido a direita a demandar a atuação do Estado na economia, em descompasso com o *laissez-faire* e o estado mínimo que caracterizam o liberalismo econômico na Europa (TAROUCO; MADEIRA, 2013a, p. 5).

Em suma, conforme Babireski (2016), no Brasil, de modo geral, a direita prega que as pessoas tenham maior autonomia, eximindo-se, em parte, do peso do dever de solucionar os problemas derivados da desigualdade social. Nesse sentido, quando se propõe a privatização de empresas administradas pelo setor público, a intenção é incentivar a atuação individual. Em função disso, a direita “tradicionalmente defende a iniciativa privada, a propriedade privada, o empreendedorismo e, por extensão, as micro e pequenas empresas” (BABIRESKI, 2016, p. 8). Além disso, conforme Tarouco e Madeira (2013b), para a direita, medidas redistributivas seriam um impasse ao fortalecimento da economia. Nessa perspectiva,

consideram-se “o crescimento dos encargos sociais, a inovação de leis ambientalistas e o aumento dos direitos trabalhistas como restrições indesejáveis ao crescimento econômico” (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000, p. 37). Em contraposição, a esquerda defende que os gastos sociais são inevitáveis pela necessidade urgente de diminuir os problemas resultantes das desigualdades sociais. Como relembra Babireski (2016), a esquerda é favorável à intervenção do Estado na economia, principalmente, com finalidades redistributivas. Para a esquerda, o Estado deve ter condições de oferecer saúde pública e acessível à totalidade da população e “uma educação de formação humanista e “crítica”” (BABIRESKI, 2016, p. 7).

2.4.3 “Onda conservadora” no Brasil

Como postula Bobbio (2001), quando são evidentes as falhas de um sistema, a tendência é que a via oposta prospere. Como destaca o autor, isso se verifica, por exemplo, na queda dos movimentos autoritários identificados com ideologias de direita na Europa. A queda do fascismo, um regime amplamente criticado pela opinião pública, provocou uma guinada tão forte da esquerda que a direita parece ter perdido completamente o espaço no cenário político. Em outras palavras, “a direita pareceu ter desaparecido, ou pelo menos ter perdido a tal ponto a reputação que seria impossível a sua própria sobrevivência” (BOBBIO, 2001, p. 44). De modo análogo, no Brasil, no contexto pós-redemocratização, a tendência era que se evitasse situar-se no campo da direita do espectro ideológico, como ressaltam Chaloub e Perlatto (2015). Isso porque, como já mencionado, associou-se o regime militar à direita em função da inclusão de partidos de direita no governo militar. Em função desse fato, a direita liberal dos anos 90 não se mostrava como direita:

Esse liberalismo não reclamava, [...], em nenhum momento o epíteto de “direita” – a inspiração, antes, surgia da ideia de “terceira via”, que sugeria, com Tony Blair e Giddens à frente, a superação da dicotomia direita-esquerda –, embora se identificasse com o conservadorismo econômico ao defender a desregulamentação de direitos trabalhistas e a submissão da política aos ditames da “física dos interesses” (CHALOUB; PERLATTO, 2015, p. 4).

Mainwaring, Meneguello e Power (2000) explicam que, com o declínio do regime militar, em função do aumento da contestação de sua legitimidade, tornou-se cada vez mais arriscado vincular-se a ele. Isso explica os resultados a que chegou Rodrigues (1987), em uma

pesquisa em que era pedido que deputados federais, 428 no total, localizassem-se no espectro ideológico. Não houve quem se autotranscrevesse como membro da “direita radical”, somente 6% dos políticos se posicionaram como de centro-direita ou moderados, 37% de centro, 52% de centro-esquerda e 5% de esquerda-radical:

No conjunto, a esquerda (“extrema-esquerda”, “esquerda” mais “centro-esquerda”) tem mais da metade da Constituinte, enquanto a direita (“extrema-direita”, “direita” e “centro-direita”) praticamente desaparece[...]. A julgar pela autodefinição política dos deputados, o Brasil seria um país sem direita (RODRIGUES, 1987, p. 99).

Outro autor que evidencia o incômodo de se declarar “de direita” é Pierucci (1987). Para ele, é perceptível que, nos anos que se seguem à queda do regime militar, “os políticos de direita, [...], têm o reflexo de se esconder como tais, enquanto a esquerda se exhibe como esquerda [...]” (PIERUCCI, 1987, p. 36). Tal constrangimento se relacionaria diretamente ao regime militar, isso porque “o regime militar foi quem deixou para as direitas essa herança envenenada, esta identidade diabolizada, infamante, envergonhada de si” (PIERUCCI, 1987, p. 36). Nesse sentido, negar o posicionamento à direita tinha como objetivo ocultar o apoio à ditadura militar e, dessa forma, manter-se no cenário político.

Desse contexto, emerge o conceito de “direita envergonhada”. Um termo cunhado por Souza (1988) e registrado em vários estudos, durante décadas no Brasil. Trabalhos mais atuais, como o de Madeira e Tarouco (2010), demonstram que o regime militar está na origem dos principais partidos ainda existentes e que, no ano de 2010, ainda se presenciava uma direita que não se assumia, atestando-se o fenômeno da “direita envergonhada”:

A atual distribuição dos principais partidos políticos brasileiros na escala também é coerente com o grau de aproximação/distância com relação ao regime autoritário [...] e os principais partidos de esquerda (PDT e, claramente, o PT) sendo mais representativos das forças políticas que não atuavam dentro do marco institucional montado pelo regime (sendo que parcela significativa destes grupos teve atuação na clandestinidade e se constituiu em um dos principais alvos da repressão do regime militar) (MADEIRA; TAROUCO, 2010, p. 4).

Os autores, no entanto, ponderam que “por se tratar de um período histórico específico, a influência do regime autoritário tende a diminuir com o passar do tempo” (MADEIRA; TAROUCO, 2010, p. 6). Segundo Charloub e Perlatto (2015), isso explica, em parte, a ascensão de uma “onda conservadora” e, conseqüentemente, de uma “nova direita” no Brasil. De acordo com os autores, deixou de ser infamante posicionar-se como “de direita” e defender “publicamente as ideias e as agendas políticas associadas a esse campo do espectro político” (CHALOUB; PERLATTO, 2015, p. 27).

Além do distanciamento temporal do regime militar, como apontam Charloub e Perlatto (2015), o cenário atual propicia esse deslocamento de forças. O imaginário social em relação à esquerda no Brasil deriva das práticas políticas do PT (Partido dos trabalhadores) e “os fracassos dos governos do PT em promoverem alterações mais estruturais da sociedade brasileira e ter segmentos de seu quadro envolvidos em casos de corrupção contribuíram para o enfraquecimento da agenda da esquerda” (CHALOUB; PERLATTO, 2015, p. 28). Em virtude disso, as instituições políticas passam por um momento de descrédito, “o discurso de “terra arrasada” contra os políticos e as instituições tradicionais ganha repercussão” (CHALOUB; PERLATTO, 2015, p. 29).

Por outro lado, conforme Charloub e Perlatto (2015), não só os erros do PT abriram caminho para o aumento de discursos conservadores, mas também os acertos. Medidas voltadas para a redistribuição de renda têm sido implementadas gradativamente, despertando “a defesa mais radical de agendas liberais, que antes não eram bem aceitas em um país atravessado pela desigualdade” (CHALOUB; PERLATTO, 2015, p. 28). Isto é, a estrutura social brasileira passou por transformações importantes sob o governo do PT:

O partido, [...], fez avanços, ainda que tímidos, na área dos direitos de minorias, sobretudo através do fortalecimento de secretarias temáticas e da ampliação das cotas, seja no ensino superior ou nos concursos públicos, abrindo campo para a exploração do desconforto e dos preconceitos de certa parcela da população em relação a esses movimentos (CHALOUB; PERLATTO, 2015, p. 25).

Nesse contexto, vêm à tona discursos de caráter abertamente conservador vinculados ao liberalismo econômico. Como explicitam Charloub e Perlatto (2015, p. 6), “a ênfase em pautas regressivas no que tange aos direitos de minorias e ou referentes à legislação trabalhista convive, salvo algumas exceções, com uma irrestrita defesa do princípio do liberalismo econômico”. Ainda, observa-se um comportamento díspar em relação à iniciativa de delimitar os polos do espectro ideológico. Isto é, se até então era à esquerda que “interessava” evidenciar o pertencimento a um campo ideológico, atualmente revela-se uma gama de políticos de direita que reafirma “a divisão entre esquerda e direita, assim como requer e mobiliza orgulhosamente o título de direitistas, colocando sobre a esquerda o peso dos problemas enfrentados pelo país” (CHALOUB; PERLATTO, 2015, p. 6). O fim do fenômeno da “direita envergonhada” e a abertura para o conservadorismo no Brasil confirmam-se a partir da popularidade de intelectuais e atores políticos dessa vertente, conforme Maitino (2018):

O retorno de grupos de vocabulário anticomunista, abertamente simpáticos ao

regime militar, a posições de destaque no debate político nacional vem gerando surpresa e apreensão em muita gente. Essas transformações, associadas ao surgimento de uma “nova direita”, põem em xeque algumas das noções estabelecidas sobre o campo conservador brasileiro, renovando o interesse no estudo das formações políticas de direita (MAITINO, 2018, p. 112).

Como apontam Chaloub e Perlatto (2015), além das ressignificações em torno da história do regime militar, de modo mais estarrecedor, também surgem discursos que denunciam a ênfase que se confere aos direitos das minorias, como se isso se configurasse como uma ameaça aos interesses dos indivíduos que não se enquadram nesses grupos. Nesse sentido, constrói-se uma imagem nociva da valorização das minorias a partir da referência a esses grupos por meio de neologismos pejorativos como *‘feminazis’*, *‘gayzistas’* e *‘abortistas’*, associando as reivindicações e a visibilidade desses grupos à destruição de valores morais. Ainda, conjuga-se “um forte elogio à modernidade econômica com uma profunda ojeriza ante a modernidade em termos de cultura e de valores, ridicularizando a agenda do reconhecimento” (CHALOUB; PERLATTO, 2015, p. 24). Nesse contexto, sobressaem argumentos em favor da meritocracia, da ação individual, ou seja, há “plena conformidade entre um forte conservadorismo moral e a adesão ao mundo do capitalismo liberal” (CHALOUB; PERLATTO, 2015, p. 24).

Em uma análise de discursos de deputados federais, entre 2010 e 2017, Quadros e Madeira (2018) concluem que a agenda conservadora foi, inicialmente, mobilizada por atores políticos integrantes da bancada evangélica e da bancada da bala. Essas bancadas formam dois subgrupos de parlamentares compostos por pastores e por militares, respectivamente. Conforme os autores, a bancada da bala “faz-se representante daquela parcela da sociedade que manifesta franca inflexibilidade diante dos criminosos e outorga grande prestígio às Forças Armadas e instituições análogas” (QUADROS; MADEIRA, 2018, p. 505). Já a bancada evangélica se caracteriza por se contrapor à legalização do aborto e à ampliação dos direitos dos homossexuais, mudanças que “são encaradas como custos elevados, que põem em xeque realizações preciosas já cristalizadas na sociedade: a família tradicional e a moral cristã” (QUADROS; MADEIRA, 2018, p. 503). Portanto, conforme os autores, a reivindicação de rótulos como os de “direitista” e de “conservador” se relaciona, principalmente, ao apelo à ordem e ao moralismo:

O mote a partir do qual lideranças relevantes passaram a reivindicar abertamente a identidade de direita não foi o liberalismo econômico que emergiu na década de 1990 (com presença importante na agenda política desde o governo Collor e das privatizações ocorridas sob Fernando Henrique Cardoso), mas o conservadorismo envolvendo questões morais e os apelos de repressão à criminalidade, que ganharam

volume a partir de 2010, englobando duas vertentes distintas, mas complementares: a religiosa e a laica (QUADROS; MADEIRA, 2018, p. 516).

Enfim, na próxima subseção, serão apresentadas as classificações extraídas de estudos que definem parâmetros para a localização de partidos políticos brasileiros no eixo esquerda/direita.

2.5 A localização dos partidos brasileiros no eixo esquerda/direita

A localização partidária no eixo esquerda/direita tem sido realizada a partir de métodos diversos. De acordo com Tarouco e Madeira (2013b), pode-se definir se um partido é de esquerda ou de direita de forma direta ou indireta. Trata-se de uma forma direta de classificação, quando se aponta o posicionamento ideológico de um partido sem uma discussão prévia sobre a díade. Nesse caso, solicita-se que o posicionamento seja indicado por membros do partido em análise, por especialistas no assunto ou pela população em geral. Em contrapartida, a classificação indireta vale-se de uma reflexão prévia em que se elaboram categorias a partir de critérios que diferenciam os dois polos, para depois mensurar o posicionamento do partido. Dessa forma, verifica-se se o partido se enquadra em categorias de esquerda, de direita ou tanto em categorias de esquerda como de direita, inclinando-se para um dos polos ou mantendo-se no centro.

Para Tarouco e Madeira (2013b), a classificação direta a partir de entrevistas pode ser menos precisa porque não se pode dizer que a noção de esquerda e de direita é uniforme entre todos os participantes. Como destaca Mair (2001), mesmo em entrevistas realizadas com especialistas, há problemas quanto à credibilidade do resultado, porque os *expert surveys* “são localizados no tempo, contingentes, e afetados por posições sobre políticas específicas do contexto, que não correspondem exatamente à ideologia” (2001 *apud* TAROUCO; MADEIRA, 2015, p. 26). Tarouco e Madeira (2015) apontam como problema também o fato de que especialistas podem dar atenção a fatos e a temas diferentes na classificação do posicionamento dos partidos.

Tarouco e Madeira (2013b) afirmam que há maior credibilidade em classificações indiretas, de preferência em análises que levem em consideração documentos publicados pelo próprio partido. Dessa forma, a partir do que se sabe sobre o espectro ideológico e sobre as

preferências políticas que dele derivam, pode-se chegar a uma conclusão sobre o posicionamento do partido. Nesse sentido, “a extensão de texto dedicada a cada tema pode ser tomada como indicativa da ênfase atribuída pelo partido a cada questão” (TAROUCO; MADEIRA, 2013a, p. 95). Em relação a isso, destaca-se a teoria de Robertson (1976 *apud* TAROUCO; MADEIRA, 2013b) de que a aproximação ou distanciamento entre os partidos se concretiza a partir das escolhas dos temas evidenciados por cada partido na construção de sua imagem pública. Tarouco e Madeira (2013b) explicam que “de acordo com esse ponto de vista, cada partido seleciona questões de uma agenda universal para concentrar atenção e esforços de campanha, formular propostas de políticas e priorizar nos governos” (TAROUCO; MADEIRA, 2013b, p. 153).

Tarouco e Madeira (2013b), no entanto, discutem a necessidade de se considerar o que afirma Zucco Jr. (2009 *apud* TAROUCO; MADEIRA, 2013b), para quem, apesar de os documentos programáticos orientarem a ação política em certa medida, eles não estão por trás de todas as ações políticas. Para ele, as manifestações concretas no cenário político são produto de uma relação complexa que decorre do posicionamento ideológico, do “cálculo eleitoral”, de negociações e de disputas entre o poder legislativo e o poder executivo. Dessa forma, a análise do comportamento de agentes políticos para se chegar ao posicionamento ideológico de um partido seria problemático.

Babireski (2016) apresenta cinco temas para que os posicionamentos dos partidos sejam analisados e define os elementos de cada tema que devem ser levados em conta na análise:

- i. **Estado:** enfoque na sua função, abrangência e limites da sua atuação nas áreas sociais e econômicas, ou seja, o desenho do Estado proposto pelas legendas;
- ii. **Economia:** quais os setores vistos como prioritários para os partidos, se o mercado ou políticas macroestruturais de intervenção;
- iii. **Saúde e Educação:** sobre as urgências de políticas públicas para essas áreas, sobre as finalidades das ações e as suas origens: se públicas e/ou privadas; e
- iv. **Segurança Pública:** qual a visão do partido sobre a questão e como enfrentar os seus problemas, se pela via social ou se pela via policial (BABIRESKI, 2016, p. 5).

Tarouco e Madeira (2013a) enumeram uma série de categorias, separando as que são consideradas como indicativas de posicionamentos à esquerda das que são indicativas de posicionamentos à direita:

Chegam às seguintes categorias como indicativas, no Brasil, de posicionamento à direita: menções positivas às forças armadas, livre iniciativa, incentivos, ortodoxia econômica, limitação do *Welfare State* e referências favoráveis à classe média e grupos profissionais (para contrastar com as referências à classe operária). As

categorias selecionadas como indicativas de posicionamento à esquerda são as seguintes: regulação do mercado, planejamento econômico, economia controlada, análise marxista, expansão do *Welfare State* e referências positivas à classe trabalhadora (TAROUCO; MADEIRA, 2013a, p. 97).

Enfim, os autores reuniram uma série de estudos sobre o posicionamento ideológico de partidos políticos brasileiros e compilaram os resultados obtidos por cada um desses estudos em uma tabela, que pode ser visualizada abaixo. Nessa tabela, são indicados os posicionamentos dos partidos e os métodos empregados para se chegar a esses posicionamentos:

Tabela 1 – Localização no espectro ideológico de partidos políticos brasileiros

Autor	Coppede (1997) *	Power e Zucco (2011) **	Mainwaring et. al. (2000) ***	Wieseho-meier e Benoit (2007)** **	Tarouco e Madeira (2015) *****	Tarouco e Madeira (2013) *****	Fernandes (1995) *****	Babireski (2016) ***
Método	Compi-lação de avalia-ções de outros analistas	Entre-vistas com par-lamen-tares	Votações no Congresso + survey c/ par-lamen-tares	Survey experts	Survey experts	Análise de conteúdo dos manifestos	Votações na Consti-tuinte segundo outros autores	Análise de conteú-do dos manifes-tos, programas e ideários partidários
Partido								
PSOL	não consta	1,6	não consta	2,95	1,4	não consta	não consta	não consta
PCB/ PPS	SL	4,8	não consta	10,38	4,0	não consta	E	não consta
PCdoB	SL	2,6	não consta	4,96	2,3	não consta	E	não consta
PDC/ PSDC	SCR	não consta	CD	não consta	não consta	não consta	não consta	não consta
PDS... PP	SR	7,6	D	16,78	6,0	-5,20	D	não consta
PDT	SCL	4,0	não consta	8,38	3,3	-12,00	E	não consta
PFL/ DEM	SR	7,8	D	17,33	6,2	6,00	D	não consta
PJ/PRN /PTC	P	não consta	D	não consta	não consta	não consta	não consta	não consta
PL	SR	não consta	D	não consta	não consta	não consta	D	não consta
PR	não consta	6,9	não consta	não consta	não consta	não consta	não consta	não consta
PMDB	SC	5,9	não consta	11,50	4,2	-1,20	C	não consta
PMN	U	não consta	CD	não consta	não consta	não consta	E	não consta
PRONA	SR	não consta	D	não consta	não consta	não consta	D	não consta
PRP	U	não consta	não consta	não consta	não consta	não consta	D	não consta
PSB	SL	3,7	não consta	7,50	3,0	não consta	E	não consta

PSC	XC	não consta	CD	15,62	5,2	não consta	D	não consta
PSD	SR	não consta	D	não consta	não consta	não consta	D	não consta
PSDB	SCL	5,8	não consta	13,46	4,6	6,50	C	não consta
PSL	não consta	não consta	CD	não consta	não consta	não consta	não consta	não consta
PST	SCR	não consta	CD	não consta	não consta	não consta	não consta	não consta
PT	SL	3,6	não consta	6,37	2,9	-13,80	E	não consta
PTB	SCR	6,5	CD	13,60	5,0	-20,20	D	não consta
PTdoB	U	não consta	não consta	não consta	não consta	não consta	não consta	não consta
PTR/PP	SCR	não consta	CD	não consta	não consta	não consta	C	não consta
PV	O	4,5	não consta	7,36	3,5	não consta	E	não consta
PSL	não consta	não consta	não consta	não consta	não consta	não consta	não consta	D

Fonte: Adaptado de Tarouco e Madeira (2013a, p. 107)²⁰.

* XC = Partidos cristãos de centro; SR = Partidos seculares de direita; SCR = Partidos seculares de centro-direita; SC = Partidos seculares de centro; SCL = Partidos seculares de centro-esquerda; SL = Partidos seculares de esquerda; P = Partidos personalistas; O = Outros; U = Desconhecido. E = Esquerda; D = Direita; C = Centro.

** Média calculada a partir dos dados disponibilizados. Escala de 1 (esquerda) a 10 (direita).

*** C = Centro; D = Direita; CD = Centro-direita.

**** Escala de 1 (esquerda) a 20 (direita)

***** Escala de 1 (esquerda) a 7 (direita).

***** Escala de -100 (esquerda) a +100 (direita). Utilizadas as medidas relativas aos programas mais recentes.

***** C = Centro; D = Direita; E = Esquerda.

²⁰ Foi acrescentado o estudo de Babireski (2016), que não consta na tabela original.

3 METODOLOGIA

Nas próximas subseções, serão apresentados os direcionamentos metodológicos desta pesquisa. Isto é, serão detalhados os procedimentos adotados na escolha dos partidos analisados, na composição dos *corpora* e na classificação dos dados.

3.1 A escolha dos partidos

Esta pesquisa possui dois objetivos e tem como objeto de estudo o uso de nomes gerais na referência a grupos de pessoas em discursos políticos, no Brasil. De modo resumido, o primeiro objetivo é verificar se há estratificação desses itens em contextos de interpretação genérica entre partidos de polarização ideológica oposta em três sincronias, 2011, 2015 e 2019. Já o segundo objetivo é fazer um levantamento, entre os mesmos partidos e nas mesmas sincronias, das expressões formadas a partir da adjetivação dos nomes gerais e analisá-las. Para isso, foram coletados, nas sincronias mencionadas, os dados do partido mais representativo de orientação ideológica de esquerda e do partido mais representativo de orientação ideológica de direita. Consideram-se aqui como mais representativos os partidos de esquerda e de direita com maior número de cadeiras ocupadas na Câmara, em cada sincronia. Esse critério para a escolha dos partidos deve-se à necessidade de viabilizar a coleta dos dados. Isto é, quanto maior o número de cadeiras ocupadas na Câmara, mais discursos são produzidos. Nesse sentido, um partido com poucas cadeiras ocupadas produz poucos discursos, dificultando a busca de dados quantitativamente representativos, para equilibrar os *corpora*. Os anos de 2011, 2015 e 2019 foram escolhidos por integrarem legislaturas distintas localizadas em diferentes momentos do processo de ascensão do conservadorismo no Brasil. Isto é, em um momento anterior ao processo, no início do processo e após o seu estabelecimento no cenário político. Mais especificamente, esses anos marcam o início de legislaturas diferentes, 54º, 55º e 56º legislaturas, em que entraram em exercício parlamentares eleitos nos pleitos de 2010, 2014 e 2018. Optou-se por trabalhar com discursos

de parlamentares que ocupavam o cargo de deputado federal com a finalidade de coletar dados de representantes de localidades diversas do Brasil²¹.

Enfim, para se chegar aos partidos de esquerda e de direita mais representativos, pesquisou-se, no *site* da Câmara dos Deputados²², o número de cadeiras ocupadas por partido em cada uma das sincronias selecionadas e, em seguida, utilizou-se a tabela de Tarouco e Madeira (2013a), mencionada na seção anterior (ver tabela 1), para se chegar à localização ideológica de cada partido. Na tabela abaixo, podem ser observadas as bancadas de posse dos partidos que integraram a Câmara dos Deputados nos anos de 2011, 2015 e 2019.

Tabela 2 - Bancadas de posse em 2011, 2015 e 2019

2011		2015		2019	
Partido	Nº de cadeiras ocupadas	Partido	Nº de cadeiras ocupadas	Partido	Nº de cadeiras ocupadas
PT	87	PT	69	PT	54
PMDB	78	PMDB	65	PSL	51
PSDB	53	PSDB	54	PP	38
PP	44	PP	38	PDS	35
DEM	43	PSD	36	MDB	34
PR	40	PSB	34	PR	33
PSB	34	PR	34	PSB	32
PDT	26	PTB	25	PRB	30
PTB	22	PRB	21	DEM	29
PSC	17	DEM	21	PSDB	29
PCdoB	15	PDT	20	PDT	28
PV	14	SD	15	SOLIDARIEDADE	13
PPS	12	PSC	13	PODE	11
PRB	8	PROS	11	PSOL	10
PMN	4	PPS	10	PTB	10
PTdoB	4	PC do B	10	PCdoB	9
PSOL	3	PV	8	NOVO	8
PHS	2	PSOL	5	PPS	8
PRTB	2	PHS	5	PROS	8
PRP	2	PTN	4	PSC	8
PTC	1	PRP	3	AVANTE	7
PSL	1	PMN	3	PHS	6
		PEN	2	PATRI	5

²¹ Conforme o *site* da Câmara dos Deputados, a Câmara renova a sua composição a cada 4 anos e compõe-se de 513 Deputados, que são eleitos em número proporcional à população de cada Estado e do Distrito Federal.

²² *Site* da Câmara dos Deputados, disponível em: <<https://www.camara.leg.br/>>. Acesso em: 10/11/2019.

		PSDC	2	PRP	4
		PTC	2	PV	4
		PTdoB	1	PMN	3
		PSL	1	PTC	2
		PRTB	1	DC	1
				PPL	1
				REDE	1

Fonte: a autora.

Ao consultar-se a tabela de Tarouco e Madeira (2013a), verificou-se que, em 2011, o maior representante da esquerda era o PT (Partido dos Trabalhadores) e da direita, o PP (Partido Progressista). Em 2015, novamente os dois partidos figuraram entre os mais representativos da direita e da esquerda. Já em 2019, o PP caiu para a segunda posição entre os partidos mais representativos da direita, dando lugar ao PSL (Partido Social Liberal), e o PT se manteve como partido de esquerda mais representativo. Portanto, os partidos que serão analisados são os seguintes:

Tabela 3 – Partidos de esquerda e de direita mais representativos por sincronia

Orientação ideológica	2011	2015	2019
Esquerda	PT	PT	PT
Direita	PP	PP	PSL

Fonte: a autora.

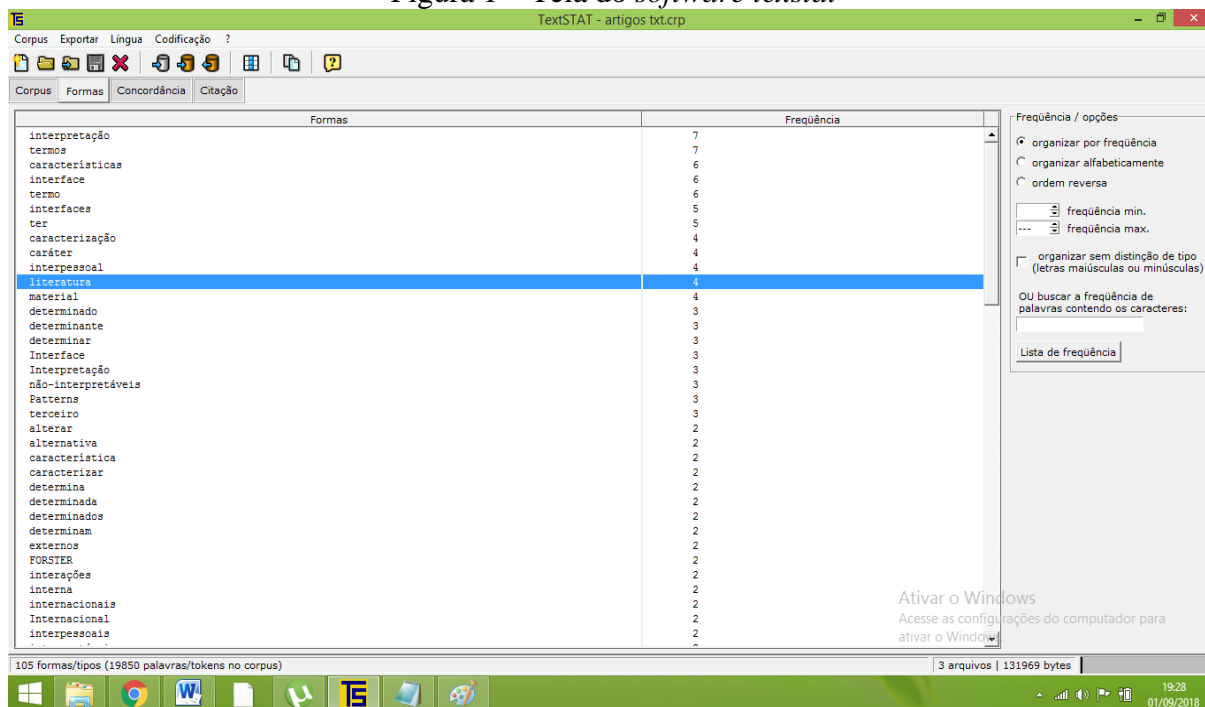
3.2 Dados coletados e ocorrências descartadas

Foram coletados, em cada uma das sincronias, todos os tipos de pronunciamentos de deputados federais²³ de cada um dos partidos selecionados, proferidos em sessões plenárias da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional. Iniciou-se a coleta no dia 1º de maio até o dia 31 de junho de cada ano, até se formar uma amostra de 100 mil palavras de cada partido. Os dados foram extraídos do próprio *site* da Câmara dos Deputados, que disponibiliza discursos proferidos em sessões da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional, a partir do ano de 1946. Como os registros não excluem a fala de convidados, foi necessário subtraí-la para a análise, que foi realizada com o auxílio do programa de análise de textos ou concordanceador *textstat*. Por meio desse programa, é possível verificar o número de *types*, que correspondem às palavras do *corpus* sem considerar as repetições, e de *tokens*, que

²³ Todos os nomes dos informantes desta pesquisa se encontram no anexo 1.

englobam todas as palavras do *corpus*, considerando as repetições. Além disso, o *textstat* permite listar todas as palavras que aparecem no *corpus* e informa a frequência e os contextos em que elas ocorrem. Abaixo é possível visualizar a tela do *software*:

Figura 1 – Tela do *software textstat*



Fonte: a autora.

O primeiro procedimento adotado foi converter os arquivos do banco de dados do *site* para o formato *txt.*, para que os dados pudessem ser processados por meio do programa. A partir disso, foi possível verificar os números exatos de *types* e de *tokens* em cada sincronia, por partido. Esses números podem ser observados na tabela abaixo:

Tabela 4 – Número de *types* e de *tokens* por partido e por sincronia

Partido	Ano	Types	Tokens
PT	2011	11.025	100.920
PP	2011	10.884	100.794
PT	2015	10.084	100.457
PP	2015	10.967	100.097
PT	2019	9.825	100.854
PSL	2019	10.138	100.797

Fonte: a autora.

Somando-se os *corpora*, ao todo há 603.919 *tokens* e 62.923 *types*. Desses dados, foram extraídas todas as ocorrências dos nomes gerais mencionados no capítulo 2 deste trabalho, que são os seguintes: *gente*, *pessoal*, *povo(s)*, *indivíduos* e *pessoas*. Considerou-se

apenas a forma pluralizada dos itens *pessoa(s)* e *indivíduo(s)*, que não carregam o traço [+coletivo], em função do propósito deste trabalho de analisar apenas a referência a grupos de pessoas. Enfim, na tabela abaixo, encontram-se todos os nome gerais extraídos dos *corpora*, por partido e por sincronia.

Tabela 5 – Número de nomes gerais encontrados nos *corpora*

Partido-ano	<i>gente</i>	<i>pessoal</i>	<i>povo(s)</i>	<i>indivíduos</i>	<i>pessoas</i>	Total
PT-2011	11	5	98	2	99	215
PP-2011	22	22	98	3	126	271
PT-2015	3	0	109	0	92	204
PP-2015	13	22	48	3	86	172
PT-2019	14	7	200	0	97	318
PSL-2019	14	13	194	2	128	351
Total	77	69	747	10	628	1531

Fonte: a autora.

Algumas dessas ocorrências foram descartadas. Isso ocorreu quando o nome geral não fazia referência a grupos de indivíduos, apenas participava da composição de nomes que designam entidades não humanas, como no termo *pessoas jurídicas*²⁴ e no exemplo (12), que se refere ao nome de uma coluna de jornal. Foram descartadas também as ocorrências em que o nome geral se referia a um vocativo²⁵, como no exemplo (13). Essa medida foi tomada para não provocar equívocos, porque, apesar de as formas serem empregadas sem especificadores ou complementadores, como nas ocorrências de interpretação genérica, o público é sempre específico. Também foram descartadas as ocorrências em que o nome geral não era empregado para apresentar um novo referente do discurso, como no exemplo (14), em que ele é utilizado em oposição a entidades não humanas, ou como no exemplo (15), em que ele apenas participa de um sintagma preposicionado. Por fim, foram descartadas as ocorrências em que *pessoal* foi utilizado como sinônimo de funcionários, como no exemplo (16), pois, nesse caso, o item não carrega um traço de sentido genérico e, portanto, não é classificado como um nome geral:

(12) Solicito que seja registrado, nos Anais desta Casa, a íntegra do artigo denominado *Um homem, uma vida, uma homenagem*, publicado no dia 7 de maio pelo jornal *A Tarde*, no caderno *Populares - Coluna Gente & Memória* [...]. (Sérgio Barradas Carneiro, PT-2011)

²⁴Conforme Michaelis (2019), *pessoa jurídica* significa “qualquer associação, empresa ou instituição, legalmente autorizada para funcionar, com existência e responsabilidades jurídicas”.

²⁵De acordo com Cunha e Cintra (2001), vocativos são termos da frase que servem apenas para invocar, chamar uma pessoa ou ser personificado.

- (13) Se parte do PMDB ou se o Líder do PMDB não quer votar a favor da medida provisória, não é um problema meu, **pessoal**. (Valmir Assunção, PT-2015)
- (14) As crianças e os jovens precisam reconhecer na escola o local onde nos identificamos como seres sociais, ou seja, onde **eles se reconhecem como indivíduos** e membros do todo de uma história social. (Rogério Carvalho, PT-2011)
- (15) Esse é o **padrão de gente** que mandaram para fora do País. (Jair Bolsonaro, PP-2011)
- (16) A Lei de Responsabilidade Fiscal, porém, impede a **contratação de pessoal** para ampliar a qualidade do atendimento médico, em relação à saúde e ao atendimento à educação. (Dra. Rosinha, PT-2011)

Enfim, após a seleção das ocorrências que seriam de fato analisadas, os números obtidos foram os seguintes:

Tabela 6 – Número de nomes gerais analisados dos *corpora* por partido e por sincronia

Partido-ano	<i>gente</i>	<i>pessoal</i>	<i>povo(s)</i>	<i>indivíduos</i>	<i>pessoas</i>	Total
PT-2011	7	0	97	1	99	204
PP-2011	21	21	98	3	122	265
PT-2015	3	0	109	0	90	202
PP-2015	12	13	46	3	82	156
PT-2019	10	2	200	0	97	309
PSL-2019	13	9	194	2	127	345
Total	66	45	744	9	617	1481

Fonte: a autora.

3.3 Classificação dos dados relativa à análise quantitativa

A classificação dos dados que se relaciona à análise quantitativa deste trabalho tem como objetivo separar as ocorrências encontradas em contextos de interpretação genérica do referente das ocorrências encontradas em contextos de interpretação específica do referente. Para isso, considerou-se Amaral (2017), que enumerou uma série de tipos de uso dos nomes gerais em função da identidade do referente. Os contextos de uso mencionados pelo autor mais relevantes para este trabalho são os seguintes: referente específico e conhecido,

específico e não conhecido ou genérico. Cada um desses casos pode ser observado abaixo, respectivamente:

(17) Lá fora tem um NG²⁶ esperando você. É o seu irmão.²⁷

(18) De acordo com o jornal, um NG teria sido salvo do afogamento perto do porto ontem de manhã.²⁸

(19) O NG é consciente da sua existência.²⁹

Em síntese, as ocorrências classificadas como de interpretação genérica são aquelas cujo referente pode ser qualquer um, sem restrições. As ocorrências classificadas como de interpretação específica são aquelas em que os nomes gerais ganham traços a partir de outros elementos que tornam o referente um conjunto específico de indivíduos, conhecidos ou não.

3.4 Classificação dos dados relativa à análise qualitativa

Interessam, na análise qualitativa, os contextos em que os nomes gerais são complementados por meio de sintagmas adjetivais ou preposicionais em função de adjunto adnominal, que são tratados por Neves (2011), em uma análise morfológica, como adjetivos e locuções adjetivas, respectivamente. Optou-se por não incluir na análise qualitativa os contextos em que os nomes gerais são complementados por orações adjetivas restritivas, embora elas também atuem como complementadores de sintagmas nominais, conforme Castilho (2010). Isso se justifica porque grande parte dessas ocorrências se referia a ações praticadas ou sofridas pelos indivíduos e não a atributos, como no exemplo abaixo:

(20) Eu estou falando para fora, para **o povo que está assistindo à TV Câmara**. (Zé Geraldo, PT-2015)

²⁶ Nome geral.

²⁷ Exemplo extraído de Amaral (2017, p. 61).

²⁸ Exemplo extraído de Amaral (2017, p. 61).

²⁹ Exemplo extraído de Amaral (2017, p. 61).

O que se deseja destacar é que, conforme Neves (2011), os adjetivos, aos quais se equiparam as locuções adjetivas, podem atuar de duas formas: qualificando ou subcategorizando o substantivo. Os adjetivos qualificativos são mais vagos, pois se referem a características apreendidas a partir de avaliações subjetivas do substantivo e, por isso, apresentam “uma propriedade que não necessariamente compõe o feixe das propriedades que o definem” (NEVES, 2011, p. 185). Neves (2011) inclui entre os adjetivos qualificativos todos aqueles que são “terminados por sufixos que formam derivados de verbos, como -do/-to e -nte” (NEVES, 2011, p. 185). Os adjetivos qualificativos podem expressar noções relativas à modalização, como no exemplo (21), ou à avaliação, como no exemplo (22):

(21) É **evidente** que não tendes nenhuma pretensão à santidade.³⁰

(22) Ah! Não, Seu Marçal, eu sou **honesto**...³¹

Como consta em Neves (2011), quando subcategorizam os substantivos, os adjetivos se enquadram na categoria dos classificadores, em que participam também locuções adjetivas. Nesse caso, eles “colocam o substantivo que acompanham em uma subclasse, trazendo em si uma indicação objetiva sobre essa subclasse” (NEVES, 2011, p. 186). Isto é, são adjetivos que apontam para subdivisões ou subclasses concretas que independem da perspectiva do observador. Nesse sentido, esse tipo de adjetivo se refere a noções como a de delimitação ou circunscrição, de localização no espaço, de localização no tempo, de quantidade de tempo transcorrido, de substituição no tempo e de aspecto. Abaixo, seguem exemplos de classificações relacionadas a tempo transcorrido e a delimitação, respectivamente:

(23) O senhor **idoso** voltou a exaltar-se.³²

(24) Antes o debate se dava no círculo **ideológico**.³³

Essas noções são relevantes, pois uma das hipóteses a ser testada é a de que discursos de direita, em comparação com discursos de esquerda, em um contexto conservador, teriam uma tendência maior a utilizar formas que, por expressarem avaliações subjetivas, não enquadrariam os indivíduos em uma classe ou subclasse concreta. Mais especificamente, acredita-se que, preferencialmente, a direita utilizaria formas eufemísticas para tratar das

³⁰ Exemplo extraído de Neves (2011, p. 188).

³¹ Exemplo extraído de Neves (2011, p. 189).

³² Exemplo extraído de Neves (2011, p. 197).

³³ Exemplo extraído de Neves (2011, p. 193).

classes menos favorecidas em um contexto conservador. Em função disso, os adjetivos e as locuções adjetivas que acompanham os nomes gerais encontrados nos *corpora* serão subdivididos em classificadores e qualificativos, quantificados e, por fim, será feita uma análise dos traços semânticos desses itens.

3.5 Preparação dos dados

Para viabilizar as análises quantitativa e qualitativa dos dados, as ocorrências foram classificadas a partir de critérios sintáticos. Dessa forma, foi possível separar as ocorrências em que os nomes gerais aparecem em contextos de interpretação genérica, ao constatar-se que se trata de itens não acompanhados por especificadores ou por complementadores, com exceção do artigo. A presença do artigo definido, um especificador, tem por finalidade indicar um referente genérico, como pode ser verificado no exemplo (24). Também foi possível separar as ocorrências em que a delimitação do referente do nome geral é realizada a partir de traços advindos de adjetivos ou de locuções adjetivas, que, em uma análise sintática, são classificados como sintagmas adjetivais e preposicionais em função adnominal, como no exemplo (25) e (26), respectivamente.

É importante destacar que foram encontradas também ocorrências em que a indicação do referente do nome geral é realizada a partir de outros elementos além de sintagmas adjetivais e preposicionais. Há ocorrências em contextos de interpretação específica do referente em que pronomes possessivos ou demonstrativos, quantificadores e orações restritivas especificam o nome geral, delimitando o conjunto dos elementos a que se referem. Exemplos de cada um desses casos encontram-se nos itens (27), (28) e (29), respectivamente:

(24)[...] hoje o Brasil atravessa uma grave crise econômica, tem milhões de desempregados e registra queda no número de nascimentos, além do fato de **as pessoas** estarem vivendo por mais tempo. (Delegado Antônio Furtado, PSL-2019)

(25)Ao final da jornada, faziam caminho inverso e iam para suas casas simples, casa de **gente trabalhadora**, em área distante do centro da capital. (Sandes Júnior, PP-2011)

(26)[...] que limpe todo o Congresso, porque **pessoas de bem**, como nós do PSL e de partidos aliados, não têm nada a esconder. (Bibo Nunes, PSL-2019)

(27)E **essas pessoas** estão ali não pela cor de sua pele, estão ali porque nossa sociedade não dá as mesmas condições a todos os brasileiros. (Sandes Júnior, PP-2015)

(28)E pior: considero as equivocadas decisões do Presidente Bolsonaro e toda a sua equipe de governo delírios que ameaçam levar para o buraco uma nação de mais de **200 milhões de pessoas**. (Benedita da Silva, PT-2019)

(29)Todos aqui estão fazendo parte da nova história do Brasil, e nós temos o apoio das ruas, da população, de **pessoas que querem de fato o melhor para o seu país**, [...]. (Bibo Nunes, PSL-2019)

Enfim, o total de ocorrências de cada contexto de uso, por partido e por sincronia, pode ser visualizado no quadro abaixo:

Tabela 7- Total de ocorrências de nomes gerais por contexto de uso, por partido e por sincronia

	PT- 2011	PP- 2011	PT- 2015	PP- 2015	PT- 2019	PSL- 2019
NG sem especificadores ou complementadores³⁴	44	54	46	42	63	115
NG complementado por sintagmas adjetivais ou preposicionais	80	122	96	64	162	141
NG complementado por orações restritivas	18	23	23	20	32	43
NG especificado por quantificadores	43	31	26	22	27	20
NG especificado por pronomes possessivos ou demonstrativos	19	35	11	8	25	26
Total	204	265	202	156	309	345

Fonte: a autora.

Resumidamente, nessa seção, foram mostrados os procedimentos realizados para se chegar aos dados que interessam a esta pesquisa. Na próxima seção, esses dados serão analisados para se chegar às respostas das questões que motivaram a realização desta pesquisa.

³⁴ Com exceção de artigos.

4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Nas próximas subseções, serão apresentados a análise dos dados e os resultados desta pesquisa.

4.1 Análise quantitativa

Um dos objetivos deste trabalho é verificar se há estratificação do uso de nomes gerais com referência genérica a grupos de pessoas condicionada pelo posicionamento ideológico de partidos políticos, se à direita ou à esquerda, se conservador ou não. Em função disso, as ocorrências desse tipo de uso foram contabilizadas, por partido, em três sincronias, 2011, 2015 e 2019, que representam um período anterior, um período concomitante e um período posterior à chegada de uma “onda conservadora” no Brasil. Em seguida, os dados foram subdivididos em dois grupos, conforme a identidade do referente: contextos de interpretação genérica e contextos de interpretação específica. Nesse primeiro estágio da pesquisa, optou-se por não destacar ou analisar, separadamente, aspectos quantitativos relativos a cada nome geral, considerando-se que os nomes gerais analisados apresentam o mesmo valor de verdade e são intercambiáveis.

4.1.1 Dados numéricos encontrados por partido e por sincronia

No ano de 2011, foram analisadas 204 ocorrências de nomes gerais no *corpus* formado por pronunciamentos do PT, sendo 44 ocorrências extraídas de contextos de interpretação genérica e 160 de contextos de interpretação específica. O maior número de ocorrências se concentra entre os itens *pessoas* e *povo(s)*. Em relação ao *corpus* formado por pronunciamentos do PP, foram analisadas 265 ocorrências, sendo 54 ocorrências extraídas de contextos de interpretação genérica e 211 de contextos de interpretação específica. Similarmente ao *corpus* com pronunciamentos do PT, o maior número de ocorrências se concentra nos itens *povo(s)* e *pessoas*, embora *pessoal* e *gente* também tenham um número expressivo de ocorrências em contextos de interpretação específica.

A partir desses números, nota-se que, apesar de o partido de direita utilizar mais nomes gerais para fazer referência a grupos de pessoas, a porcentagem de nomes gerais em contextos de interpretação genérica não é tão discrepante entre os dois partidos nessa sincronia. Eles correspondem a 21,5% e a 20,4% das ocorrências nos *corpora* do PT e do PP, respectivamente. Isso revela que, em 2011, o partido mais representativo da direita empregava um número menor de nomes gerais em contextos de interpretação genérica, se comparado ao partido mais representativo da esquerda, como pode ser visualizado no quadro abaixo:

Tabela 8 – Número de nomes gerais em contextos de interpretação genérica do referente e em contextos de interpretação específica do referente por partido, em 2011

	PT - 2011				PP - 2011			
	Contextos de interpretação genérica		Contextos de interpretação específica		Contextos de interpretação genérica		Contextos de interpretação específica	
Nome geral	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<i>povo(s)</i>	18	8,9	79	38,8	21	7,9	77	28,9
<i>pessoas</i>	25	12,2	74	36,3	23	8,7	99	37,4
<i>gente</i>	1	0,4	6	3,0	3	1,2	18	6,8
<i>indivíduos</i>	0	0	1	0,4	0	0	3	1,2
<i>pessoal</i>	0	0	0	0	7	2,6	14	5,3
Total	44	21,5	160	78,5	54	20,4	211	79,6

Fonte: a autora.

No ano de 2015, foram analisadas 202 ocorrências de nomes gerais do *corpus* formado por discursos do PT, sendo 46 extraídas de contextos de interpretação genérica e 156 extraídas de contextos de interpretação específica. Nota-se a ausência de itens como *indivíduos* e *pessoal* e a presença de apenas 3 ocorrências de *gente* em contextos de interpretação específica. Já no *corpus* composto por discursos do PP, foram encontradas 156 ocorrências, sendo 42 de nomes gerais em contextos de interpretação genérica do referente e 114 de nomes gerais em contextos de interpretação específica do referente. Em comparação aos dados do PT, o PP apresenta mais diversificação do uso de nomes gerais, com ocorrências de todos os itens analisados.

Comparando-se os dados, verifica-se que, no ano de 2015, o partido de orientação ideológica de direita, o PP, adotou menos nomes gerais nos seus pronunciamentos do que o partido de orientação ideológica de esquerda, o PT. No entanto, a porcentagem de nomes gerais em contextos de interpretação genérica é maior em dados do PP, em que representam 27,0% das ocorrências. Nos dados do PT, esses itens somam 22,7% das ocorrências, o que pode ser visualizado na tabela abaixo:

Tabela 9 – Número de nomes gerais em contextos de interpretação genérica do referente e em contextos de interpretação específica do referente por partido, em 2015

	PT - 2015				PP - 2015			
	Contextos de interpretação genérica		Contextos de interpretação específica		Contextos de interpretação genérica		Contextos de interpretação específica	
Nome geral	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<i>povo(s)</i>	15	7,4	94	46,5	12	7,7	34	21,8
<i>pessoas</i>	31	15,3	59	29,2	25	16,0	57	36,5
<i>gente</i>	0	0	3	1,4	2	1,3	10	6,4
<i>indivíduos</i>	0	0	0	0	1	0,7	2	1,3
<i>pessoal</i>	0	0	0	0	2	1,3	11	7,0
Total	46	22,7	156	77,2	42	27,0	114	73,0

Fonte: a autora.

Nos dados de 2019, foram analisadas 309 ocorrências de nomes gerais no *corpus* do PT, sendo 63 extraídas de contextos de interpretação genérica e 246 extraídas de contextos de interpretação específica. É perceptível que, assim como nas sincronias anteriores, o uso de *povo(s)* e de *pessoas* sobressai. Em relação ao partido mais representativo de orientação ideológica de direita, o PSL, que se elevou à segunda maior bancada no pleito de 2018, foram encontradas 345 ocorrências de nomes gerais, 115 em contextos de interpretação genérica e 230 em contextos de interpretação específica. Em comparação ao padrão apresentado pelo PP, há uma porcentagem menor de uso de outros nomes gerais além de *povo(s)* e de *pessoas*.

A partir desses dados, verifica-se que, em 2019, evidencia-se a maior discrepância entre os dados dos partidos de esquerda e de direita. Enquanto o uso de nomes gerais em contextos de interpretação genérica representam 20,4% das ocorrências no *corpus* de pronunciamentos do PT, no *corpus* de pronunciamentos do PSL, esse tipo de uso representa 33,4% das ocorrências, como pode ser visto na tabela abaixo:

Tabela 10 – Número de nomes gerais em contextos de interpretação genérica do referente e em contextos de interpretação específica do referente por partido, em 2019

	PT - 2019				PSL - 2019			
	Contextos de interpretação genérica		Contextos de interpretação específica		Contextos de interpretação genérica		Contextos de interpretação específica	
Nome geral	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<i>povo(s)</i>	37	11,9	163	52,8	64	18,5	130	37,6
<i>pessoas</i>	26	8,5	71	22,9	47	13,7	80	23,2
<i>gente</i>	0	0	10	3,3	2	0,6	11	3,2
<i>indivíduos</i>	0	0	0	0	2	0,6	0	0
<i>pessoal</i>	0	0	2	0,6	0	0	9	2,6
Total	63	20,4	246	79,6	115	33,4	230	66,6

Fonte: a autora.

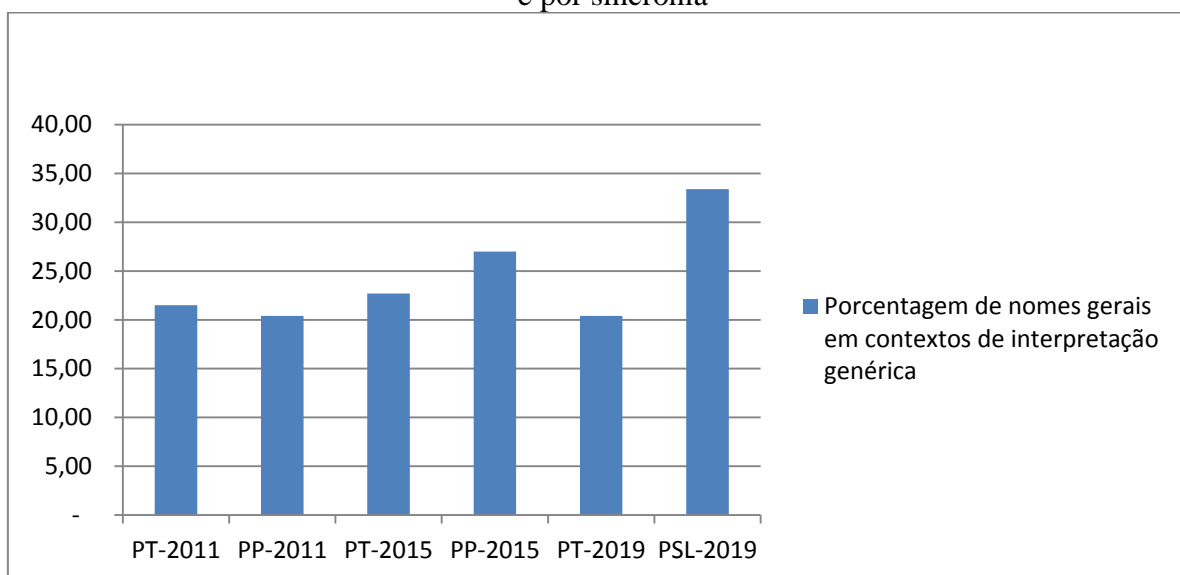
4.1.2 Discussão dos resultados

Os resultados numéricos encontrados revelam tendências de uso dos nomes gerais que se estratificam tanto em relação aos partidos quanto em relação às sincronias. Isto é, nota-se um padrão de comportamento desses itens em função da localização ideológica do partido e da localização temporal da legislatura. Nesse sentido, enquanto houve pouca variação, ao longo do tempo, no padrão de uso desses itens nos *corpora* de dados extraídos do partido de esquerda, nos *corpora* de dados extraídos dos partidos de direita, é notável a variação com o distanciamento temporal.

O uso de nomes gerais em contextos de interpretação genérica, no *corpus* de pronunciamentos do PT, corresponde a 21,5% das ocorrências em 2011, 22,7% das ocorrências em 2015 e 20,4% das ocorrências em 2019. Em suma, a variação quantitativa, ao longo das sincronias, no uso de nomes gerais em contextos de interpretação genérica é pouco significativa nos *corpora* de pronunciamentos do partido de esquerda. Em contrapartida, em relação aos dados extraídos dos *corpora* de pronunciamentos dos partidos de direita, verifica-se que houve uma alteração significativa ao longo das sincronias. Em 2011, o uso de nomes gerais em contextos de interpretação genérica correspondia a 20,4% das ocorrências no *corpus* de pronunciamentos do PP. Em 2015, o mesmo partido apresentou variação de 6,6% no percentual desses usos, que alcançaram um valor de 27,0% das ocorrências. Em 2019, com a ascensão do PSL como partido de direita mais representativo, verifica-se que o aumento no percentual de usos de nomes gerais em contextos de interpretação genérica é de 6,4%, se comparado ao ano de 2015, e de 13,0%, se comparado ao ano de 2011, atingindo o valor de 33,4%.

É interessante notar que, no ano de 2011, ambos os partidos, de esquerda e de direita, apresentam um padrão semelhante de uso de nomes gerais em contextos de interpretação genérica, mas que, em partidos de direita, esse tipo de uso vai se tornando mais frequente ao longo das sincronias. Esses dados corroboram a hipótese de que a chegada de uma “onda conservadora” no Brasil tenha alterado padrões de uso de formas genéricas, afinal o modo de se referir a grupos de pessoas se tornou mais vago ao longo das sincronias, em dados dos partidos de direita. Essa mudança pode ser melhor visualizada no gráfico abaixo, que mostra a porcentagem de nomes gerais em contextos de interpretação genérica por partido e por sincronia:

Gráfico 1 – Porcentagem de nomes gerais em contextos de interpretação genérica por partido e por sincronia



Fonte: a autora.

4.2 Análise qualitativa

Nesta subseção, serão evidenciadas todas as qualificações e as categorias de grupos de indivíduos que advêm de expressões formadas a partir dos nomes gerais analisados. A intenção é cumprir o segundo objetivo deste trabalho, verificando se adjetivos ou locuções adjetivas que se referem a avaliações subjetivas, de preferência as formas eufemísticas, são mais características de partidos de direita, quando se trata de fazer referência a grupos de pessoas, em um contexto conservador.

4.2.1 Dados encontrados por nome geral e por sincronia

Nesta subparte, serão descritas as ocorrências dos nomes gerais que se associam a adjetivos ou a locuções adjetivas, separadas por nome geral, por sincronia e por partido.

4.2.1.1 *povo(s)*

Abaixo, encontram-se todas as ocorrências encontradas do item *povo(s)* associado a adjetivos ou a locuções adjetivas.

4.2.1.1.1 O uso de *povo(s)* em 2011

Em 2011, foram encontradas 64 ocorrências em que o item *povo(s)* associa-se a adjetivos ou a locuções adjetivas no *corpus* de pronunciamentos do PT. Sobressaem as classificações relativas à localização geográfica com 41 ocorrências, como no exemplo (30). Em seguida, destacam-se as classificações relativas a subdivisões étnico-raciais com 19 ocorrências, por meio das expressões *povos indígenas*, *povos tupinambás* e *povo negro*, como no exemplo (31). E foram encontradas 4 ocorrências com adjetivos qualificativos, compondo as expressões *povo trabalhador* e *povo acolhedor*, como no exemplo (32):

(30)[...] já estamos no segundo mandato, por decisão **do povo da Bahia**. (Emiliano José, PT-2011)

(31)Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, reafirmo mais uma vez minha aliança com as lutas **dos povos indígenas** [...]. (Amauri Teixeira, PT-2011)

(32)Que esta sessão fique marcada como um evento que colaborou para que a casa de fato represente **o povo trabalhador** e ressalte a sua dignidade. (Vicentinho, PT-2011)

Em relação ao *corpus* de pronunciamentos do PP, entre as 60 ocorrências em que *povo(s)* associa-se a adjetivos ou a locuções adjetivas, 54 se referiam a subdivisões territoriais, como no exemplo (33). 3 ocorrências se referiam a subdivisões étnico-raciais por meio das expressões *povos indígenas*, *povos originais* e *povos civilizados*, como no exemplo (34). E, por fim, havia 3 ocorrências com adjetivos qualificativos, compondo as expressões *povo ordeiro e trabalhador*, *povo trabalhador* e *povo desordeiro*, como no exemplo (35):

- (33) A Presidenta e **o povo brasileiro**, tenho convicção disto, podem contar com o apoio deste Poder para construir o arcabouço de leis necessárias para proteger e perenizar essa grande iniciativa. (Sandes Júnior, PP-2011)
- (34) Milhares de goianos e outros brasileiros vindos de Estados vizinhos se emocionaram diante da presença carismática do Papa e de sua aparição em um altar que homenageava **nossos povos indígenas**. (Sandes Júnior, PP-2011)
- (35) O Deputado Sérgio Brito confirmou que não existe mesmo esse Parlamentar na Bahia, até porque aquele Estado tem **um povo ordeiro e trabalhador**. (Carlos Magno, PP-2011)

4.2.1.1.2 O uso de *povo(s)* em 2015

No ano de 2015, no *corpus* de pronunciamentos do PT, foram encontradas 82 ocorrências em que *povo(s)* associa-se a adjetivos ou a locuções adjetivas. Entre essas ocorrências, havia 55 que se referiam a subdivisões territoriais, como no exemplo (36). 16 ocorrências eram relativas a subdivisões étnico-raciais por meio das expressões *povo negro*, *povo tupinambá*, *povo tumbalala*, *povo(s) indígena(s)* e *Povos Tradicionais de Matriz Africana*, como no exemplo (37). Havia também classificações relativas a subdivisões religiosas, com 3 ocorrências, por meio das expressões *povo Bahá'í* e *povos de religião de matriz africana*, como no exemplo (38). Ainda, foram encontradas 2 ocorrências relativas a aspectos socioeconômicos, por meio das expressões *povos camponeses e tradicionais* e *povos e comunidades tradicionais*, como no exemplo (39). Por fim, havia 6 ocorrências com adjetivos qualificativos, compondo as expressões *povo mais humilde*, *povo trabalhador e lutador*, *povo batalhador*, *povo hospitaleiro e trabalhador*, *povos atingidos* e *povo excluído*, como no exemplo (40):

- (36) Até nos teatros e nos estádios está **o povo do Paraná** pedindo "Fora Beto Richa!". (José Guimarães, PT-2015)
- (37) Sem dúvidas, a sua força e a sua convicção em defesa **do povo negro** são inspiradoras para todos aqueles que lutam por justiça e liberdade. (Valmir Assunção, PT-2015)
- (38) [...] pois **o povo Bahá'í** precisa de socorro, precisa ser acolhido e precisa ser libertado, para que possa professar sua fé [...]. (Luiz Couto, PT-2015)

(39) Vale destacar que este PL foi aprovado aqui na Câmara à revelia dos direitos **dos povos camponeses e tradicionais**. (Valmir Assunção, PT-2015)

(40) Estância é uma cidade operária, de belas praias, **povo trabalhador e lutador**. (João Daniel, PT-2015)

No *corpus* de pronunciamentos do PP, entre as 31 ocorrências em que *povo(s)* associasse a adjetivos ou a locuções adjetivas, 28 ocorrências se referiam a classificações relativas a subdivisões territoriais, como no exemplo (41). As 3 ocorrências restantes eram de *povo(s)* associado a adjetivos qualificativos, compondo as expressões *povo criativo*, *povo alegre* e *povo tão sofrido*, como no exemplo (42):

(41) A coisa certa é defender o povo brasileiro, defender **o povo brasileiro** é votar contra o ajuste fiscal. (Marcelo Belinati, PP-2015)

(42) Nós temos **um povo criativo** e tudo para crescer. (Renato Molling, PP-2015)

4.2.1.1.3 O uso de *povo(s)* em 2019

Nos dados do PT, em 2019, foram encontradas 142 ocorrências de *povo(s)* associado a adjetivos ou a locuções adjetivas. Entre elas, 117 ocorrências eram relativas a subdivisões territoriais, como no exemplo (43). 9 ocorrências eram relativas a subdivisões étnico-raciais, por meio das expressões *povos indígenas*, *povos originários* e *povo negro*, como no exemplo (44). Havia ainda 7 ocorrências relativas a subdivisões a partir de aspectos socioeconômicos por meio das expressões *povo pobre*, *povo mais pobre*, *povos e comunidades tradicionais* e *povo das periferias*, como no exemplo (45). 1 ocorrência era relativa a subdivisões ligadas à religião por meio da expressão *povo de terreiro*, como no exemplo (46). E, por fim, 8 ocorrências de *povo(s)* associavam-se a adjetivos qualificativos, compondo as expressões *povo trabalhador*, *povo generoso*, *povo consciente* e *povo submisso*, como no exemplo (47):

(43) Quero parabenizar todo **o povo de Bonfim** e citar o belo trabalho do Prefeito Carlos Brasileiro. (Valmir Assunção, PT-2019)

(44) É **o povo negro** que ainda possui acesso dificultado às universidades, aos empregos, ao salário digno. (Valmir Assunção, PT-2019)

(45) Lamentamos que a pauta desse Governo sempre sejam mortes, armas e ataque **ao povo das periferias, ao povo pobre** deste País. (Maria do Rosário, PT-2019)

(46) Nós identificamos nesse projeto a possibilidade de referendar as liberdades religiosas dos evangélicos, dos católicos, dos judeus, **do povo de terreiro**, dos espíritas. (Benedita da Silva, PT-2019)

(47) Assim, o que vemos é o lucro arbitrário dos bancos, é ameaça todos os dias aos direitos e às conquistas históricas **do povo trabalhador**. (João Daniel, PT-2019)

No *corpus* composto por pronunciamentos do PSL, há 118 ocorrências em que *povo(s)* associa-se a adjetivos ou a locuções adjetivas. Dessas ocorrências, 104 se referiam a subdivisões territoriais, como no exemplo (48). 3 ocorrências se referiam a classificações relativas à religião por meio da expressão *povo judeu*, como no exemplo (49). 1 ocorrência se referia a classificações relativas a subdivisões étnico-raciais por meio da expressão *povo indígena*, como no exemplo (50). 1 ocorrência se relacionava a subdivisões relativas a aspectos socioeconômicos por meio da expressão *povo mais pobre*, como no exemplo (51). E, por fim, 9 ocorrências eram de *povo(s)* associado a adjetivos ou a locuções adjetivas qualificativos, compondo as expressões *povo maravilhoso*, *povo valoroso*, *povo de bem*, *povo livre*, *povo trabalhador*, *povo lutador* e *povo abençoado*, como nos exemplos (52):

(48) Os senhores foram eleitos para atender à necessidade **do povo brasileiro**. (Coronel Chrisóstomo, PSL-2019)

(49) Nesse contexto, fica claro que a história quis adensar os laços de nosso País com **o povo judeu**. (Major Vitor Hugo, PSL-2019)

(50) Querem nos colocar como sendo os malvados, representando os interesses do grande capital, querendo fazer exploração de mão de obra de **povo indígena**. (Luiz Philippe de Orleans e Bragança, PSL-2019)

(51) Prejudicar **o povo mais pobre** não é a intenção de ninguém neste Parlamento. (Joice Hasselmann, PSL-2019)

(52) O povo lá fora quer ver o Brasil progredir, **o povo de bem**, o povo que quer novamente a geração de emprego e renda, [...]. (Alê Silva, PSL-2019)

4.2.1.2 *pessoas*

Pessoas é um dos nomes gerais mais recorrentes nos *corpora* deste trabalho, como poderá ser visto a partir da explicitação das expressões compostas por esse item.

4.2.1.2.1 O uso de *peessoas* em 2011

Em 2011, nos dados do PT, foram encontradas 16 ocorrências em que o item *peessoas* associa-se a adjetivos ou a locuções adjetivas. Entre elas, predominam, com 5 ocorrências, as classificações relativas à orientação sexual por meio da expressão *peessoas de mesmo sexo*, exemplo (53). Há também 3 ocorrências relativas à ideia de pertencimento a um grupo ou subclasse por meio das expressões *peessoas da comunidade*, *peessoas do movimento* e *peessoas dessas comunidades*, exemplo (54). 2 ocorrências se referiam a subdivisões relativas a aspectos socioeconômicos por meio das expressões *peessoas do povo* e *peessoas extremamente pobres*, exemplo (55). 1 ocorrência se referia à faixa etária por meio da expressão *peessoas com 65 anos ou mais*, exemplo (56). 1 ocorrência se referia a classificações relacionadas a doenças por meio da expressão *peessoas portadoras de distúrbios mentais*, exemplo (57). 1 ocorrência era formada por uma locução adjetiva que compunha uma expressão fixa, exemplo (58). E, por fim, havia 3 ocorrências com adjetivos qualificativos, compondo as expressões *peessoas inteiras*, *peessoas cada vez mais segmentadas* e *peessoas executadas*, exemplo (59):

- (53) Em segundo lugar, quero destacar um fato importante: a aprovação unânime, pelo Supremo Tribunal Federal, da união civil entre **peessoas do mesmo sexo**. (Sérgio Barradas Carneiro, PT-2011)
- (54) É evidente que os laudos antropológicos - técnicos - são fundamentais, mas é necessário que **as pessoas da comunidade** se autoidentifiquem como remanescentes de quilombos. (Domingos Dutra, PT-2011)
- (55) Com base em dados do Censo de 2010 do IBGE, existiam no Brasil, no ano passado, 16,27 milhões de **peessoas extremamente pobres** [...]. (Valmir Assunção, PT-2011)
- (56) Em 2000, a participação de **peessoas com 65 anos ou mais** chegava a 5,9%. (Sérgio Barradas Carneiro, PT-2011)
- (57) É preciso qualidade no tratamento **das pessoas portadoras de distúrbios mentais**. (Luiz Couto, PT-2011)
- (58) Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentar todos os dirigentes do Banco do Brasil **nas pessoas do vice-presidente Robson Rocha e do superintendente do Banco em Minas Gerais José Roberto Sardelari** [...]. (Leonardo Monteiro, PT-2011).

(59) E isto exige **peessoas inteiras**, capazes de olhar o mundo, as situações como um todo, ao mesmo tempo em que são capazes de neles se localizar. (Rogério Carvalho, PT-2011)

Nos dados do PP, foram encontradas 44 ocorrências em que o item *peessoas* associa-se a adjetivos ou a locuções adjetivas. Dessas ocorrências, 18 se relacionam a doenças por meio das expressões *peessoas com deficiência*, *peessoas com deficiência sensorial*, *peessoas com deficiência auditiva* e *peessoas surdas-cegas*, como no exemplo (60). 3 se referem a subdivisões geográficas por meio das expressões *peessoas de todo o Brasil*, *peessoas deste imenso Brasil* e *peessoas de Roraima*, como no exemplo (61). 3 são relativas a subdivisões relacionadas a aspectos socioeconômicos por meio da expressão *peessoas pobres*, exemplo (62). 2 ocorrências se referem a classificações de ordem jurídica por meio da expressão *peessoas físicas*, como no exemplo (63). 2 ocorrências associam-se a locuções adjetivas que compõem expressões fixas, como no exemplo (64). 1 ocorrência se relaciona a subdivisões étnico-raciais por meio da expressão *peessoas brancas*, exemplo (65). 1 ocorrência se relaciona à faixa etária por meio da expressão *peessoas com 65 anos ou mais*, exemplo (66). Enfim, 14 ocorrências se referem a qualificações subjetivas por meio das expressões *peessoas de destaque*, *peessoas simples*, *peessoas menos esclarecidas*, *peessoas humildes*, *peessoas menos afortunadas*, *peessoas carentes*, *peessoas criativas* e *abnegadas pessoas*, como no exemplo (67):

(60) Assim, a acessibilidade representa o meio pelo qual **as pessoas com deficiência** podem exercer seus direitos fundamentais. (Iracema Portella, PP-2011)

(61) É aquele acontecimento que deixa intranquila **as pessoas de Roraima**, porque passados quase 5 meses ainda não foram tomadas as providências que se deveriam tomar. (Raul Lima, PP-2011)

(62) [...] em 2003, apresentei projeto de lei estabelecendo essa tarifa social para **as pessoas pobres**, as pessoas humildes do Brasil [...]. (Carlos Souza, PP-2011)

(63) A proposição também prevê a extensão da data-limite para desfrutar do benefício, tanto para as pessoas jurídicas quanto para **as pessoas físicas** [...]. (Iracema Portella, PP-2011)

(64) Sr. Presidente, meu registro é para aplaudir e felicitar o Governo Federal **nas pessoas da Presidenta Dilma Rousseff, do Ministro da Saúde**, Alexandre Padilha [...]. (Simão Sessim, PP-2011)

(65) De 2005 para 2008, houve uma queda de 22,7% nos homicídios de **peessoas brancas**, entre os negros, as taxas subiram 12,1%. (Iracema Portella, PP-2011)

(66) Para se ter ideia desse aumento, o total de **pessoas com 65 anos ou mais** em 1991 era de 4,8% [...]. (Roberto Teixeira, PP-2011)

(67) Trata-se de medida de importância fundamental, principalmente para **as pessoas carentes, as pessoas humildes** [...]. (Carlos Souza, PP-2011)

4.2.1.2.2 O uso de *pessoas* em 2015

Em 2015, no *corpus* de pronunciamentos do PT, foram encontradas 13 ocorrências em que o item *pessoas* associa-se a adjetivos ou a locuções adjetivas. 4 ocorrências se referiam ao termo jurídico *pessoas físicas*, como no exemplo (68). 3 ocorrências se referiam a classificações relativas a doenças por meio da expressão *pessoas com deficiência*, exemplo (69). 1 ocorrência se referia a subdivisões relativas à religião com a expressão *pessoas da comunidade Bahá'í*, exemplo (70). 1 ocorrência se referia a subdivisões relacionadas à localização espacial por meio da expressão *pessoas da cidade*, como no exemplo (71). E, por fim, 4 ocorrências se associavam a adjetivos ou a locuções adjetivas qualificativos, compondo as expressões *pessoas humildes*, *pessoas mais necessitadas*, *pessoas de mais idade* e *pessoas da mais alta qualificação*, como no exemplo (72):

(68) Por isso a Coalizão Democrática defende a proibição da doação de empresas e limita a doação de **pessoas físicas** [...]. (Alessandro Molon, PT-2015)

(69) Os temas relacionados aos direitos **das pessoas com deficiência** receberam a unanimidade não apenas do voto [...]. (Maria do Rosário, PT-2015)

(70) Faço uma referência especial **às pessoas da comunidade Bahá'í** que estão presos no Irã [...]. (Luiz Couto, PT-2015)

(71) [...] um novo método e um novo estilo de governar, com a participação essencialmente da população, apostando na inteligência **das pessoas da cidade**, [...]. (Caetano, PT-2015)

(72) Nós queremos, sim, acabar com o financiamento privado das eleições e possibilitar a participação **das pessoas mais necessitadas**, das lideranças populares [...]. (Caetano, PT-2015)

No *corpus* de pronunciamentos do PP, foram encontradas 20 ocorrências em que o item *pessoas* associa-se a adjetivos ou a locuções adjetivas. Dessas ocorrências, 10 eram do termo jurídico *pessoas físicas*, exemplo (73). 2 ocorrências eram relativas a classificações sobre aspectos socioeconômicos por meio da expressão *pessoas de rua*, exemplo (74). 1

ocorrência era relativa à faixa etária por meio da expressão *peessoas com mais de 60 anos*, exemplo (75). 1 ocorrência se relacionava à localização geográfica por meio da expressão *peessoas de várias nacionalidades*, exemplo (76). E, por fim, 6 ocorrências continham adjetivos qualificativos, compondo as expressões *peessoas muito afáveis*, *peessoas tão ilustres*, *peessoas de má índole*, *peessoas de mais idade*, *peessoas sem instrução* e *peessoas famintas*, como no exemplo (77):

- (73) É muito mais econômico para o País que parte dos recursos seja pública, sim, e a outra parte venha de **peessoas físicas** [...]. (Afonso Hamm, PP-2015)
- (74) Esse programa já mudou a vida de mais de **600 pessoas de rua**, desde o início da gestão, em 2013. (Marcus Vicente, PP-2015)
- (75) Entre **as pessoas com mais de 60 anos**, 10,2% haviam sido internadas por pelo menos 24 horas nos 12 meses anteriores. (Iracema Portella, PP-2015)
- (76) Ele criou no ano passado uma comissão, formada por **17 pessoas de várias nacionalidades** e vários laicos [...]. (Sandes Júnior, PP-2015)
- (77) A Sérvia é o Brasil do Leste Europeu. São **peessoas muito afáveis**, muito alegres. (Ricardo Barros, PP-2015)

4.2.1.2.3 O uso de *peessoas* em 2019

No ano de 2019, no *corpus* formado por pronunciamentos do PT, entre as 17 ocorrências em que *peessoas* associa-se a adjetivos ou a locuções adjetivas, a maior parte se referia a classificações relativas a doenças, com 4 ocorrências, por meio das expressões *peessoas com transtorno*, *peessoas com deficiência* e *peessoas cardíacas*, como no exemplo (78). 2 ocorrências eram sobre classificações quanto à faixa etária com as expressões *peessoas idosas* e *peessoas maiores de 70 anos*, como no exemplo (79). 2 ocorrências eram relacionadas à ideia de pertencimento a grupos com as expressões *peessoas de todas as culturas*, *crenças e classes sociais* e *peessoas de classes e etnias diferentes*, como no exemplo (80). 1 ocorrência se referia a classificações sobre aspectos socioeconômicos com a expressão *peessoas pobres*, exemplo (81). 1 ocorrência era relativa a subdivisões étnico-raciais com a expressão *peessoas negras*, como no exemplo (82). 1 ocorrência era de uma expressão fixa com o item *peessoas* associado a uma locução adjetiva, exemplo (83). E, por último, 6 ocorrências associavam-se a

adjetivos qualificativos, compondo as expressões *peessoas por inteiro*, *peessoas armadas*, *peessoas inadimplentes*, *peessoas treinadas* e *peessoas desempregadas*, como no exemplo (84):

- (78) Neste país se quer a volta do eletrochoque para **as pessoas com transtorno**, quer-se a volta dos manicômios. (Erika Kokay, PT-2019)
- (79) Há pessoas cardíacas, diabéticas, **pessoas idosas**, crianças, situações de emergência. (Maria do Rosário, PT-2019)
- (80) Destaco que é por meio da educação que não só **as pessoas de classes e etnias diferentes**, mas todos desenvolvemos o intelecto. (Benedita da Silva, PT-2019)
- (81) Portanto, os filhos dos trabalhadores rurais, os filhos dos camponeses, **das pessoas pobres** do nosso querido Estado do Tocantins, terão agora a oportunidade [...] de ver aprovada a Universidade Federal do Norte do Tocantins [...]. (Célio Moura, PT-2019)
- (82) Entre janeiro e março deste ano, **434 pessoas negras** foram mortas pela polícia. (Benedita da Silva, PT-2019)
- (83) Por isso fiz questão de elaborar, com sucesso de aprovação, a inclusão de nomes de **pessoas a exemplo de João Pedro Teixeira**, líder das Ligas Camponesas, e de Dandara, lutadora negra de Palmares. (Valmir Assunção, PT-2019)
- (84) Estamos vivenciando um Governo que, de forma muito clara, deixa nítida a sua perseguição à educação, sua perseguição à construção de um País onde tenhamos **pessoas por inteiro**, que possam viver uma humanidade e expressá-la [...]. (Erika Kokay, PT-2019)

Em relação ao *corpus* formado por dados do PSL, foram encontradas 13 ocorrências em que o item *peessoas* foi classificado ou qualificado por meio de adjetivos ou de locuções adjetivas. Dessas ocorrências, 2 se referiam à ideia de pertencimento a grupos por meio das expressões *peessoas de vários partidos* e *peessoas do setor público e privado*, como no exemplo (85). 1 ocorrência era relativa a classificações relacionadas a aspectos socioeconômicos por meio da expressão *peessoas mais pobres*, como no exemplo (86). 1 ocorrência se referia a classificações relacionadas à faixa etária com a expressão *peessoas mais velhas*, como no exemplo (87). E, por fim, 9 ocorrências eram compostas por adjetivos qualificativos com as expressões *peessoas de bem*, *peessoas de direita*, *peessoas inadimplentes*, *peessoas extremamente importantes* e *peessoas do mal*, como no exemplo (88):

- (85) Estamos nesse colegiado ouvindo, inquirindo testemunhas, investigados e envolvidos, **pessoas do setor público e privado** [...]. (Sanderson, PSL-2019)

- (86) O Congresso aprova um fundo de 16 bilhões, tirando dinheiro **das pessoas mais pobres** deste País. (Delegado Waldir, PSL-2019)
- (87) E o mais interessante é que muitos, no momento do ataque, colocam ali **pessoas mais velhas** e crianças, para que sejam mortas. (Carla Zambelli, PSL-2019)
- (88) A denúncia contra ele na ONU é uma perda de tempo, porque não são **pessoas de bem** que estão morrendo. (Gurgel, PSL-2019)

4.2.1.3 *gente*

O nome geral *gente* tem poucas ocorrências tanto nos *corpora* de esquerda quanto nos *corpora* de direita, em todas as sincronias analisadas. Mas, como será visto adiante, esse nome geral é empregado mais recorrentemente em discursos oriundos dos partidos de direita.

4.2.1.3.1 O uso de *gente* em 2011

Em 2011, as ocorrências em que o item *gente* associa-se a adjetivos ou a locuções adjetivas foram constatadas apenas no *corpus* de pronunciamentos do PP e somam 4 ocorrências ao todo. 1 se refere à ideia de pertencimento a um grupo por meio da expressão *gente do seu próprio partido*, exemplo (89). As outras 3 ocorrências associam-se a adjetivos qualificativos, compondo as expressões *gente trabalhadora*, *brava gente* e *gente boa*, como no exemplo (90):

- (89) Não apuraram até hoje o sequestro, a tortura e a execução do Prefeito Celso Daniel, praticados, com toda a certeza, por **gente do seu próprio partido**. (Jair Bolsonaro, PP-2011)
- (90) Mas, ao contrário, dependendo em sua grande maioria dos favores e humores do poder público, tem visto ao longo dos anos seus mais comecinhos direitos serem aviltados, desconsiderados por aqueles que deveriam oferecer suporte **à tão brava gente**. (Raul Lima, PP-2011)

4.2.1.3.2 O uso de *gente* em 2015

Em 2015, nos dados do *corpus* formado por pronunciamentos do PT, havia 1 ocorrência em que *gente* associava-se a uma locução adjetiva. Essa ocorrência se refere à ideia de pertencimento a um grupo por meio da expressão *gente dos direitos humanos*:

(91) Nós somos **gente dos direitos humanos**. (Maria do Rosário, PT-2015)

Nos dados do *corpus* formado por pronunciamentos do PP, foram encontradas 3 ocorrências em que o item *gente* associa-se a adjetivos ou a locuções adjetivas. 1 ocorrência era relativas à faixa etária por meio da expressão *gente com 18 anos ou menos*, exemplo (92). 1 ocorrência se relacionava à ideia de pertencimento a um grupo por meio da expressão *gente do meu partido*, exemplo (93). E havia 1 ocorrência composta por adjetivos qualificativos derivados de verbos que formavam a expressão *gente subornada e contratada*, exemplo (94):

(92) Foi o dirigente, mas não foi ele quem fez a luta armada. Fomos nós, garotos, **gente com 18 anos ou menos**. (Jair Bolsonaro, PP-2015)

(93) E a recomendação de **gente do meu partido** era: "Vai mergulhar!". (Jair Bolsonaro, PP-2015)

(94) Na realidade, V.Exas. ganharam as eleições com o assistencialismo e querem agora continuar ganhando com o voto vinculado, com **gente subornada e contratada**. (Julio Lopes, PP-2015)

4.2.1.3.3 O uso de *gente* em 2019

Em 2019, no *corpus* composto por pronunciamentos do PT, foram encontradas 2 ocorrências em que o item *gente* associava-se a adjetivos ou a locuções adjetivas. 1 ocorrência se referia a classificações relativas a aspectos socioeconômicos por meio da expressão *gente pobre*, exemplo (95). A outra ocorrência era do item associado a um adjetivo qualificativo, compondo a expressão *gente esforçada*, exemplo (96):

(95) Este é o grande desejo da elite preconceituosa e atrasada, que não quer ver **gente pobre** na universidade [...]. (Assis Carvalho, PT-2019)

- (96) Ele está deixando sem aula **gente esforçada**, que quer crescer junto com o Brasil. (Benedita da Silva, PT-2019)

Nos dados do *corpus* de pronunciamentos do PSL, também foram encontradas 2 ocorrências. As duas ocorrências eram compostas por adjetivos qualificativos, formando as expressões *gente graúda* e *gente boa*, como no exemplo (97):

- (97) Jamais generalizo em meus discursos, porque em todos os partidos há **gente boa**, e eu respeito. (Bibo Nunes, PSL-2019)

4.2.1.4 *peessoal*

Assim como o item *gente*, o item *peessoal* é mais representativo nos *corpora* compostos por discursos de parlamentares dos partidos de direita. Além disso, as ocorrências também são reduzidas. É importante destacar que o item é utilizado, na maior parte dos contextos, explicita ou implicitamente, na referência a indivíduos que atuam em alguma atividade laboral ou de outro tipo. Nesse sentido, as expressões compostas por locuções adjetivas relativas a subdivisões geográficas se relacionam a trabalhadores de algum ramo de atividade que atuam na localidade indicada. Enfim, todas as expressões formadas por *peessoal* e adjetivos ou locuções adjetivas serão explicitadas separadamente, por partido e por sincronia.

4.2.1.4.1 O uso de *peessoal* em 2011

Em 2011, os contextos em que *peessoal* associa-se a adjetivos ou a locuções adjetivas são específicos dos dados do PP e somam 11 ocorrências. Dessas ocorrências, 6 são relativas a subdivisões geográficas, mais especificamente, sobre trabalhadores de certas localidades, e se materializam por meio das expressões *peessoal da Depressão Central*, *peessoal do Mato Grosso [...]*, *peessoal da região do Vale do Jaguarí*, *peessoal do Nordeste* e *peessoal do litoral*, como no exemplo (98). Há também 2 ocorrências em que locuções adjetivas apontam para a própria atividade exercida, com as expressões *peessoal do fumo* e *peessoal do IBASE*, como no exemplo (99). Por último, há 3 ocorrências relacionadas a posicionamentos políticos por meio das expressões *peessoal do PT e do PSOL* e *peessoal da Esquerda*, como no exemplo (100):

- (98) Para produzir o frango, o suíno, o leite, tem de ter o milho, tem de ter a soja que **o pessoal do Mato Grosso, do Paraná, da Bahia, do Rio Grande** está produzindo. (Luis Carlos Heinze, PP-2011)
- (99) E lembro o pessoal da Depressão Central, o pessoal do arroz, o pessoal da região do Vale do Jaguari, **o pessoal do fumo**, que planta nos morros. (Luis Carlos Heinze, PP-2011)
- (100) **O pessoal da Esquerda** diz tanto que quer uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU! (Jair Bolsonaro, PP-2011)

4.2.1.4.2 O uso de *pessoal* em 2015

No ano de 2015, não há ocorrências de *pessoal* associado a adjetivos ou a locuções adjetivas nos dados do PT. No entanto, nos dados do PP, há 9 ocorrências. 4 ocorrências se referem a subdivisões de ordem laboral por meio das expressões *pessoal da indústria do arroz*, *pessoal do Ministério da Fazenda*, *pessoal da Força Sindical* e *pessoal do programa*, como no exemplo (101). 3 ocorrências se referem a indivíduos vinculados a siglas partidárias por meio da expressão *pessoal do PT*, exemplo (102). E, por fim, há 2 ocorrências relativas a indivíduos que atuam em alguma atividade laboral em um determinado espaço geográfico por meio das expressões *pessoal do Goiás* e *pessoal de Cachoeira*, como no exemplo (103):

- (101) E vale a mesma coisa para **o pessoal da indústria do arroz**: o Sindicato da Indústria do Arroz e as cooperativas de arroz do Rio Grande do Sul não estão conseguindo recursos para poder fazer a comercialização. (Luis Carlos Heinze, PP-2015)
- (102) O Parlamentar que não tem medo da transparência tem que votar a favor da matéria, em especial **o pessoal do PT**. (Jair Bolsonaro, PP-2015)
- (103) [...] falei com **o pessoal de Cachoeira** e com o Sr. Pinto, Presidente da Associação dos Produtores Rurais. (Luis Carlos Heinze, PP-2015)

4.2.1.4.3 O uso de *peçoal* em 2019

Em 2019, nos dados extraídos de pronunciamentos do PT, há apenas 1 ocorrência em que o item *peçoal* associa-se a uma locução adjetiva. Nessa ocorrência, o item se refere a uma categoria laboral por meio da expressão *peçoal da limpeza*:

- (104) No meu Estado, se esse corte perdurar, a partir de julho, a Universidade Federal do Tocantins não terá dinheiro para pagar a conta de luz e de água, a segurança e **o peçoal da limpeza**. (Célio Moura, PT-2019)

No *corpus* de pronunciamentos do PSL, foram encontradas 8 ocorrências em que *peçoal* associava-se a locuções adjetivas. 4 ocorrências se referiam a classificações relacionadas a atividades laborais ou esportivas por meio das expressões *peçoal da aviação agrícola*, *peçoal da Cancun Estruturas*, *peçoal da Secretaria-Geral da Mesa* e *peçoal da área de tiro esportivo*, como no exemplo (105). As 4 ocorrências restantes se referem a vínculos políticos por meio das expressões *peçoal do Haddad*, *peçoal do PT*, *peçoal do PCdoB* e *peçoal da Oposição*, como no exemplo (106):

- (105) Peço desculpas **ao peçoal da Secretaria-Geral da Mesa**. (General Girão, PSL-2019)
- (106) No último minuto, Presidente, gostaria de fazer uma pergunta **ao peçoal do PCdoB**, que promoveu um curso nesse fim de semana. (Márcio Labre, PSL-2019)

4.2.1.5 *indivíduos*

Entre os nomes gerais analisados, *indivíduos* é o item menos frequente, como poderá ser observado adiante. Será feito um levantamento de todas as ocorrências em que *indivíduos* associa-se a adjetivos ou a locuções adjetivas.

4.2.1.5.1 O uso de *indivíduos* em 2011

Em 2011, não foram encontradas ocorrências em que o item *indivíduos* foi associado a adjetivos ou a locuções adjetivas no *corpus* com pronunciamentos do PT. Já no *corpus* de dados do PP, foram encontradas 3 ocorrências. Dessas ocorrências, 1 se referia a classificações relativas a doenças por meio da expressão *indivíduos com deficiência física*, como no exemplo (107). As outras 2 eram compostas por adjetivos qualificativos, formando as expressões *indivíduos capacitados* e *indivíduos não fumantes*, como no exemplo (108):

(107) A lei n 10.048, de 8 de novembro de 2000, por exemplo, assegura prioridade de atendimento a **indivíduos com deficiência física**, idosos, gestantes, lactantes e pessoas acompanhadas de crianças de colo, obrigando as repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos a observarem a assistência prioritária. (Iracema Portella, PP-2011)

(108) Também é preocupante saber que pelo menos **2.655 indivíduos não fumantes**, expostos de maneira involuntária à fumaça do cigarro, vão a óbito no Brasil. (Roberto Teixeira, PP-2011)

4.2.1.5.2 O uso de *indivíduos* em 2015

Em 2015, também não foram encontradas ocorrências do item *indivíduos* associado a adjetivos ou a locuções adjetivas no *corpus* de pronunciamentos do PT. Mas foi encontrada, no *corpus* de pronunciamentos do PP, 1 ocorrência de *indivíduos* associado a um adjetivo qualificativo, compondo a expressão *indivíduos críticos*:

(109) É uma instituição progressista e transformadora da realidade nacional e formadora de profissionais e cidadãos, **indivíduos críticos** com conhecimento científico-tecnológico que contribuem na superação de questões políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais. (Guilherme Mussi, PP-2015)

4.2.1.5.3 O uso de *indivíduos* em 2019

Em 2019, não foram encontradas ocorrências do item *indivíduos* associado a adjetivos ou a locuções adjetivas nos dados do *corpus* de pronunciamentos do PT, nem nos dados do *corpus* de pronunciamentos do PSL.

4.2.2 Discussão dos resultados

Para ter-se uma visão geral da proporção entre o uso de expressões compostas por nomes gerais e adjetivos ou locuções adjetivas qualificativos e o uso de expressões compostas por nomes gerais e adjetivos ou locuções adjetivas classificatórias, por partido e por sincronia, foram contabilizadas todas as ocorrências apresentadas acima. Elaborou-se, então, um quadro com os números obtidos, que pode ser verificado abaixo:

Tabela 11- Número de nomes gerais associados a adjetivos ou a locuções adjetivas classificatórias e qualificativos por partido e por sincronia

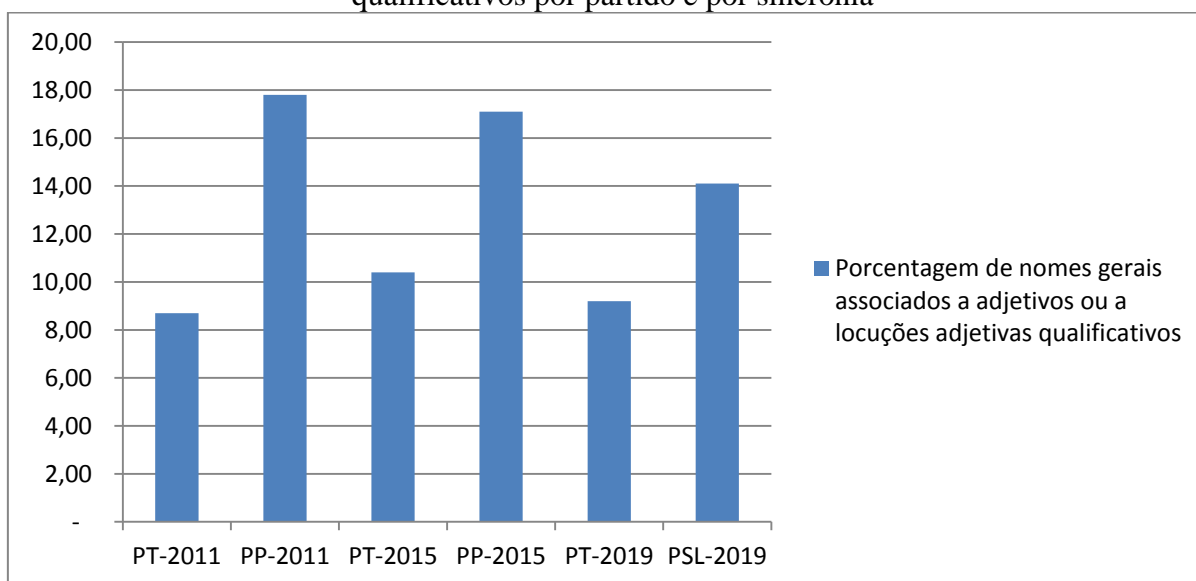
	Nomes gerais associados a adjetivos ou a locuções adjetivas classificatórias		Nomes gerais associados a adjetivos ou a locuções adjetivas qualificativos	
	Nº	%	Nº	%
PT - 2011	73	91,3	7	8,7
PP - 2011	100	82,0	22	18,0
PT - 2015	86	89,6	10	10,4
PP - 2015	53	82,9	11	17,1
PT - 2019	147	90,8	15	9,2
PSL - 2019	121	85,9	20	14,1

Fonte: a autora.

Como pode ser visualizado no quadro acima, em 2011, expressões compostas por nomes gerais e adjetivos ou locuções adjetivas qualificativos correspondem a 8,7% das ocorrências no *corpus* de pronunciamentos do PT e 18,0% no *corpus* de pronunciamentos do PP. Em 2015, as expressões compostas por nomes gerais e adjetivos ou locuções adjetivas qualificativos correspondem a 10,4% das ocorrências no *corpus* de pronunciamentos do PT e 17,1% no *corpus* de pronunciamentos do PP. Por fim, em 2019, em um contexto em que o conservadorismo ganha mais força, verifica-se que as expressões compostas por nomes gerais e adjetivos ou locuções adjetivas qualificativos correspondem a 9,2% das ocorrências no *corpus* de pronunciamentos do PT e 14,1% no *corpus* de pronunciamentos do PSL.

Enfim, a partir dos dados numéricos apresentados, é possível depreender que os partidos de direita utilizam-se mais de termos que expressam avaliação subjetiva para se referir a grupos de indivíduos. Essa discrepância pode ser melhor observada no gráfico abaixo, que mostra a porcentagem de nomes gerais associados a adjetivos ou a locuções adjetivas qualificativos por partido e por sincronia:

Gráfico 2 – Porcentagem de nomes gerais associados a adjetivos ou a locuções adjetivas qualificativos por partido e por sincronia



Fonte: a autora.

É interessante notar que, apesar da frequência maior de construções que expressam avaliação subjetiva nos dados de partidos de direita, há uma leve queda nessa frequência, nesse mesmo lado do espectro ideológico, que é concomitante à chegada do conservadorismo no Brasil. Isto é, os dados mostram que, em um contexto mais conservador, há uma tendência menor de uso dessas expressões por partidos de direita. Uma explicação possível para isso é o aumento do uso dos nomes gerais em contextos de interpretação genérica pelo PSL, conforme os resultados da análise quantitativa deste trabalho.

Outra explicação possível para a diminuição da frequência dessas expressões em discursos de direita é o menor uso de expressões eufemísticas para se referir a aspectos socioeconômicos, comuns em pronunciamentos do PP em 2011. Segundo Bourdieu (2008 [1996]), essas expressões caracterizam-se por serem usadas na referência às classes menos favorecidas e por reforçarem como positiva a submissão à ordem. Ademais, elas atribuem, implicitamente, a responsabilidade pela desigualdade social aos próprios grupos minoritários ao vincular o traço de desprezão a esses grupos. Bourdieu (2008 [1996]) ilustra essa noção com expressões como *pessoas simples* e *povo bom*.

Em 2011, nos dados do PP, foram encontradas 15 expressões que carregam esses significados. Em 2015, há apenas 3 ocorrências nos dados do PP. Já em 2019, nos dados do PSL, essas formas dão lugar, principalmente, à expressão “pessoas de bem”, com 5 ocorrências. Essa expressão associa-se à ideia de obediência à ordem sem, no entanto, remeter

às classes menos favorecidas. Há também, em menor número, as expressões “povo de bem” e “gente boa”. Essas mudanças podem ser melhor visualizadas no quadro abaixo:

Tabela 12 – Expressões com adjetivos ou locuções adjetivas qualificativos relativos à ideia de ordem ou de despretenção em partidos de direita, por sincronia

Nome geral	PP - 2011		PP - 2015		PSL - 2019	
	Expressões	Nº	Expressões	Nº	Expressões	Nº
<i>povo(s)</i>	<i>povo ordeiro e trabalhador</i>	1	<i>povo tão sofrido</i>	1	<i>povo de bem</i>	1
<i>peçoas</i>	<i>peçoas simples, humildes</i>	2	<i>peçoas muito afáveis</i>	1	<i>peçoas de bem</i>	5
	<i>peçoas menos esclarecidas</i>	1	<i>peçoas sem instrução</i>	1		
	<i>peçoas humildes</i>	6				
	<i>peçoas menos afortunadas</i>	1				
	<i>peçoas carentes</i>	2				
	<i>abnegadas peçoas</i>	1				
<i>gente</i>	<i>gente boa</i>	1	-	-	<i>gente boa</i>	1
<i>peçoal</i>	-	-	-	-	-	-
<i>indivíduos</i>	-	-	-	-	-	-
Total	-	15	-	3	-	7

Fonte: a autora.

Em relação aos *corpora* com dados de pronunciamentos do PT, verifica-se que a frequência de expressões compostas por nomes gerais e adjetivos ou locuções adjetivas qualificativos tem um aumento no ano de 2015, mas volta ao padrão de 2011 em 2019. Isso pode ser explicado porque, em 2015, verifica-se o aparecimento de formas eufemísticas para se referir às classes menos favorecidas também nos discursos de esquerda. Uma hipótese para isso é a de que, diante do início de uma tendência de valorização do conservadorismo no Brasil, o PT tenha, em um primeiro momento, buscado adotar uma postura mais próxima de partidos conservadores. Em 2019, o partido retorna ao padrão anterior, possivelmente, ao retomar uma postura mais firme de enfrentamento do conservadorismo no Brasil. Esses dados podem ser melhor visualizados no quadro abaixo:

Tabela 13 – Expressões com adjetivos ou locuções adjetivas qualificativos relativos à ideia de ordem ou de despretenção nos dados do PT, por sincronia

Nome geral	PT - 2011		PT- 2015		PT - 2019	
	Expressões	Nº	Expressões	Nº	Expressões	Nº
<i>povo(s)</i>	-	-	<i>povo mais humilde</i>	1	-	-
<i>peessoas</i>	-	-	<i>peessoas humildes</i>	1	-	-
			<i>peessoas mais necessitadas</i>	1		
<i>gente</i>	-	-	-	-	-	-
<i>peessoal</i>	-	-	-	-	-	-
<i>indivíduos</i>	-	-	-	-	-	-
Total	-	0	-	3	-	0

Fonte: a autora.

Enfim, a partir dos dados analisados, verificou-se que há diferenças semânticas entre as expressões empregadas pela esquerda e as expressões empregadas pela direita, quando se trata de fazer referência a grupos de pessoas. Em suma, atestou-se a hipótese de que a direita, em um contexto favorável ao conservadorismo, utiliza-se mais de termos que expressam avaliação subjetiva do que a esquerda. Mas, de modo imprevisto, chegou-se ao fato de que esses termos estão mais presentes nos discursos da direita em 2011, em função do uso mais frequente de expressões eufemísticas que remetem à ideia de ordem e de despretenção na referência a grupos minoritários. Em 2019, há um enfraquecimento do apelo da direita às classes menos favorecidas e sobressai a expressão “pessoas de bem”, que se relaciona à ordem, mas não à despretenção.

5 CONCLUSÃO

Essa pesquisa partiu do pressuposto de Bourdieu (2008 [1996]) de que unidades maiores para designar grupos sociais são características do discurso conservador, pois se configuram como uma estratégia de manutenção de relações de poder e de dominação na medida em que promovem o apagamento das subdivisões internas da sociedade, que dão visibilidade às minorias. Considerou-se também que, conforme Chaloub e Perlatto (2015), o cenário político brasileiro tem passado por transformações em função da chegada de uma “onda conservadora”, cujos sinais são visíveis desde 2015. A partir disso, foram analisadas tendências de uso dos nomes gerais, que, segundo Halliday e Hasan (1995 [1976]), são substantivos com conteúdo descritivo mínimo, na referência a grupos de pessoas, em discursos políticos de direita e de esquerda. De modo mais detalhado, o objetivo era verificar se o uso de nomes gerais em contextos de interpretação genérica sobressairia em discursos de direita a partir de 2015, considerando que o conservadorismo é característico desse polo do espectro ideológico, conforme Bobbio (2001), e que, entre discursos de direita e de esquerda, pode haver variação estilística motivada pela polarização ideológica, conforme Irvine (2001). A análise foi realizada em três sincronias: 2011, 2015 e 2019. Esses anos foram selecionados por representarem um período anterior, um período concomitante e um período posterior à chegada da “onda conservadora” no Brasil.

O segundo objetivo desse trabalho se relacionava a outro pressuposto de Bourdieu (2008 [1996]), segundo o qual discursos com viés conservador, ao evitar apontar para subdivisões da sociedade, costumam valer-se também de formas eufemísticas para se referir a grupos minoritários, utilizando expressões como *povo simples* e *gente humilde*. Nesse sentido, buscou-se analisar os contextos em que nomes gerais associam-se a adjetivos ou a locuções adjetivas para evidenciar os “tipos” de pessoas a que se faz referência em discursos de esquerda e de direita. A finalidade era verificar se as expressões remetiam a categorias objetivas de indivíduos ou a atributos alcançados por meio de avaliações subjetivas, como as formas eufemísticas mencionadas acima. A hipótese era a de que discursos de esquerda empregariam, em maior número, a adjetivação para enquadrar indivíduos em subcategorias, utilizando mais adjetivos classificatórios, e que discursos de direita, em um contexto conservador, fariam maior uso de adjetivos qualificativos, que expressam avaliações subjetivas sobre os indivíduos, em especial de formas eufemísticas na referência a grupos minoritários.

Em relação ao primeiro objetivo dessa pesquisa, os resultados obtidos são os de que partidos de direita e de esquerda apresentam um padrão de uso de nomes gerais, em contextos de interpretação genérica, que se distingue em termos quantitativos ao longo das sincronias. Se, em 2011, esse tipo de uso representa 21,5% das ocorrências em discursos do PT e 20,4% em discursos do PP, a partir de 2015, há um maior distanciamento entre os estilos de partidos de polos opostos. Em 2015, o uso de nomes gerais em contextos de interpretação genérica representa 22,7% das ocorrências em discursos do PT e 27,0% em discursos do PP. Em 2019, o distanciamento é maior, com um percentual de 20,4% das ocorrências em discursos de esquerda contra 33,4% em discursos de direita. Em suma, houve pouca variação na proporção de uso de nomes gerais em contextos de interpretação genérica nos discursos de esquerda, mas um aumento considerável nos discursos de direita. Isso confirma a hipótese de que a proporção de uso de nomes gerais em contextos de interpretação genérica para se referir a grupos de indivíduos se distancia em discursos de esquerda e de direita após a chegada de uma “onda conservadora” no cenário político brasileiro.

Em relação ao segundo objetivo desse trabalho, os resultados mostraram que, em 2011, a proporção de uso de nomes gerais associados a adjetivos ou a locuções adjetivas qualificativos, no *corpus* de pronunciamentos do PT, corresponde a, aproximadamente, metade da proporção identificada no *corpus* de pronunciamentos do PP. De modo mais específico, o valor correspondente a cada *corpus* é de 8,7% e de 18,0% das ocorrências, respectivamente. Em 2015, há um aumento nas ocorrências de expressões compostas por nomes gerais e adjetivos ou locuções adjetivas qualificativos no *corpus* de pronunciamentos do PT e uma diminuição desses elementos no *corpus* de pronunciamentos do PP, que passam a 10,4% e a 17,1% das ocorrências, respectivamente. Em 2019, verifica-se que o partido de esquerda, o PT, retorna a um padrão de uso menor desses itens, com um percentual de 9,2% das ocorrências, e que o partido mais representativo de direita nesse ano, o PSL, tem um percentual de uso dessas formas menor que o PP em 2011 e em 2015, com 14,1% das ocorrências. Esses números confirmam a hipótese de que a direita utiliza mais adjetivos ou locuções adjetivas que expressam avaliação subjetiva para predicar nomes gerais referentes a grupos de indivíduos, em um contexto conservador. No entanto, esses números também revelam que esse tipo de expressão era mais utilizado em 2011, em um contexto anterior à chegada da “onda conservadora” no Brasil. Quanto a isso, constatou-se que, em discursos de direita, no ano de 2011, havia maior uso de formas eufemísticas que, ao apontar para grupos minoritários, reforçavam a ideia de submissão à ordem e de despreensão. Em 2015, há uma

diminuição dessas formas e, em 2019, sobressai a expressão “pessoas de bem”, que mantém o apelo à ordem, sem, no entanto, apontar para as classes menos favorecidas. Em contraposição, nos discursos do partido de esquerda analisado, as formas eufemísticas para se referir a grupos minoritários aparecem somente em 2015, com três ocorrências apenas.

Em suma, os resultados dessa pesquisa permitiram atestar que, em discursos políticos brasileiros, há correlação entre o uso de formas vagas para se referir a grupos de pessoas e a orientação ideológica, se à direita ou à esquerda, se conservador ou não. Além disso, atestou-se que há diferenças semânticas entre as expressões usadas pela direita e pela esquerda na referência a pessoas. Em relação aos caminhos possíveis não explorados nessa dissertação, destaca-se que seria interessante analisar a variação entre o uso de formas genéricas e a enumeração de subcategorias na referência a grupos de pessoas, em discursos da esquerda. Dessa forma, os fatores que condicionam essa escolha seriam clarificados. Sugere-se ainda que, em trabalhos futuros, outros fenômenos linguísticos possam ser analisados com a finalidade de mapear as alterações linguísticas provocadas por mudanças no imaginário político e social e, principalmente, pelo avanço do conservadorismo no Brasil.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. Os nomes gerais em três localidades mineiras: Campanha, Minas Novas e Paracatu. **Todas as Letras-Revista de Língua e Literatura**, v. 15, n. 1, 2013a. Disponível em:
< <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/4083/4072>>. Acesso em: 10 de out. de 2019.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. Os nomes gerais no ordenamento jurídico brasileiro. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 10, n. 3, p. 170-181, dez. 2013b. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2013v10n3p170/25934>>. Acesso em: 15 de out. de 2019.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. Estudio contrastivo de nombres generales para humanos em español y en portugués. **Lingüística y Literatura**, n. 72, p. 54-79, 2017. Disponível em:
<<https://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/lyl/article/view/328865>>. Acesso em: 20 de jun. de 2019.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; MACHADO, Verônica Barçante. Nomes de urna e nomes parlamentares de vereadores da Câmara Municipal de Ouro Preto. *Revista GTLex*, v. 1, n. 1, p. 52-65, 2015. Disponível em:
< <http://www.seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/31721>>. Acesso em: 09 de jul. de 2019.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; MIHATSCH, Wiltrud. Le nom français ‘personne’ em comparaison avec le portugais brésilien ‘pessoa’ et l’allemand ‘Person’ – des noms en voie de pronominalisation? **Actes du CMLF 2016 – 5e Congrès Mondial de Linguistique Française**. Les Ulis: SHS Web of Conferences, 2016. v. 27. p. 1-17. Disponível em:<https://www.shsconferences.org/articles/shsconf/abs/2016/05/shsconf_cmlf2016_12015/shsconf_cmlf2016_12015.html>. Acesso em: 25 de mar. de 2019.

AMARAL, Eduardo T. R.; MIHATSCH, Wiltrud. Incipient impersonal pronouns in colloquial Brazilian Portuguese based on 'pessoa', 'pessoal' and 'povo'. **Linguistische Berichte**, Sonderhefte 26, p. 149-185, 2019. Disponível em: <https://buske.de/zeitschriften-bei-sonderhefte/linguistische-berichte-sonderhefte/semantic-and-syntactic-aspects-of-impersonality.html>.>. Acesso em: 09 de out. de 2019.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; RAMOS, Jânia Martins. **Nomes gerais no português brasileiro**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2014.

AMARAL, Francisco. **Direito civil**: introdução. 7. ed. rev., atual. e aum. Rio de Janeiro: Renovar, 2008 *apud* AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. Os nomes gerais no ordenamento jurídico brasileiro. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 10, n. 3, p. 170-181, dez. 2013b.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Coordenação da tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira; tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2018.

BABIRESKI, F. R. Pequenos partidos de direita no Brasil: uma análise dos seus

posicionamentos políticos. **Newsletter. Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil**, 3(6), p. 1-16, 2016. Disponível em:

< <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/2490>>. Acesso em: 08 de jan. de 2019.

BLOMMAERT, Jan.; RAMPTON, Ben. Language and Superdiversity. **Diversities**. UNESCO/MPI MMG, v.13, n.2, p.1-22. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/254777452_Language_and_Superdiversity> Acesso em: 19 de nov. 2019.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Português e Latino**. 1712-1728, *apud* AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. Os nomes gerais no ordenamento jurídico brasileiro. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 10, n. 3, p. 170-181, dez. 2013b.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 2008 [1996].

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**. São Paulo: UNESP, 2001.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (Editores). **Dicionário de Política**. 5ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

CHALOUB, J. G. S.; PERLATTO F. Intelectuais da “nova direita” brasileira: ideias, retórica e prática política In: **Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS**, v. 1. 39º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2015.

CAMERON, Deborah. **Verbal Hygiene**. London: Routledge, 1995 *apud* LAGARES, Xoán Carlos. **Qual política linguística?** Desafios glotopolíticos contemporâneos. São Paulo: Parábola, 2018.

COELHO, Izete Lehmkuhl et al. **Para conhecer sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015.

COUPLAND, Nikolas. Style-shifting in a Cardiff Work-setting. **Language in Society** 9(1): 1–12, 1980 *apud* ECKERT, Penelope; RICKFORD, John R. (Eds.). **Style and sociolinguistic variation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3 ed. 2001.

D. COFRANCESCO. Per um uso critico dei termini “destra” e “sinistra”, **La cultura**, 3-4 (1975), p.399, 1975 *apud* BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**. São Paulo: UNESP, 2001.

DEL VALLE, José. La lengua: pátria común: la hispanofonía y el nacionalismo panhispánico. In: DEL VALLE, J. (org.). **La lengua, pátria común? Ideas e ideologias del español**. Madrid/ Frankfurt am Main: Iberoamericana/Vervuert, 2007 *apud* LAGARES, Xoán Carlos. **Qual política linguística?** Desafios glotopolíticos contemporâneos. São Paulo: Parábola, 2018.

ECKERT, Penelope. **Linguistic Variation as Social Practice**. Oxford: Blackwell, 2000 *apud* ECKERT, Penelope; RICKFORD, John R. (Eds.). **Style and sociolinguistic variation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

ECKERT, Penelope; RICKFORD, John R. (Eds.). **Style and sociolinguistic variation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

FULGÊNCIO, Lúcia. **O problema da interpretação do elementos anafóricos**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, 1983. 130f.

FRANCIS, Gill. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B. CIULLA, A. **Referenciação**. São Paulo; Contexto, 2003. Pp. 191-228 *apud* AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; RAMOS, Jânia Martins. **Nomes gerais no português brasileiro**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2014.

GAST, V.; VAN DER AUWERA, J. 2013. Towards a distributional typology of human impersonal pronouns, based on data from European languages. In Dik Bakker and Martin Haspelmath (eds.), **Languages Across Boundaries**. Studies in Memory of Anna Siewierska, 119-158. Berlin e New York: Mouton de Gruyter.

GAUCHET, Marcel. Fin de la Réligion? Le Débat 28. 1984 *apud* BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**. São Paulo: UNESP, 2001.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Cohesion in English**. 14. ed. London / New York: Longman, 1995 [1976].

HOPPER, P. On some Principles of Grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Ed.). **Approaches to Grammaticalization**. Philadelphia: John Benjamins, 1991.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HOZ HERNÁNDEZ, Concha de. Las palabras comodín: sobre *cosas, cacharros, chismes y cachivaches*. In: **Actas del XVI Congreso Internacional de ASELE**, 2005. pp. 396-401 *apud* AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; RAMOS, Jânia Martins. **Nomes gerais no português brasileiro**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2014.

IRVINE, Judith. “Style” as distinctiveness: the culture and ideology of linguistic differentiation. In: ECKERT, Penelope; RICKFORD, John R. (Eds.). **Style and sociolinguistic variation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 21-43.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Sobre a seleção do núcleo das formas nominais anafóricas na progressão referencial. In: NEGRI, Lígia.; FOLTRAN, Maria José.; OLIVEIRA, Roberta Pires. (Orgs.). **Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 244-262.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução por: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Sherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LAGARES, Xoán Carlos. **Qual política linguística?** Desafios glotopolíticos contemporâneos. São Paulo: Parábola, 2018.

LIPSET, Seymour M. **O homem Político**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967 *apud* SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. São Paulo: Edusp, 2000.

LOPES, Célia Regina dos Santos. A gramaticalização de a gente em português em tempo real de longa e de curta duração: retenção e mudança na especificação dos traços intrínsecos. **Fórum Linguístico, Florianópolis**, v. 4, n. 1, p. 47-80, 2004.

MAHLBERG, Michaela. **English general nouns**: a *corpus* theoretical approach. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2005.

MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timothy. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo**: quais são, o que defendem, quais são suas bases. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MAIR, P. Searching for the positions of political actors: a review of approaches and a critical evaluation of expert surveys. In: M. Laver (Org.), **Estimating the policy positions of political actors**. London; New York: Routledge, p. 10-30, 2001 *apud* TAROUÇO, G. da S.; MADEIRA, R. M. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos Análise de um expert survey'. **Civitas**, 15(1), pp. 24–39, 2015.

MAITINO, Egon Martin. “Direita, sem vergonha”: conformações no campo da direita no Brasil a partir do discurso de Jair Bolsonaro. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.25.1, 2018, p.111-134.

MANNHEIN, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1986.

MEILLET, Antoine. L'évolution des formes grammaticales. In: **Linguistique historique et et linguistique générale**. A. Meillet, 130-148. Paris: Edouard Champion, 1912 (1948), *apud* HOPPER, P. On some Principles of Grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Ed.). **Approaches to Grammaticalization**. Philadelphia: John Benjamins, 1991.

MICHAELIS moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/pessoa/>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

MIHATSCH, Wiltrud. La sémantique des noms généraux ‘être humain’ français et allemands. In MIHATSCH, Wiltrud. y SCHNEDECKER, Catherine (Eds.). **Les noms d’humains**: une catégorie à part ? Stuttgart: Steiner, 2015, p. 55-84.

MIHATSCH, W. **Kognitive Grundlagen lexikalischer Hierarchien**: untersucht am Beispiel des Französischen und Spanischen. Tübingen: Max Niemeyer, 2006 *apud* AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; RAMOS, Jânia Martins. **Nomes gerais no português brasileiro**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2014.

MUSSALIM, Fernanda. BENTES, Anna Christina (orgs). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. V.3. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, M. H. M. Gramática de usos do português. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

OLIVEIRA, A. J. **Comendo o final das palavras**: análise variacionista da haplogia, elisão e apócope em Itaúna (MG). Tese de Doutorado – Universidade Federal de Minas Gerais, 2012 *apud* AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; RAMOS, Jânia Martins. **Nomes gerais no português brasileiro**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2014.

OLIVEIRA, Fernanda Carla. Do lexical ao gramatical: um estudo sobre o item indivíduo e seu processo de gramaticalização. In: COELHO, Sueli Maria (org.) **Gramaticalização e mudança linguística**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2018. p. 26-42. (Viva Voz).

OLIVEIRA, Claudia M. Garcia Medeiros de. *O substantivo-suporte: critérios operacionais de caracterização*. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PEREIRA, Luisa Rauter. Povo/Povos. In: FERES JÚNIOR, João. **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 19, p. 26-45, dez. 1987.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis, MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**. Campinas, vol.24. nº 3, p. 486- 522, set.-dez. 2018.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Sobre o porquê de tanto ódio contra a linguagem “politicamente correta”. In: LOPES DA SILVA, F.; MELO MOURA, H. M. de (orgs.). **O direito à fala**. A questão do preconceito linguístico. Florianópolis: Insular, p. 93 -102, 2000.

RAMOS, Jânia M. O surgimento de um nome geral: a lexia trem no dialeto mineiro. In: RAMOS, Jânia M.; COELHO, Sueli M. **Português brasileiro dialetal**: temas gramaticais. Campinas: Mercado das Letras, 2013. Pp. 137-147 *apud* AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; RAMOS, Jânia Martins. **Nomes gerais no português brasileiro**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2014.

RICKFORD, John R. **Spoken Soul**: the Story of Black English. New York: John Wiley, 2000 *apud* RICKFORD, John; ECKERT, Penelope (eds.). **Style and sociolinguistic variation**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2001.

RICKFORD, John; ECKERT, Penelope (eds.). **Style and sociolinguistic variation**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2001.

ROBERTSON, D. B. **A Theory of Party Competition**. London: Wiley, 1976 *apud* TAROUÇO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate

sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n. 21, ed. 45, p. 149-165, 2013b.

RODRIGUES, L. M. **Quem é quem na Constituinte**: uma análise sociopolítica dos partidos e deputados. São Paulo: OESP-Maltese, 1987.

SANTOS, Marcos Paulo. **Sexismo linguístico e nomes gerais**: a construção de uma língua inclusiva. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. São Paulo: Edusp, 2000.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles. In Stepan, Alfred (org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 563-629.

TAVARES, Rui. **Esquerda e direita**: Guia histórico para o século XXI. Rio de Janeiro: Tinta-da-china Brasil, 2016.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. A ‘direita envergonhada’ no Brasil: como partidos reinterpretem seus vínculos com o regime militar? In: **V Congresso Latinoamericano de Ciencia Política**, Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires, 2010.

TAROUCO, G. D. S.; MADEIRA, R. M. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. **Revista Debates**, 7(n 2), pp. 93–114, 2013a.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n. 21, ed. 45, p. 149-165, 2013b. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000100011>>. Acesso em 27 de jun. de 2019.

TAROUCO, G. da S.; MADEIRA, R. M. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: Análise de um expert survey. **Civitas**, 15(1), pp. 24–39, 2015.

TOLEDO, Leslie Campaner de et al. **Manual para o uso não sexista da linguagem**: o que bem se diz bem se entende. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf>. Acesso em 20 de fev. de 2020.

TRAUGOTT, Elizabeth. From propositional to textual and expressive meanings: some semantic-pragmatic aspects of grammaticalization. In: **Perspectives on Historical Linguistics**. Winfred P. Lehmann and Yakov Malkiel (eds.) 245-271. Amsterdam: John Benjamins, 1982 *apud* HOPPER, P. On some Principles of Grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Ed.). **Approaches to Grammaticalization**. Philadelphia: John Benjamins, 1991.

ZANCARINI, Jean-Claude. Uma filologia política: os tempos e as manobras das palavras. In: ZANCARINI, Jean-Claude; FOURNEL, Jean-Louis; DESCENDRE, Romain. **Estudos sobre a língua política: filologia e política na Florença do século XVI**. Campinas: RG editora, 2008.

ZUCCO JR., C. 2009. Ideology or What? Legislative Behavior in Multiparty Presidential Settings. **The Journal of Politics**, Statesboro, v. 71, n. 3, p. 1076- 1092, July *apud* TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n. 21, ed. 45, p. 149-165, 2013b.

ANEXOS

ANEXO I – TABELA 14 – PARLAMENTARES INFORMANTES³⁵ DA PESQUISA NO ANO DE 2011, POR PARTIDO

Tabela 14 – Parlamentares informantes da pesquisa no ano de 2011, por partido

Parlamentares do PT	Parlamentares do PP
Alessandro Molon	Afonso Hamm
Amauri Teixeira	Aline Corrêa
André Vargas	Aguinaldo Ribeiro
Artur Bruno	Arthur Lira
Assis do Couto	Carlos Magno
Benedita da Silva	Carlos Souza
Bohn Gass	Cida Borghetti
Cândido Vaccarezza	Dilceu Sperafico
Cláudio Puty	Dimas Fabiano
Décio Lima	Eduardo da Fonte
Domingos Dutra	Esperidião Amin
Dr. Rosinha	Gladson Cameli
Edson Santos	Iracema Portella
Emiliano José	Jair Bolsonaro
Eudes Xavier	Jerônimo Goergen
Fátima Bezerra	José Linhares
Fernando Ferro	Lázaro Botelho
Fernando Marroni	Luis Carlos Heinze
Gabriel Guimarães	Márcio Reinado Moreira
Geraldo Simões	Missionário José Olímpio
Gilmar Machado	Neri Geller
Ilmar Machado	Paulo Maluf
Janete Rocha Pietá	Raul Lima
Jilmar Tatto	Rebecca Garcia
João Paulo Lima	Renato Molling
Jorge Boeira	Renzo Braz
José Airton	Roberto Balestra
José Guimarães	Roberto Britto
Leonardo Monteiro	Roberto Teixeira
Luci Choinacki	Sandes Júnior
Luiz Couto	Simão Sessim
Márcio Macêdo	Toninho Pinheiro
Marco Maia	Vilson Covatti
Marcon	Zonta

³⁵Os nomes listados se referem ao nome parlamentar, que se trata, segundo Amaral e Machado (2015), do nome adotado pelos parlamentares durante o mandato, que pode ou não coincidir com o seu nome civil.

Miriquinho Batista	
Nazareno Fonteles	
Nelson Pellegrino	
Newton Lima	
Odair Cunha	
Padre Ton	
Paulo Teixeira	
Pedro Uczai	
Pepe Vargas	
Rogério Carvalho	
Ronaldo Zulke	
Ságuas Moraes	
Sérgio Barradas Carneiro	
Sibá Machado	
Taumaturgo Lima	
Valmir Assunção	
Vicentinho	
Zé Geraldo	
Waldenor Pereira	
Weliton Prado	

Fonte: a autora.

ANEXO II - TABELA 15 – PARLAMENTARES INFORMANTES DA PESQUISA NO ANO DE 2015, POR PARTIDO

Tabela 15 – Parlamentares informantes da pesquisa no ano de 2015, por partido

Parlamentares do PT	Parlamentares do PP
Afonso Florence	Afonso Hamm
Alessandro Molon	Beto Rosado
Andrés Sanchez	Cacá Leão
Benedita da Silva	Conceição Sampaio
Bohn Gass	Covatti Filho
Caetano	Dilceu Sperafico
Carlos Zarattini	Dimas Fabiano
Décio Lima	Eduardo da Fonte
Enio Verri	Esperidião Amin
Erika Kokay	Ezequiel Fonseca
Fernando Marroni	Guilherme Mussi
Henrique Fontana	Iracema Portella
João Daniel	Jair Bolsonaro
Jorge Solla	Jorge Boeira
José Guimarães	Julio Lopes
Leo de Brito	Lázaro Botelho
Leonardo Monteiro	Luis Carlos Heinze
Luiz Couto	Marcelo Belinati

Luizianne Lins	Marcus Vicente
Marcon	Mário Negromonte Jr.
Maria do Rosário	Missionário José Olímpio
Merlong Solano	Odelmo Leão
Moema Gramacho	Renato Molling
Nilto Tatto	Ricardo Barros
Odorico Monteiro	Roberto Balestra
Paulão	Roberto Britto
Paulo Pimenta	Ronaldo Carletto
Paulo Teixeira	Sandes Júnior
Ságuas Moraes	Simão Sessim
Sibá Machado	Toninho Pinheiro
Valmir Assunção	Waldir Maranhão
Vicente Cândido	
Vicentinho	
Zé Geraldo	
Zeca Dirceu	
Waldenor Pereira	
Weliton Prado	

Fonte: a autora.

ANEXO III – TABELA 16 – PARLAMENTARES INFORMANTES DA PESQUISA NO ANO DE 2019, POR PARTIDO

Tabela 16 – Parlamentares informantes da pesquisa no ano de 2019, por partido

Parlamentares do PT	Parlamentares do PSL
Afonso Florence	Alê Silva
Airton Faleiro	Alexandre Frota
Alencar Santana Braga	Aline Sleutjes
Alexandre Padilha	Bia Kicis
Assis Carvalho	Bibo Nunes
Benedita da Silva	Cabo Junio Amaral
Beto Faro	Carla Zambelli
Bohn Gass	Carlos Jordy
Carlos Veras	Caroline de Toni
Carlos Zarattini	Charlles Evangelista
Célio Moura	Coronel Chrisóstomo
Enio Verri	Coronel Tadeu
Erika Kokay	Chris Tonietto
Frei Anastacio Ribeiro	Daniel Freitas
Gleisi Hoffmann	Daniel Silveira
Henrique Fontana	Delegado Antônio Furtado
João Daniel	Delegado Marcelo Freitas
Jorge Solla	Delegado Pablo
José Airton Félix Cirilo	Delegado Waldir

José Guimarães	Dra. Soaraya Manato
Joseildo Ramos	Eduardo Bolsonaro
José Ricardo	Enéias Reis
Leonardo Monteiro	Filipe Barros
Marcon	General Girão
Margarida Salomão	General Peternelli
Maria do Rosário	Guiga Peixoto
Marília Arraes	Gurgel
Merlong Solano	Heitor Freire
Natália Bonavides	Joice Hasselmann
Nelson Pellegrino	Julian Lemos
Nilto Tatto	Léo Motta
Padre João	Luiz Lima
Paulão	Luiz Philippe de Orleans e Bragança
Paulo Pimenta	Marcelo Brum
Paulo Teixeira	Márcio Labre
Pedro Uczai	Major Fabiana
Professora Rosa Neide	Major Vitor Hugo
Reginaldo Lopes	Nelson Barbudo
Rejane Dias	Nereu Crispim
Rogério Correia	Professora Dayane Pimentel
Rui Falcão	Professor Joziel
Valmir Assunção	Sanderson
Vicentinho	
Zé Neto	
Zeca Dirceu	
Waldenor Pereira	

Fonte: a autora.